

MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA
MOVIMENTO NACIONAL ALÉM DO ACOLHIMENTO



**MINHA VIDA FORA
DO ACOLHIMENTO**

DEPOIMENTOS



Movimento Nacional
Pró Convivência Familiar e Comunitária

Fernanda Flaviana de Souza Martins
(organizadora)



**MINHA VIDA FORA
DO ACOLHIMENTO**

DEPOIMENTOS

Belo Horizonte
PUC Minas
2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M664 Minha vida fora do acolhimento: depoimentos / Fernanda
Flaviana de Souza Martins, organizadora. Belo Horizonte: PUC Minas, 2026.
280 p. : il.

ISBN: 978-65-5295-052-9

1. Convivência. 2. Vida comunitária. 3. Jovens - Memórias. 4. Jovens -
Assistência em instituições - Brasil. 5. Acolhimento. 6. Serviço social. I. Martins,
Fernanda Flaviana de Souza. II. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 362.7

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086

ADMINISTRAÇÃO DA PUC MINAS

Grão-Chanceler

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Secretária geral

Prof^ª. Dr^ª. Anne Shirley de Oliveira Rezende
Martins

Pró-reitores e Secretários

Extensão – Prof^ª. Dra. Cláudia Venturini

Gestão Financeira – Prof. Me. Paulo Sérgio
Gontijo do Carmo

Logística e Infraestrutura – Prof. Me. Rômulo
Albertini Rigueira

Pesquisa e Pós-graduação – Prof. Dr.
Martinho Campolina Rebello Horta

Recursos Humanos – Prof^ª. Dr^ª. Liza
Fensterseifer

Secretaria de Comunicação – Prof. Dr.
Mozahir Salomão Bruck

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários
– Prof. Dr. Jorge Sündermann

*Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
Institucional* – Prof. Dr. Marcos André Silveira
Kutova

Pró-reitores Adjuntos e responsáveis de Campus:

Barreiro – Prof. Dr. Luis Renato Junqueira

Betim – Prof. Dr. Rafahel Carvalho de Souza

Contagem – Prof. Lúcio Mauro Pereira

Lourdes – Prof. Me. Carlos Barreto Ribas

Poços de Caldas – Prof. Dr. Iran Calixto
Abrão

PUC Virtual – Prof^ª. Dr^ª. Sara Pimenta
Resende

São Gabriel – Prof. Me. Tarcísio José de
Almeida

COORDENADORES ACADÊMICO- ADMINISTRATIVOS

Arcos – Prof. Me. Eugênio Batista Leite

Serro – Prof^ª. Dra. Wilba Lúcia Maia
Bernardes

EQUIPE TÉCNICA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Prof^ª. Dra. Cláudia Venturini

PRODUÇÃO ACADÊMICA

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Colamarco Ferreira Resende
(Departamento de Fisioterapia - PUC Minas)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Madalena Loredo Neta
(Departamento de Filosofia - PUC Minas)

Prof^ª. Dr^ª. Renata Dumont Flecha
(Departamento de Filosofia - PUC Minas)

Me. Ana Cláudia Xavier – Funcionária

Me. Izabela Moreira - Funcionária

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA PUC MINAS

Prof. Dr. Waldeir Eustáquio dos Santos

Prof.^a. Dr^ª. Fernanda Flaviana de Souza
Martins

Prof.^a. Dr^ª. Mônica Hallak Martins da Costa

Prof.^a. Dr^ª. Ada Kallyne Sousa Lopes

MOVIMENTO NACIONAL PRÓ- CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Claudia Cabral

*Fundadora e Secretária Executiva (2014 – 2017)
Associação Brasileira Terra dos Homens*

Patrick Reason

*Secretário Executivo (2017 – 2021)
Encontro com Deus*

Fernanda Flaviana de Souza Martins

*Secretária Executiva (2022 – atual)
PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana*

MEMBROS E CONSULTORES MNPCFC PRESENTES NO SEMINÁRIO MINHA VIDA FORA DO ACOLHIMENTO 2

Antônio José Santo dos Anjos

Consultor - Movimento Além do Acolhimento / BA

Débora Vigevani

Instituto Fazendo História / SP

Edervanio de Souza Lucas

Consultor - CIDESLESTE / MG

Eliacir Pedrosa

*Associação Matogrossense de Pesquisa e Apoio à Adoção –
AMPARA / MT*

Elma Alves Garcia Lopes

Casa Novella / MG

Estella Argolo

Aconchego / DF

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Providens – Ação Social Arquidiocesana / MG

Ivan Ferreira da Silva

Providens – Ação Social Arquidiocesana / MG

Maria do Amparo Seibel

*Consultora - Secretaria de Estado de Desenvolvimento
Social/SEDES / MA*

Patrick Reason

Associação Encontro com Deus / PR

Sandra Sobral

Instituto Geração Amanhã / PR

Sérgio Marques

Aldeias Infantis SOS Brasil / DF

Rafael Alves de Lima

Associação AMORADA / SP

Raum Batista

Terra dos Homens / RJ

MOVIMENTO NACIONAL ALÉM DO ACOLHIMENTO

Antônio José Santo dos Anjos

Presidente

Kênia Cristina Mourão de Amorim

Vice-presidente

Erick Costa Rosa

Jackson Ferreira dos Santos

Juracy Bahia

Coordenação-geral

PROVIDENS AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA

Presidente: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Diretora-geral: Fernanda Flaviana de Souza Martins

Organização da publicação: Fernanda Flaviana de
Souza Martins

Revisão: Fernanda Flaviana de Souza Martins,
Leonardo Fontes e Maila Lima

Diagramação: Leonardo Fontes

Apoio: Erilene Martins

DEDICATÓRIA

Este livro é dedicado a cada criança, adolescente e jovem que, em algum momento de sua trajetória, viveu a experiência do acolhimento e que, com coragem e generosidade, transforma sua história em voz, presença e possibilidade de mudança.

De modo especial, dedicamos estas páginas ao **Movimento Nacional Além do Acolhimento**, construído por jovens que transformaram suas experiências em força coletiva, participação e luta por direitos.

“Nada de nós sem nós.”

Mais do que uma frase, esse é um princípio que atravessa este livro: nenhuma decisão, nenhuma política e nenhum caminho sobre a vida de crianças, adolescentes e jovens pode ser construído sem a sua voz, a sua escuta e o seu protagonismo.

Que os depoimentos reunidos nestas páginas não sejam apenas registros do que foi vivido. Que sejam sementes de transformação, capazes de nos inquietar, nos ensinar e, sobretudo, nos comprometer com um presente e um futuro em que toda criança e todo adolescente possam crescer com proteção, pertencimento, dignidade e o direito à convivência familiar e comunitária.

Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária

PREFÁCIO

É uma honra para nós participar desta publicação e também desta trajetória de forma colaborativa. Uma trajetória que não começou com este livro e certamente não termina nele. Nos últimos anos, tivemos a alegria de acompanhar o surgimento e o fortalecimento do Movimento Além do Acolhimento, construído a partir da liderança de jovens e adultos com experiência de acolhimento, e que, neste setembro de 2026, chega ao seu terceiro seminário nacional, na PUC Minas. Essa publicação surge da consolidação de um Movimento que nasce com muita força e criatividade. O 3º Seminário passará rápido demais, as conversas permanecerão com cada participante por mais tempo, mas o livro fica e registra esse momento, suas histórias, reflexões e, sobretudo, as vozes.

Nós dois conhecemos o acolhimento também a partir da gestão e da prática. Ao longo de nossas trajetórias, estivemos envolvidos na condução de diferentes modalidades e serviços — casas de acolhimento, casas-lares, famílias acolhedoras e outras experiências de cuidado e proteção. A vivência prática trouxe o privilégio e a responsabilidade de acompanhar de perto a transição global e nacional para modelos de cuidado cada vez mais humanizados, personalizados e focados no desenvolvimento integral. Essa caminhada reforçou a convicção de que o acolhimento institucional não pode ser um fim em si mesmo, mas sim um espaço seguro de transição e fortalecimento de vínculos e laços significativos. Por isso, talvez tenhamos aprendido a

olhar para o acolhimento a partir de dois lugares ao mesmo tempo: reconhecendo aquilo que construímos e avançamos e, também, aquilo que ainda não conseguimos fazer, e às vezes nos sentimos frustrados pela incapacidade de mudar realidades engessadas.

Quem conhece a história recente do acolhimento no Brasil dificilmente deixará de reconhecer os avanços das últimas décadas. Entre o lançamento do primeiro Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, em 2006, e o novo Plano, em 2026, muita coisa mudou. Avançamos na legislação, nas orientações técnicas, na compreensão do direito à convivência familiar e comunitária, na diversificação das modalidades de cuidado e na própria forma de pensar crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Mas seria ingênuo transformar esses avanços em uma narrativa apenas de sucesso que não corresponda à vida real. Quem permanece próximo ao cotidiano dos serviços conhece a distância que ainda existe entre aquilo que está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos Planos, nas Orientações Técnicas, nos termos, convênios e instrumentos de fiscalização e aquilo que efetivamente acontece na vida de muitos meninos e meninas. Essa distância se torna particularmente evidente quando olhamos para os adolescentes e para sua preparação para a vida adulta.

Talvez uma das maiores dívidas que ainda tenhamos seja justamente com aqueles que deixam o acolhimento. Aos 18 anos,

quando outros jovens ainda dependem diretamente de suas famílias, podemos esperar de um jovem egresso autonomia para enfrentar quase simultaneamente trabalho, renda, moradia, estudo, relações, escolhas e todas as demais exigências da vida adulta? Em espaços internacionais de jovens com experiência de acolhimento, temos ouvido a provocação: “25 é o novo 18”. Ela traduz essa realidade: a transição para a vida adulta é um processo, não uma data de aniversário, e exige políticas públicas capazes de acompanhar esse processo.

Por isso esse livro é importante. “Não falem de nós sem nós” não pode ser apenas uma frase que repetimos quando discutimos os benefícios de participação e protagonismo. Participar não é somente ser convidado para uma mesa, responder a uma consulta ou estar presente em um seminário. Participar é poder falar com a própria voz, interpretar a própria história, discordar das interpretações dos outros e produzir conhecimento a partir daquilo que se viveu. As falas dos jovens nem sempre são confortáveis. Em alguns momentos são denúncia. Em outros, denúncia com revolta justificada. Há também reconhecimento, afeto, conquistas, contradições e uma capacidade muito própria de identificar aquilo que realmente fez diferença.

Quem lê e escuta percebe, repetidamente, o valor do humano: o direito inalienável de existir, ser ouvido e transformar a própria realidade. O que emerge destas narrativas é a urgência de espaços que não apenas abriguem a juventude, mas que se deixem moldar por ela. É o reconhecimento de que o futuro não é um lugar onde chegaremos

passivamente, mas um território que já está sendo disputado, construído e ressignificado no presente, por meio de cada voz que se recusa a ser silenciada.

Sérgio Marques

Sub Gestor Nacional da Aldeias Infantis SOS

Patrick Reason

Secretário Geral da FICE International e Fundador e Diretor Executivo do Grupo ECD

APRESENTAÇÃO

O livro “**Minha Vida Fora do Acolhimento – Depoimentos**” foi construído com o propósito de deixar um registro histórico para que pesquisadores e estudiosos possam refletir sobre as políticas públicas a partir do olhar de quem viveu essa experiência e é, portanto, **especialista em sua própria vida**. Ninguém melhor do que esses jovens para contribuir com o país na construção de ações e serviços efetivos, capazes de garantir, de fato, os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária.

Não podemos deixar de registrar, neste percurso, a importante contribuição da **PUC Minas** para o debate, a reflexão e a luta pela consolidação de uma política pública voltada aos jovens que deixam os serviços de acolhimento. Este livro também nasce em um momento especialmente significativo: o ano em que o **Departamento de Serviço Social da PUC Minas celebra 80 anos de história**, reafirmando seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, com a formação profissional e com a construção de uma sociedade mais justa.

Para isso, o livro foi dividido em três partes:

Parte 1: Reflexões

A primeira parte reúne importantes registros. A atual Secretária Executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e

Comunitária, Fernanda Flaviana de Souza Martins, apresenta como surge esse importante Movimento de jovens no Brasil, o impacto da temática e sua entrada na agenda pública, com destaque para o **Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária**.

Logo em seguida, Antônio José Santo dos Anjos, atual presidente, juntamente com Jackson, coordenador, descrevem o surgimento e a trajetória desse forte e impactante movimento: o **Movimento Nacional Além do Acolhimento**.

Parte 2: Depoimentos

Esta parte traz algo muito genuíno e impactante: **a voz dos jovens**. Preparem-se para se emocionar. Ao percorrer histórias reais de quem já passou e de quem ainda está vivendo a experiência do acolhimento, o leitor poderá ser atravessado por diferentes emoções e percepções. Esperamos que esses relatos provoquem reflexões e, sobretudo, que possamos escutar o que está sendo dito — ou, melhor, escrito.

Os depoimentos apresentam os autores dessas vivências, que têm nomes, rostos e muita coragem para compartilhar suas histórias. Alguns ainda estão em acolhimento. Por isso, seus nomes foram modificados para preservar suas identidades. Já outros se apresentam como lideranças que poderão manter vivo, por muitos anos, o **Movimento Nacional Além do Acolhimento**.

O primeiro depoimento é de Marco Antônio, conhecido como Markinhus, que nos emociona com sua trajetória de vida e de luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes através do Movimento Meninos e Meninas de Rua no Brasil, trazendo reflexões sobre essa importante temática.

Embora esta publicação busque adotar a expressão jovens pós-acolhimento, conforme orientação do Movimento Nacional Além do Acolhimento, em alguns depoimentos os próprios jovens ainda utilizam o termo “jovem egresso”. Optamos por preservar essas falas, respeitando a forma como cada participante se reconhece e se expressa. Espera-se que, em publicações futuras, a expressão “jovem egresso” deixe de ser utilizada, fortalecendo a adoção do termo jovens pós-acolhimento.

Parte 3: Registros fotográficos

A terceira e última parte do livro é dedicada a um registro fotográfico do percurso histórico dos seminários “Minha Vida Fora do Acolhimento”, reunindo imagens que ajudam a contar essa trajetória e a preservar momentos marcantes de cada edição.

Esperamos que este livro contribua para que todos aqueles que integram o **Sistema de Garantia de Direitos** compreendam que é preciso repensar práticas e caminhos para que os direitos de crianças e adolescentes sejam, de fato, garantidos.

Mais do que um registro, este livro é um convite à escuta.
**Escutar quem viveu, quem vive e quem tem muito a dizer sobre a
vida para além do acolhimento.**

Boa leitura!

Fernanda Flaviana de Souza Martins¹

Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária

Waldeir Eustáquio dos Santos²

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

¹ Atual Secretária Executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária. Assistente Social, Diretora da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana, Professora do Departamento de Serviço Social da PUC Minas, Doutora em Psicologia pela PUC Minas. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), realizando estágio em Paris/França na Université Cergy-Pontoise. É membro do Conselho Consultivo da Rede Latino-Americana de Acolhimento Familiar (RELAF), representando o Brasil. Tem diversos livros publicados na área da infância.

² Chefe de Departamento e professor do Curso de Serviço Social da PUC Minas. Doutor em Relações Internacionais pela PUC Minas, realizou doutorado Sanduíche na Turquia (Ankara University). É membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Oriente Médio e Magreb (GEOMM), vinculado ao Departamento de Relações Internacionais/ PUC Minas. Membro pesquisador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Direitos Sociais e Migração; Membro pesquisador do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e da Família; Membro do Grupo de Estudos Anticoloniais – todos vinculados ao Departamento de Serviço Social da PUC Minas.

SUMÁRIO

<u>PARTE 1: REFLEXÕES</u>	17
DO MOVIMENTO NACIONAL PRÓ- CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA SURGE UM MOVIMENTO	19
<i>Fernanda Flaviana de Souza Martins</i>	
DA MINHA HISTÓRIA À NOSSA VOZ: UMA TRAJETÓRIA ALÉM DO ACOLHIMENTO	33
<i>Jackson Ferreira dos Santos</i>	
ONDE MINHA HISTÓRIA GANHOU FORÇA E PROPÓSITO NO COLETIVO	39
<i>Antônio José Santo dos Anjos</i>	
<u>PARTE 2: DEPOIMENTOS</u>	45
DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO: MEMÓRIAS DA FAMÍLIA, TRABALHO INFANTIL, RUA E LUTA POR DIREITOS	47
<i>Marco Antônio da Silva Souza (Markinhos Souza)</i>	
DO OUTRO LADO DO HORIZONTE	101
<i>Erick Costa Rosa</i>	
O MOVIMENTO QUE ME DEVOLVEU O DIREITO DE SONHAR	117
<i>Kênia Mourão</i>	
QUEM CONTINUA CAMINHANDO CONOSCO	133
<i>Juracy Bahia</i>	
DA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO À CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	147
<i>Eduardo Valério</i>	
MINHA HISTÓRIA	163
<i>Robson Pereira dos Santos (“Robinho”)</i>	

ESCOLHI VIVER	169
<i>Flaviane Primo de Oliveira</i>	
APRENDENDO UMA NOVA VIDA	175
<i>Éder Lúcio</i>	
EM BUSCA DOS MEUS SONHOS	177
<i>Mateus</i>	
MINHA HISTÓRIA	181
<i>Lucas Carvalho da Silva</i>	
PARA NASCER, CRESCER E VIVER, O QUANTO É IMPORTANTE O QUE VIRÁ: A TRAJETÓRIA DE SER ACOLHIDA E NO CAMINHAR, SONHAR, POIS OS SONHOS TORNARAM-SE REALIDADE	183
<i>Anne Mary Reis Pereira</i>	
HISTÓRIA E LEGADO	187
<i>Juarez Félix da Silva Júnior</i>	
MEMÓRIAS DE UMA CASA QUE NÃO ERA CASA	193
<i>Luiza Vitoria de Paula</i>	
AINDA ASSIM, CAMINHAR	203
<i>Flávia</i>	
UM CAMINHO DE CORAGEM, SUPERAÇÃO E ESPERANÇAS	205
<i>Kauã Vitor Corrêa Silva</i>	
SOBREVIVENDO AO INFERNO: QUANDO O ESTADO FALHA, A CORAGEM É O QUE RESTA	209
<i>Isaías Porto de Oliveira</i>	
FORA DO ACOLHIMENTO	211
<i>Lily</i>	
ENTRE GRADES INVISÍVEIS	219
<i>Leonardo</i>	
MINHA VIDA E COMO CHEGUEI NO ACOLHIMENTO	223
<i>Sofia</i>	

OS 6 ENSINAMENTOS QUE APRENDI COM A MAIOR IDADE	229
<i>Kaique</i>	
SUPERAÇÃO E MOVIMENTO	233
<i>Adrielly Félix da Silva Assunção</i>	
PRA VOCÊ CONTO MINHA HISTÓRIA	235
<i>Fernanda Gabriela</i>	
SAÍ, MAS PRA ONDE?	243
<i>Paulo Marcelo Porto</i>	
MINHA VOZ IMPORTA	247
<i>Emilly Vitória Almeida Lima Pereira</i>	
ENTRE QUEDAS E RECOMEÇOS	251
<i>Maria Eduarda</i>	
QUANDO OS 18 ANOS CHEGAM, QUEM CUIDA DE QUEM SAIU DO ACOLHIMENTO?	257
<i>Thalia Isabella Santos</i>	
A CRIANÇA QUE PRECISAVA SER OUVIDA	263
<i>Bruno Baptista Nicolau</i>	
<u>PARTE 3: REGISTRO FOTOGRÁFICO</u>	271

PARTE 1

Reflexões



DO MOVIMENTO NACIONAL PRÓ- CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA SURGE UM MOVIMENTO

Fernanda Flaviana de Souza Martins
Belo Horizonte/MG

Introdução

O direito à convivência familiar e comunitária representa um dos pilares fundamentais da proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil. Previsto no artigo 227 da Constituição Federal e consolidado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), esse direito foi sendo fortalecido ao longo das últimas décadas a partir da mobilização da sociedade civil, de pesquisadores, profissionais do Sistema de Garantia de Direitos e, cada vez mais, da participação de crianças, adolescentes e jovens com experiência de acolhimento.

É nesse percurso que se destaca a trajetória do **Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC)**, importante articulação nacional da sociedade civil dedicada à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária.

A história desse movimento está diretamente relacionada à construção, implementação, avaliação e atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Ao longo de sua trajetória, o MNPCFC contribuiu para ampliar o debate sobre a excepcionalidade e a provisoriedade do acolhimento, o fortalecimento das famílias, a

reintegração familiar, o acolhimento familiar, e a necessidade de qualificação das políticas públicas.

Mais recentemente, essa trajetória incorporou uma questão que durante muito tempo permaneceu pouco visível na agenda pública: **o que acontece com os adolescentes e jovens quando deixam os serviços de acolhimento?**

A resposta a essa pergunta abriu uma nova frente de luta e participação social e contribuiu para o surgimento do **Movimento Nacional Além do Acolhimento**, protagonizado por jovens que vivenciaram o acolhimento e passaram a transformar suas próprias experiências em conhecimento, participação e incidência política.

Assim, a história do Movimento Além do Acolhimento não pode ser compreendida de forma isolada. Ela é parte de uma construção histórica anterior, na qual o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária teve papel fundamental ao criar espaços de escuta, articulação e participação que possibilitaram que essa nova pauta emergisse.

A construção histórica de uma pauta (in)visível dos jovens pós acolhimento

Ao longo de sua trajetória, o MNPCFC atuou na defesa da excepcionalidade e provisoriedade do acolhimento institucional, do fortalecimento das famílias, da ampliação do acolhimento familiar, da produção de estudos e pesquisas e da participação social de crianças, adolescentes e jovens.

Um dos movimentos mais importantes dessa trajetória foi a ampliação da escuta daqueles que haviam vivido a experiência do acolhimento.

Essa escuta provocou uma mudança fundamental: **os jovens deixaram de ser apenas pessoas sobre as quais se falava e passaram a ocupar o lugar de pessoas que falam sobre suas próprias vidas e sobre as políticas que deveriam protegê-las.**

Da escuta ao protagonismo: “Minha Vida Fora Dali”

No processo de avaliação e atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, a escuta de adolescentes e jovens pós acolhimento ganhou uma dimensão política inédita. A partir da experiência do MNPCFC na articulação dessa escuta, tornou-se possível conhecer, pela voz dos próprios jovens, os desafios enfrentados depois do desligamento institucional.

A pesquisa **“Minha Vida Fora Dali: Escuta de Jovens Egressos para Avaliação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária”**, coordenada pelo MNPCFC, contribuiu para revelar uma realidade que precisava ocupar o centro da agenda pública: sair do acolhimento não significa, necessariamente, estar preparado para a vida adulta.

As histórias revelaram dificuldades relacionadas à moradia, educação, trabalho, renda, saúde, vínculos afetivos e pertencimento comunitário. Revelaram também sentimentos de medo, insegurança e solidão diante de uma saída que, muitas vezes, acontece de forma

abrupta. A escuta mostrou que a autonomia não nasce automaticamente quando o jovem completa 18 anos.

Autonomia é um processo que precisa ser construído, acompanhado e apoiado.

Foi nesse contexto que a experiência de escuta ganhou novos contornos. Os jovens passaram a se reconhecer como sujeitos coletivos e a transformar suas experiências em força de mobilização e participação política. É nesse processo que surge o **Movimento Nacional Além do Acolhimento**.

Nasce o Movimento Nacional Além do Acolhimento

O Movimento Nacional Além do Acolhimento nasce, portanto, de uma trajetória anterior de mobilização e escuta, mas ganha identidade própria a partir do protagonismo dos jovens.

Em 2024, o seminário “**Minha Vida Fora do Acolhimento – A transição dos jovens que saem dos Serviços de Cuidados Alternativos**”, realizado com o apoio da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana, Aldeias Infantis SOS Brasil e PUC Minas, reuniu 54 jovens de diferentes partes do país com histórias de vida marcadas pela passagem pelos serviços de acolhimento, em sua maioria institucional. O encontro representou um momento de ruptura.

Jovens que muitas vezes haviam sido vistos apenas como destinatários das políticas públicas passaram a ocupar o centro do debate. Falaram de suas histórias, das violações vivenciadas, dos

desafios da saída do acolhimento e, sobretudo, do futuro que desejavam construir.

O que inicialmente era uma experiência de escuta transformou-se em participação, mobilização e organização coletiva.

Dessa experiência nasce o **Movimento Nacional Além do Acolhimento**, constituído por jovens que passaram a reivindicar não apenas o direito de sair do acolhimento, mas o direito de **sair com condições para construir uma vida adulta digna, autônoma e com pertencimento**.

O Movimento trouxe uma nova perspectiva para a política pública: não basta preparar o jovem para deixar o acolhimento; é necessário construir uma **transição segura**, planejada, progressiva e acompanhada.

Da saída do acolhimento à construção da autonomia

Durante muito tempo, completar 18 anos foi compreendido como o momento em que terminava a responsabilidade institucional. Para muitos jovens, isso significava sair do serviço de acolhimento sem uma rede familiar fortalecida, sem moradia, sem renda, sem trabalho e sem suporte suficiente para enfrentar as responsabilidades da vida adulta. O Movimento Além do Acolhimento passa a questionar essa lógica.

A experiência dos jovens evidencia que a autonomia não pode ser confundida com independência imediata. Tornar-se adulto é um

processo que envolve oportunidades, vínculos, suporte, escolhas e condições concretas para construir um projeto de vida.

Por isso, a transição do acolhimento para a vida adulta precisa começar antes do desligamento e continuar depois dele. Deve envolver planejamento individualizado, preparação progressiva, acompanhamento e articulação entre diferentes políticas públicas.

Moradia, educação, profissionalização, trabalho, renda, saúde, cultura, convivência comunitária e apoio psicossocial não podem ser tratados de forma isolada. A construção da autonomia exige uma resposta intersetorial e continuada.

É nesse ponto que o Movimento Nacional Além do Acolhimento produz uma contribuição fundamental: **transforma uma experiência individual em uma questão de responsabilidade pública.**

O impacto na atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária

A participação dos jovens no processo de atualização do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária de 2025 representa um marco histórico.

A voz de adolescentes e jovens egressos passou a integrar o processo de construção da política pública, contribuindo para deslocar esses sujeitos da condição de destinatários para a de **protagonistas e coprodutores das políticas que incidem sobre suas vidas.**

O PNCFC 2025 reconhece essa participação e estabelece, no **Eixo 6 – Adolescentes e Jovens Egressos dos Serviços de Acolhimento**, uma agenda específica para essa população.

Embora o PNCFC 2025 utilize o termo “**egresso**” em seu texto, o Movimento Nacional Além do Acolhimento traz uma importante reflexão e uma grande contribuição ao propor um pacto para que passemos a utilizar a expressão “**jovens pós-acolhimento**”. Mais do que uma mudança de nomenclatura, essa escolha representa uma mudança de perspectiva: esses jovens não devem ser definidos pelo lugar de onde saíram, mas reconhecidos por suas trajetórias, seus projetos de vida e pelas possibilidades que constroem para o futuro.

O Plano propõe a construção de estratégias voltadas à preparação para a vida adulta, à autonomia e ao acompanhamento dos jovens pós-acolhimento, reforçando a necessidade de políticas intersetoriais que envolvam assistência social, saúde, educação, habitação, trabalho e renda, cultura, justiça e políticas de juventude.

Mais do que uma mudança administrativa, trata-se de uma mudança de concepção.

O jovem não deve sair do acolhimento sozinho. Deve sair com uma rede de apoio fortalecida, preparado e com condições concretas para construir sua autonomia.

Por que não usar o termo egresso?

A trajetória que vai do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária ao Movimento Nacional Além do Acolhimento demonstra como as políticas públicas podem ser transformadas quando diferentes sujeitos se articulam e, principalmente, quando aqueles diretamente afetados pelas políticas passam a participar de sua construção.

O MNPCFC contribuiu para que a pauta da convivência familiar e comunitária se consolidasse como uma agenda nacional e criou condições para ampliar a escuta de crianças, adolescentes e jovens.

Essa trajetória foi fundamental para que a questão dos jovens pós-acolhimento deixasse de ser percebida como uma situação individual e passasse a ser reconhecida como uma questão de política pública.

O Movimento Além do Acolhimento, por sua vez, acrescenta uma dimensão essencial: o protagonismo de quem viveu o acolhimento.
--

Essa relação entre os dois movimentos não significa que um substitua o outro. Ao contrário, suas trajetórias se complementam e fortalecem uma mesma perspectiva de garantia de direitos.

O MNPCFC contribuiu para abrir caminhos, construir espaços de participação e colocar a convivência familiar e comunitária na agenda pública. Os jovens do Movimento Além do Acolhimento

ocuparam esses espaços com suas próprias vozes e passaram a afirmar aquilo que precisa ser construído para que a vida depois do acolhimento seja possível.

A produção do conhecimento como estratégia de consolidação de políticas públicas para jovens pós acolhimento

A construção dessa agenda também pode ser percebida na produção editorial que acompanha a trajetória do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e do Movimento Nacional Além do Acolhimento.

Há um aspecto especialmente significativo nessa história: **as duas obras nascem em Belo Horizonte, tendo a PUC Minas como espaço de encontro, reflexão, produção de conhecimento e construção dessa trajetória social e política em torno dos jovens pós-acolhimento no Brasil.**

O primeiro livro sobre a temática, uma obra inédita no país, nasce no contexto das comemorações dos **20 anos do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária**. A publicação reúne, principalmente, artigos científicos e reflexões de pesquisadores e profissionais, acompanhados por alguns depoimentos. Ao sistematizar conhecimentos e experiências, a obra contribui para dar visibilidade à temática, fortalecer o debate e provocar reflexões sobre os desafios enfrentados por adolescentes e jovens que deixam os serviços de acolhimento.

O segundo livro, **Minha Vida Fora do Acolhimento**, nasce também em um momento simbólico: no contexto das comemorações dos **80 anos da PUC Minas e dos 80 anos do Departamento de Serviço Social**. A obra representa mais um capítulo dessa trajetória e propõe uma importante inversão.

Se no primeiro livro predominam os estudos, as reflexões e a produção acadêmica sobre a temática, nesta publicação **as histórias de vida dos jovens ocupam o centro**.

A maior parte da obra é composta por depoimentos de jovens que passaram ou ainda passam pela experiência do acolhimento. São histórias reais, marcadas por desafios, conquistas, medos, sonhos e, sobretudo, pela coragem de falar sobre suas próprias trajetórias.

Essa mudança não é apenas editorial. Ela expressa uma mudança política e metodológica: **passar de uma produção sobre os jovens para uma produção que também é construída a partir de suas próprias vozes e experiências**.

Os dois livros, portanto, fazem parte de uma mesma trajetória de construção de conhecimento, participação e incidência política. O primeiro contribui para a sistematização e o aprofundamento do debate; o segundo amplia esse debate a partir do protagonismo dos próprios jovens.

Em **Minha Vida Fora do Acolhimento**, os depoimentos deixam de ocupar um lugar complementar e passam a constituir a principal narrativa da obra. Os jovens não aparecem apenas como objeto de estudo ou destinatários de políticas públicas, mas como sujeitos que produzem conhecimento sobre suas próprias vidas, identificam lacunas

nas políticas existentes e apontam caminhos para a construção de respostas mais adequadas.

Nesse sentido, a obra representa também uma importante expressão do **Movimento Nacional Além do Acolhimento**: jovens que, ao compartilharem suas experiências, transformam histórias individuais em uma construção coletiva e em uma agenda de luta por direitos.

Assim, os dois livros marcam momentos distintos, mas profundamente conectados, de uma mesma trajetória: **primeiro, a produção e sistematização do conhecimento sobre uma questão que precisava entrar na agenda pública; depois, a centralidade das vozes daqueles que viveram essa experiência e que passam a ocupar o lugar de protagonistas na construção das respostas para o seu próprio futuro.**

Belo Horizonte e a PUC Minas tornam-se, nesse percurso, um território simbólico dessa construção. É nesse espaço que conhecimento, compromisso social, participação juvenil e incidência política se encontram para contribuir com uma nova perspectiva sobre a vida pós-acolhimento no Brasil.

Enfim, a história que se constrói entre o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária e o Movimento Nacional Além do Acolhimento revela um importante processo de transformação.

Partimos da defesa do direito à convivência familiar e comunitária, avançamos para a qualificação dos serviços de acolhimento, fortalecemos a necessidade de prevenção da

institucionalização e da reintegração familiar e, posteriormente, ampliamos o olhar para aqueles que permanecem invisíveis depois do desligamento.

A chegada dessa pauta à agenda nacional demonstra que **a proteção integral não pode terminar quando o jovem completa 18 anos.**

O PNCFC 2025, especialmente por meio do Eixo 6, reconhece que a construção da autonomia exige tempo, oportunidades, vínculos, acompanhamento e políticas públicas articuladas.

O desafio agora é transformar essa conquista normativa em realidade nos territórios.

É preciso que estados, municípios, serviços, universidades, organizações da sociedade civil e demais integrantes do Sistema de Garantia de Direitos assumam a responsabilidade pela construção de estratégias de **transição segura para a vida adulta**, garantindo que adolescentes e jovens possam planejar seus projetos de vida e desenvolver sua autonomia com dignidade.

O Movimento Nacional Além do Acolhimento mostra que os jovens não querem apenas ser ouvidos. **Eles querem participar, decidir e construir as políticas que dizem respeito às suas próprias vidas.**

E talvez essa seja uma das maiores contribuições dessa história: compreender que preparar um jovem para a vida adulta não significa simplesmente ensiná-lo a caminhar sozinho.

Significa criar condições para que ele possa construir seu próprio caminho, viver com autonomia e dignidade e, sobretudo, ter o direito e as oportunidades necessárias para buscar e realizar seus sonhos.

DA MINHA HISTÓRIA À NOSSA VOZ: UMA TRAJETÓRIA ALÉM DO ACOLHIMENTO

Jackson Ferreira dos Santos
Belo Horizonte/MG

Eu lembro como se fosse hoje de algumas coisas que aconteceram depois que saí do acolhimento. Naquela época, eu não imaginava que tudo aquilo que eu estava vivendo poderia, algum dia, virar uma história que outras pessoas também conheceriam.

Quando a gente fala em sair do acolhimento, parece que é só sair pela porta. Mas não é. Depois que aquela porta abre, começam outras preocupações. Onde eu vou morar? Como vou conseguir dinheiro? Como vou trabalhar? E quando eu precisar de alguém, quem vai estar comigo?

Eu vivi muitas dessas perguntas. E sei que outros jovens também viveram. Foi nesse caminho que, em 2024, a Fernanda Flaviana, secretária-executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, realizou o Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento. Eu sabia que aquele encontro era importante, mas não fazia ideia do que ele iria provocar depois.

Vieram jovens de vários lugares. Eram histórias diferentes, mas tinha uma coisa que aproximava todo mundo: a gente sabia o que era ter passado pelo acolhimento.

Eu lembro do nervosismo de falar. Não é fácil colocar a própria história na frente de várias pessoas. Mas, ao mesmo tempo, tinha uma

vontade enorme de falar. Durante muito tempo, outras pessoas falaram sobre a gente. Naquele momento, a gente queria falar por nós mesmos.

O seminário reuniu mais de 50 jovens do pós-acolhimento e jovens em transição, de diferentes estados, aqui em Belo Horizonte. E, para mim, aquilo deixou de ser apenas um seminário. Foi ali que comecei a perceber que a nossa experiência também tinha valor.

A gente começou a colocar no papel coisas que faziam parte da nossa vida. Moradia, trabalho, dinheiro, saúde mental, família, autonomia e projeto de vida, mas tinha uma coisa por trás de tudo isso, a vontade de ser ouvido.

A gente não queria que continuassem falando por nós, queríamos participar das decisões sobre nossas próprias vidas. A gente se reuniu, conversou, trocou experiências e construiu um manifesto pensando em melhorias para quem passa pelo acolhimento e para quem está vivendo o momento de sair dele.

A declaração foi assinada por 54 jovens. Meu nome está ali também. E isso, para mim, tem um peso enorme. Porque eu sei de onde eu vim. E sei o que significa para alguém que passou pelo acolhimento conseguir ocupar um espaço onde sua própria experiência é reconhecida como conhecimento.

Depois daquele momento, a gente percebeu que não queria parar ali. Começamos a conversar sobre o que poderíamos construir juntos. Foi nesse processo que nasceu o Movimento Além do Acolhimento. E não foi tudo fácil. A gente teve dúvidas, discordou, errou e aprendeu. Teve momentos em que não sabia muito bem qual seria o próximo passo. Mas continuou.

Em determinado momento, algumas pessoas queriam que eu assumisse a presidência do Movimento. Eu pensei bastante e decidi apoiar o Antônio. Ele tinha experiência e, naquele momento, eu acreditava que poderia contribuir muito. Ele foi escolhido por unanimidade e eu fiquei como coordenador-geral.

Foi vivendo tudo isso que fui entendendo melhor o que significa participação. Porque participar não é só estar numa reunião ou ocupar uma cadeira. É poder falar, ser ouvido e também ajudar a construir aquilo que vai afetar a vida de outras pessoas.

Hoje, o Movimento continua sendo construído por jovens que passaram pelo acolhimento ou que têm essa experiência como parte da sua trajetória. A gente se organiza a partir da participação dos próprios jovens: tem conversa, troca, formação, reuniões e construção coletiva. E também buscamos ocupar os espaços onde as políticas públicas são discutidas, levando para esses lugares uma coisa que muitas vezes não aparece nos documentos: a experiência de quem viveu o acolhimento.

O Movimento também foi criando relações nos acolhimentos, com o poder público, gestores sociais e espaços de participação social. A ideia nunca foi falar sozinho. A gente quer construir pontes. Quando participamos de uma discussão sobre políticas para crianças, adolescentes e jovens, levamos aquilo que vivemos, mas também precisamos escutar outras pessoas e outras realidades. É assim que a gente vai fortalecendo o Movimento e fazendo com que a voz dos jovens esteja presente onde as decisões acontecem.

O Movimento também participou do primeiro livro “Minha Vida Fora do Acolhimento”. Ver aquelas histórias reunidas foi muito forte

para mim, porque eram histórias de pessoas que passaram por coisas difíceis e que agora estavam sendo ouvidas e registradas. E, mais do que registrar histórias, eu acredito que essas experiências também podem ajudar a pensar estratégias para que outros jovens tenham uma transição mais segura para a vida adulta.

Eu penso muito nos jovens que ainda estão dentro do acolhimento. Quando um jovem está lá dentro, muitas vezes ele não consegue imaginar o que vai acontecer depois. Eu mesmo já tive momentos em que não sabia muito bem qual seria o meu caminho, é por isso que eu acredito tanto na importância de falar sobre o pós-acolhimento.

Porque não basta preparar alguém para sair, é preciso pensar no que vem depois. Tem que ter moradia, trabalho, estudo, renda e acesso às políticas públicas, mas, principalmente, precisa existir a possibilidade de construir um projeto de vida.

Quando comecei a representar o Movimento em espaços de discussão das políticas para crianças, adolescentes e jovens, muitas vezes eu pensava: “Como eu cheguei até aqui?”. Eu, que um dia fui uma criança dentro de um serviço de acolhimento, agora estava participando de espaços onde se discutia o futuro de outras crianças e adolescentes. Eu não estava ali apenas porque tinha estudado o assunto. Eu estava ali porque eu vivi. E isso faz diferença.

Participar das discussões do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária também teve esse significado para mim. Eu carregava comigo a experiência de quem passou pelo acolhimento e sabia que uma política pública não é apenas um documento. Ela chega

na vida de alguém. Às vezes chega como uma oportunidade. Às vezes como uma dificuldade. Às vezes chega tarde. E às vezes nem chega. É por isso que o Movimento Além do Acolhimento é tão importante para mim. Ele faz parte da minha história, mas ele também representa outras histórias.

A gente não quer que um jovem seja lembrado apenas pelo fato de ter passado pelo acolhimento. A gente quer que ele tenha oportunidade de estudar, trabalhar, ter uma casa, construir seus vínculos, participar e decidir sobre a própria vida.

Eu aprendi que autonomia não é simplesmente dizer para um jovem: “Agora você está sozinho, se vira”. Autonomia também é ter apoio para conseguir caminhar, é poder aprender a cuidar da própria vida sem precisar enfrentar tudo sozinho. Eu penso muito nisso porque sei que, quando a gente sai do acolhimento, muitas coisas ainda precisam ser construídas. E eu também sei que tive pessoas e oportunidades que fizeram diferença na minha caminhada.

Por isso, quando penso no futuro do Movimento, eu penso em continuar ampliando essa voz. Quero que mais jovens conheçam o Movimento, participem, tragam suas histórias e ocupem os espaços onde as decisões são tomadas. Quero que a gente consiga chegar a mais lugares e fazer com que falar sobre o pós-acolhimento deixe de ser uma coisa lembrada só depois que o jovem sai. Isso precisa começar antes. Porque o jovem precisa sair sabendo que não está sozinho. E é por isso que continuo pelos jovens que caminharam comigo, pelos que já saíram do acolhimento e, principalmente, por aqueles que ainda estão lá.

Se eu pudesse falar alguma coisa para um jovem que está hoje dentro de um acolhimento, eu diria que ele não precisa acreditar que a história dele termina ali. Eu sei que pode ser difícil enxergar o que vem depois. Eu também já tive momentos em que não conseguia enxergar, mas existe vida depois do acolhimento. Existe a possibilidade de estudar, trabalhar, construir uma família, ter uma casa, fazer escolhas, errar e começar de novo. Eu sou prova de que a história não termina quando a gente sai daquela porta.

Talvez seja justamente ali que começa uma outra parte da nossa vida. E é por isso que eu continuo acreditando que nossas histórias precisam ser ouvidas. Não porque somos exemplos de uma história perfeita, mas porque vivemos, erramos, aprendemos e continuamos caminhando. E, se a nossa experiência puder ajudar outro jovem a não se sentir sozinho quando sair do acolhimento, então tudo isso já valeu a pena.

ONDE MINHA HISTÓRIA GANHOU FORÇA E PROPÓSITO NO COLETIVO

Antônio José Santo dos Anjos
Salvador/BA

Em 2024, durante a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, vivi um daqueles encontros que, naquele momento, pareciam apenas uma conversa casual, mas que acabariam mudando completamente a minha trajetória. Eu estava na fila do pão quando conheci Fernanda Flaviana. Ela estava à minha frente e, durante a conversa, me perguntou qual segmento eu representava. Respondi que fazia parte da pauta de crianças e adolescentes e que eu era um jovem que havia vivido no acolhimento institucional. Foi quando percebi que os olhos dela mudaram. Ela se interessou pela minha história, pelas experiências que eu carregava e, principalmente, por aquilo que acontecia depois da saída do acolhimento.

Naquele momento, Fernanda me entregou a Declaração dos Jovens Egressos (produzida durante o Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento) e me pediu que eu a entregasse ao então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e à presidenta do Conanda. Para mim, aquilo tinha um significado enorme. Eu estava recebendo, em minhas mãos, não apenas um documento, mas uma responsabilidade: levar a voz de tantos jovens que, depois de deixarem o acolhimento, muitas vezes passam a enfrentar sozinhos os desafios da vida adulta.

Pouco tempo depois, Fernanda me convidou para participar do grupo de jovens que havia se formado a partir do Seminário realizado em Belo Horizonte. Eu aceitei.

Comecei a conhecer outras histórias, outros jovens, outras realidades. E, principalmente, comecei a entender que aquilo que eu havia vivido não era apenas uma história individual. Existiam muitos jovens como eu, tentando construir suas vidas depois do acolhimento e buscando algo que deveria ser básico: uma oportunidade de continuar sendo cuidado mesmo depois dos 18 anos.

Foi nesse processo que nasceu uma ideia maior. Na reunião em que discutíamos o que aquele grupo realmente seria, quais seriam nossos objetivos e qual caminho seguiríamos, decidi colocar meu nome à disposição para a presidência. Recebi o voto de todas as pessoas que estavam presentes. Ali começava uma nova etapa da minha vida.

O Movimento Nacional Além do Acolhimento passou a representar muito mais do que uma organização. Ele se tornou um espaço de pertencimento, participação e construção política de jovens egressos. Um espaço em que nós não somos apenas convidados para falar sobre nossas vidas: somos nós que construímos as pautas, ocupamos os espaços e ajudamos a decidir os caminhos das políticas públicas que dizem respeito às nossas próprias vidas.

O Movimento representa a certeza de que sair do acolhimento não significa deixar de precisar de cuidado, proteção e oportunidades. Representa a luta por moradia, educação, trabalho, renda, saúde, documentação, vínculos afetivos, participação social e, principalmente, pelo direito de cada jovem egresso construir seu próprio projeto de vida.

O acolhimento termina. O cuidado não pode terminar. E foi com esse propósito que fomos ocupando espaços que, durante muito tempo, pareciam distantes da realidade de um jovem egresso.

Um dos momentos mais marcantes foi o lançamento do livro “Minha Vida Fora do Acolhimento”, que se tornou um marco para o Movimento e para a própria pauta dos jovens egressos no Brasil. Mais do que um livro, ele representa a nossa entrada na história por meio da nossa própria voz. É uma obra que registra experiências, sentimentos, desafios e sonhos de quem passou pelo acolhimento e precisou aprender a construir a vida depois dele.

Ver esse livro sendo lançado foi emocionante porque, durante muito tempo, falar sobre acolhimento significava falar sobre crianças dentro das instituições. Nós ajudamos a ampliar essa conversa para perguntar: E depois? O que acontece com esse jovem quando ele completa 18 anos? E essa pergunta passou a ocupar cada vez mais espaços.

Tive também a oportunidade de participar de momentos que jamais imaginei viver. Um deles foi poder sentar diante de juízes para falar sobre jovens egressos, suas trajetórias e os desafios encontrados depois da saída do acolhimento. Para mim, aquele momento teve um significado ainda maior. Eu tenho o sonho de, um dia, me tornar juiz. Então estar sentado diante de magistrados não apenas como alguém que sonha em ocupar aquele lugar no futuro, mas como um jovem egresso falando sobre uma pauta que conheço profundamente, foi uma experiência difícil de explicar.

Eu estava ali mostrando que a nossa história não precisa determinar até onde podemos chegar. O jovem que um dia esteve dentro de uma instituição de acolhimento também pode ocupar a universidade, os espaços de participação social, as instituições, os tribunais e, quem sabe, um dia, a própria magistratura.

Outro momento importante foi o lançamento do Programa Novos Caminhos, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Participar daquele processo significou ver uma pauta que durante tanto tempo foi invisibilizada começar a ganhar espaço dentro das políticas públicas.

Também participei do Seminário “Minha Vida Fora do Acolhimento II”, reencontrando jovens, profissionais e pessoas que acreditam que a saída do acolhimento precisa ser acompanhada por oportunidades reais de autonomia e construção de futuro.

E talvez um dos momentos mais importantes de toda essa caminhada tenha sido acompanhar a aprovação de um plano que passou a contar com um Eixo 6 dedicado aos jovens egressos. Para quem olha de fora, pode parecer apenas mais um eixo dentro de um documento. Para nós, não é. É o reconhecimento de que existimos. É o reconhecimento de que a saída do acolhimento precisa estar no centro das políticas públicas. É a transformação de histórias que antes eram contadas individualmente em uma agenda política nacional.

E então veio outro momento que jamais vou esquecer: sentar com o presidente Lula. Estar diante do presidente da República (e ouvir dele que um dia eu seria presidente do Brasil me fez sonhar ainda mais que um dia eu realmente serei) levando a voz dos jovens egressos foi uma sensação indescritível. Porque naquele momento eu não estava ali

apenas como Antônio José. Eu carregava comigo as histórias de muitos jovens que passaram pelo acolhimento, jovens que tiveram seus sonhos interrompidos, jovens que precisaram amadurecer cedo demais e jovens que, assim como eu, continuam lutando para construir uma vida com dignidade.

Olhar para trás e lembrar daquele menino na fila do pão, em 2024, conversando com Fernanda Flaviana, é perceber o quanto uma conversa pode mudar uma história. Naquele dia, eu não sabia onde aquela conversa iria me levar. Eu não sabia que conheceria tantos jovens. Não sabia que assumiria a presidência de um movimento. Não sabia que ajudaria a construir uma agenda nacional para jovens egressos. Não sabia que participaria do lançamento de um livro. Não sabia que sentaria com juízes. Não sabia que participaria da construção de políticas públicas. E muito menos imaginava que teria a oportunidade de estar diante do presidente da República falando sobre aquilo que eu vivi.

Hoje eu entendo que a minha história nunca foi somente sobre ter passado pelo acolhimento. É sobre tudo aquilo que veio depois. É sobre transformar uma experiência de vida em compromisso político. É sobre transformar dor em luta. É sobre transformar invisibilidade em voz. E, principalmente, é sobre garantir que os próximos jovens que deixarem o acolhimento não precisem enfrentar o mundo sozinhos.

O Movimento Nacional Além do Acolhimento nasceu das nossas histórias, mas hoje pertence a uma luta muito maior. Uma luta para que nenhum jovem seja definido pelo lugar de onde veio, mas pelas possibilidades de futuro que consegue construir. E talvez essa seja a

maior parte da minha história: eu saí do acolhimento, mas nunca deixei de lutar por quem ainda está tentando descobrir como será a vida depois dele.

PARTE 2

Depoimentos



DA INVISIBILIDADE AO PROTAGONISMO: MEMÓRIAS DA FAMÍLIA, TRABALHO INFANTIL, RUA E LUTA POR DIREITOS

Marco Antônio da Silva Souza (Markinhos Souza)³
São Bernardo do Campo/SP

DE ONDE EU VENHO: INFÂNCIA, FAMÍLIA E PRIMEIRAS DESCOBERTAS

Antes de eu começar

Vou te contar uma história que carrego há muito tempo e que só agora estou conseguindo colocar no papel. Há fome, violência, e pessoas que amei e perdi cedo demais. Mas também há muita luta. Muitas pessoas apostaram em mim quando ninguém mais apostava. Um menino que, apesar de tudo, conseguiu se tornar homem, pai e hoje avô; e alguém que passou a vida inteira lutando para que outras crianças e adolescentes não passem pelo que eu passei. Peço que você leia com

-
- ³ Menino em Situação de Rua e Trabalho Infantil (1976/1986)
 - Coordenador do Projeto Meninos e Meninas de Rua (2026/2029)
 - Coordenador Adjunto Nacional do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (2025/2028)
 - Conselheiro Nacional do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (2026/2028)

calma. Não porque seja longa, mas porque cada pedaço dessa história é real. São reais os nomes abreviados, as datas e os lugares que ainda existem ou que já sumiram do mapa, mas não da minha memória. Se em algum momento você sentir o peito apertar, saiba que é assim que eu me sinto sempre que relembro. E se em algum momento você sentir esperança, saiba que é isso que eu quero deixar, no final das contas: que dor, quando compartilhada e organizada, também pode se transformar em luta coletiva, conquistas sociais e políticas.

Vamos começar do início: Durante muito tempo, pensei que minha história fosse apenas mais uma entre tantas histórias de pobreza e desigualdades espalhadas pelo Brasil. Demorei anos para entender que o que vivi na infância não dizia respeito apenas à minha família, ou aos bairros onde vivi ou à rua. Minha trajetória revela um período da história brasileira em que milhares de crianças tiveram seus direitos negados. Trabalharam desde muito cedo, viveram nas ruas, enfrentaram a violência de todo tipo e aprenderam a sobreviver antes mesmo de entender completamente o que é a infância.

Escrever este texto não é apenas recordar acontecimentos do passado. É preservar uma memória que pertence a muitas crianças e adolescentes que permaneceram **INVISÍVEIS** para o Estado e para a sociedade. Muitos dos meninos e meninas que caminharam ao meu lado nunca tiveram a chance de contar suas próprias histórias. Alguns morreram muito jovens. Outros desapareceram sem deixar registros.

Outros ainda vivem nas ruas. Por isso, enquanto escrevo sobre minha própria vida, sinto que também estou emprestando minha voz a um segmento social inteiro.

Minha intenção não é despertar pena nem apresentar um exemplo de superação individual. Acredito que histórias como a minha só fazem sentido quando ajudam a entender as estruturas sociais que produzem desigualdades, e ao mesmo tempo revelam a força da organização coletiva, da educação popular e da participação social na transformação da realidade. Se hoje dedico minha vida à defesa dos direitos humanos e das crianças e adolescentes em situação de rua, não foi porque um dia simplesmente decidi mudar meu destino. Minha trajetória foi construída por muitas mãos: minha família, educadores sociais, movimentos populares, crianças e adolescentes, e pessoas que acreditaram que nenhuma infância deveria ser descartada como um objeto.

Convido você a caminhar comigo por essa memória. Não apenas para conhecer a história de Markinhos (Marco Antônio), mas para revisitar um Brasil que ainda insiste em esconder parte de suas infâncias e adolescências. Algumas paisagens mudaram, algumas leis avançaram, novas políticas públicas foram criadas, mas a desigualdade ainda produz infâncias interrompidas. Talvez fique mais claro que a defesa dos direitos das crianças e adolescentes não é responsabilidade e compromisso apenas das famílias, mas também do Estado e da

sociedade.

Origens

Nasci em maio, na Santa Casa de Misericórdia, segundo minha mãe, e sou registrado como nascido em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista. Meu pai vinha de uma família grande: três irmãs e quatro irmãos; minha mãe também, com família numerosa, sete irmãs e um irmão. Hoje restam vivas, por parte do meu pai, apenas duas irmãs gêmeas, ambas residindo em São Bernardo do Campo; minha mãe perdeu seu irmão e uma irmã, as demais moram em MG e São Paulo. Meu pai e minha mãe são os terceiros irmãos das suas respectivas famílias.

Meu pai conheceu minha mãe numa cidadezinha de Minas Gerais, onde ele trabalhava em circo, cantando e tocando violão junto com seu irmão mais novo. Foi ali que o amor floresceu, apesar da desconfiança do meu avô (parte de mãe), que não gostava nada daquilo. Minha mãe era nova, pouco mais de dezoito anos, e meu pai era de circo, de cidade grande, coisa que deixava todo mundo desconfiado. Mesmo assim casaram, depois que meu avô vendeu um pedaço de terra pra pagar a festa. Meus pais foram morar no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo, na casa dos meus avós paternos, e pouco depois, em torno de dois anos, eu nasci — sou o mais velho de quatro irmãos.

Sou filho de mãe mineira e de pai cearense, dois trabalhadores

que carregavam no corpo as marcas de uma vida dura, de muito esforço. Meu pai foi artista de circo, extrator de areia, porteiro, metalúrgico, pedreiro, perfurador de poço, pintor, vigilante e segurança; minha mãe trabalhou de arrumadeira, abatedora de aves, lenhadora, faxineira, cortadeira de madeira, metalúrgica, química, serviços gerais e cozinheira, e em outras atividades que apareciam para garantirem a sobrevivência da família. Como milhares de brasileiros que migraram para a região metropolitana paulista, eles buscavam melhores condições de vida, mas encontraram uma cidade marcada por ocupação, desenvolvimento desordenado e desigualdade.

A questão da moradia sempre foi um desafio em nossa família. Mudávamos constantemente de lugar, percorrendo bairros de São Bernardo do Campo em busca de um espaço onde fosse possível viver com um pouco mais de estabilidade. Cresci acompanhando essas mudanças, percebendo desde cedo que a insegurança não estava apenas na falta de dinheiro, mas também na falta de pertencimento. Cada mudança significava recomeçar, adaptar-se a novos vizinhos, ruas, novas distâncias e formas de sobreviver.

Apesar das dificuldades, minhas primeiras lembranças também carregam afetos. Lembro da presença dos meus pais, das conversas em casa, das tentativas de manter a família unida e da dignidade que eles buscavam preservar mesmo diante da pobreza. No entanto, junto dessas lembranças, também ficaram imagens que nunca desapareceram:

difficuldade alimentar, o medo, a violência urbana e a sensação de que a cidade havia sido construída e se desenvolvia para alguns, mas não para todos.

A vida logo se impôs difícil: meu pai sofreu um grave acidente cavando um poço — um gancho de ferro perfurou sua virilha, a ferida infeccionou e ele ficou impossibilitado de trabalhar; eu estava ainda na primeira infância. Isso forçou minha mãe a voltar para a cidade onde nasceu e conheceu meu pai, enquanto ele permanecia em São Bernardo, cuidando dos ferimentos pós-cirúrgicos, que tiveram complicações, num momento em que quase perdeu a própria vida. Ficamos em MG até meus cinco ou seis anos.

A infância em Minas Gerais

Fomos para Minas Gerais quando eu tinha entre um e dois anos, logo após o acidente com meu pai. Guardo dessa fase lembranças fragmentadas — pedaços, cenas soltas, mas nítidas, do tipo que a memória decide preservar mesmo sem que a gente entenda por quê. Minha mãe trabalhava em casas de famílias e numa escola, fazendo limpeza; às vezes eu ia junto. Foi brincando com uma lâmina de ferro que perfurei a perna, na altura da coxa direita — uma cicatriz que carrego até hoje como lembrança daquele tempo.

Lembro de um posto de saúde, com uma fila enorme para vacina. Era o período dos militares no governo, e a vacinação era feita com

pistola de pressão — deixava marcas no braço que muita gente da minha geração (década de 1970) reconhece até hoje.

Foi um tempo de muita pobreza e dificuldades de todas as ordens. Minha mãe cortava lenha no mato e também trabalhava como matadora de codornas, numa casa grande pintada de azul, com um terreno amplo e salas ao fundo onde se faziam os abates. Íamos de carona num caminhão do senhor conhecido como "Chimango" — eu e minha mãe na cabine (frente), e a carroceria cheia de adolescentes e jovens com menos de vinte e um anos, todos de calça azul escura e camiseta branca. Voltávamos no fim da tarde, e sempre havia comentário de alguém que tinha perdido algo na viagem — um caderno, um lápis, um boné, uma blusa — diante das condições em que se viajava. Dá para imaginar o risco que era; consigo dimensionar melhor hoje do que na época.

A gente saía pro mato ainda escuro e voltava já escurecendo de novo. Minha mãe juntava a lenha com outras pessoas, cortava do tamanho certo e eu brincava por ali, num lugar que parecia ter pegado fogo de tanto mato novo nascendo onde tinha sido cortado antes — o lugar chamava "Mata da Onça". Não lembro de comer, de beber água, de ir no banheiro naquelas idas. Deve ser coisa que a cabeça preferiu apagar.

Meu pai, já bom da cirurgia, depois de vários meses se recuperando, não achava trabalho em São Bernardo do Campo. Foi para

Minas Gerais, voltou para São Paulo, diversas vezes; nesse período em Minas, plantou milho, feijão, amendoim no terreno onde a gente morava — terreno da minha avó, uma mulher e tanto, que ficava sempre com fumo-de-corda e cinza na boca, aprendeu com uma parenta aos treze anos e nunca mais largou. No terreno tinha a casa da minha mãe, dois cômodos e banheiro, e a casa da minha avó, maior, onde morava ela, um tio e cinco tias; outras duas tias casadas moravam em suas próprias casas fora do terreno. Eu era, naquela época, o único neto e sobrinho que morava ali.

Foi nesse período, com idas e vindas do meu pai entre São Paulo e Minas Gerais, que nasceu meu primeiro irmão, de parto em casa. Lembro de ficar com o ouvido colado na janela, escutando o primeiro choro dele. Foi também quando comecei a estudar — a escola me pareceu enorme naquele primeiro contato.

O retorno a São Bernardo do Campo

Voltamos de ônibus, partindo de Minas Gerais rumo a São Paulo, rumo a São Bernardo. Eu ainda pequeno, segurando a mão da minha mãe, que carregava meu irmão no colo, descendo do ônibus que vinha do Parque Dom Pedro (SP). Meus tios moravam num barraco no bairro Assunção, e lembro de uma prima me oferecendo um "Yakult" — achei o gosto horrível, e ela riu, dizendo que ali todo mundo tomava aquilo. Existe até uma foto minha dessa época, em frente ao barraco,

sentado num banquinho com uma criança de colo, talvez seja meu irmão. Moramos em um barraco de um cômodo, sem banheiro, à beira de um córrego, próximo dos meus parentes, na divisa com o bairro Alves Dias. Uma enchente destruiu o pouco que tínhamos; eu dormia num sofá, meus pais e meu irmão na cama. Ainda assim, havia espaço para infância: tinha uma chácara com verduras e frutas onde a gente ficava, brincávamos com estilingue, buscávamos água num poço artesiano, e o tempo parecia ser mais longo — havia tempo para tudo, mesmo com tão pouco.

Depois desse período, meu pai conseguiu cuidar de uma chácara maior, ainda no bairro Assunção. A casa era enorme, o terreno maior que o da minha avó, com muitos pés de banana, de caqui, de goiaba, entre outras, que ainda hoje permanecem na memória — tudo isso no meio da classe média do bairro. A casa foi dividida com meus tios (irmão do meu pai) e minha prima: os cômodos separados por lençóis pendurados e guarda-roupas, do jeito que dava para viver.

Nasceu meu terceiro irmão. Vivemos ainda no Jardim Telma e no Jardim do Lago, até chegarmos ao Alvarenga, um dos bairros mais distantes do centro da cidade, marcado por desigualdade social e racial. Tivemos dois endereços no bairro — o último deles, o lugar onde meu pai viveu conosco pela última vez.

Minha primeira escola da vida foi o lixão

O Alvarenga era um dos bairros mais distantes do centro de São Bernardo, marcado por desigualdade social e racial na veia, violência e resistência ao mesmo tempo. Fomos morar perto do antigo Lixão do Alvarenga. Foi ali meu primeiro contato com trabalho infantil: comecei cedo, brincando e revirando montanhas de resíduos em busca de papel, papelão, plástico — qualquer coisa que pudesse ser vendida. Às terças-feiras, ia até o Jardim Orquídeas com um saco de farinha buscar iogurtes e sorvetes vencidos, descartados no mangueirão; catávamos o alimento no meio dos porcos — uma prática comum entre famílias que, como a minha, lutavam para garantir o básico.

Quando as pessoas perguntam onde começou minha formação, muitas imaginam que vou falar de uma escola, de um professor marcante ou de algum livro que despertou minha consciência. Costumo responder que minha primeira escola foi um lixão; a reação quase sempre é de surpresa. Hoje reconheço essa experiência como uma grave violação de direitos — mas naquela época, como boa parte do que vou contar a seguir, isso era naturalizado. Poucas pessoas questionavam a presença de crianças trabalhando em lixões e repetiam a ideia de que era melhor trabalhar do que roubar.

O lixão possuía uma organização própria. Não era o caos absoluto que muitos imaginam. Havia uma hierarquia silenciosa que

todos respeitavam, que ninguém precisava explicar, todo mundo já sabia. Quando um caminhão chegava carregado, os adultos mais experientes já se ligavam, sabiam, pela origem ou pelo tipo de carga, que ali teria materiais "bons"; muitos se antecipavam, na entrada do lixão subiam no caminhão e começavam a coleta dos materiais recicláveis com o veículo em movimento — cada segundo fazia diferença. Já com o caminhão fazendo a descarga, mexiam primeiro os homens que controlavam o espaço, depois as mulheres, depois os adolescentes. Somente quando os "melhores" materiais já tinham sido separados chegava a vez das crianças. Não era rígido, mas era assim que funcionava; sabíamos que enfrentar um adulto significava perder o pouco que conseguiríamos levar para casa, além de tomar uma surra. Nós ficávamos com o que sobrava: restos de papelão, papéis, alguns plásticos, pequenos objetos que ainda rendiam algumas moedas. Aprendi cedo que a reprodução da sociedade se manifesta com força também nas camadas pobres e populares.

Lembro do barulho dos caminhões dia e noite — o fluxo diminuía a noite, mas tinha gente que trabalhava neste turno; um amigo meu, trabalhando, foi atingido quando a máquina estava mexendo para plainar o lixo, terminou revirando o lixo em cima dele, sobreviveu, porém ficou com sequelas nas pernas. Bastava ver ou ouvir o caminhão e o motor para que todos corressem em direção ao ponto onde a carga seria despejada. As imagens daquele tempo permanecem vivas: o cheiro

forte da decomposição misturado à fumaça constante, o barulho dos caminhões descarregando toneladas de lixo, os urubus sobrevoando e cachorros no lugar o tempo inteiro, pessoas catando restos de comida ou fazendo comida com o fogo que saía do aterro. Caminhávamos com cuidado para não cortar os pés ou as mãos em vidros quebrados, seringas, pedaços de metal ou qualquer outro objeto perfurante no meio dos resíduos.

Mas o lixão também me ensinou algo que poucas pessoas imaginam: em meio à miséria havia solidariedade. Trabalhadores dividiam comida, protegiam as crianças dos maiores riscos, compartilhavam informações sobre os melhores lugares para encontrar materiais recicláveis. Não era uma solidariedade romântica, mas uma estratégia coletiva de sobrevivência — um jeito de sobreviver junto.

É só olhando para trás, com os anos e a militância, que consigo nomear o que vivi. Hoje, quando vejo estudos sobre os impactos do trabalho infantil na vida das crianças e adolescentes, reconheço ali exatamente aquilo que vivi. Mas, naquela época, não havia estudos, campanhas ou políticas públicas que chegassem até a gente. Existia apenas a necessidade de continuar procurando alguma coisa que pudesse ser vendida ao final do dia.

Quando olho para trás, percebo que aquele menino não conhecia o que é desigualdade social, exclusão, racismo, pobreza, concentração de renda ou políticas públicas. Eu aprenderia essas palavras muitos anos

depois, lendo, participando de movimentos e organizações sociais e dialogando com pesquisadores e educadores. Mas já conhecia profundamente seus efeitos. Enquanto muitas crianças descobriam o mundo através dos livros, eu o descobria revirando montanhas de lixo. Enquanto algumas sonhavam com profissões, eu aprendia quais materiais tinham maior valor no mercado da reciclagem. Essa diferença me acompanha, e talvez tenha sido ali, naquele ambiente aparentemente improvável, que nasceu a pergunta: por que algumas crianças podem viver plenamente a infância enquanto outras precisam lutar diariamente apenas para sobreviver?

Quando a rua passou a fazer parte da minha vida

Aos poucos, as ruas de São Bernardo do Campo foram ocupando um espaço cada vez maior na minha vida. Não aconteceu de um dia para o outro. Primeiro você passa algumas horas fora de casa. Depois arruma um bico, pequenos ofícios que rendem alguma coisa. Em seguida conhece outras pessoas que vivem situações parecidas. Quando percebe, a rua já faz parte da sua rotina, da sua identidade e da forma como você é e enxerga o mundo.

Passei a fazer de tudo um pouco: engraxava sapatos, vendia sorvetes, roupas, correntes, brincos que a gente conseguia, tomava conta de carros, ajudava feirantes, carregava compras até o carro do freguês, catava materiais recicláveis, aceitava qualquer serviço que

pudesse render algumas moedas — a mesma naturalização de que falei sobre o lixão se repetia agora na rua. Para mim, aquilo era simplesmente o jeito de continuar vivo.

Enquanto outras crianças planejavam brincadeiras para o fim de semana, eu pensava em como conseguir dinheiro para sobreviver; enquanto descobriam novos jogos ou aprendiam um instrumento, eu aprendia a reconhecer quem poderia me apoiar e quem representava ameaça. Meu dia a dia foi sendo substituído por uma preocupação permanente com o imediato, o aqui e agora. Existe uma realidade da rua que poucas pessoas conhecem. Quem me ensinou a sobreviver não foram adultos, mas outras crianças e adolescentes. Um ensinava onde era possível conseguir "trabalho", outra avisava quando determinada região estava sendo alvo de ações violentas da polícia; dividíamos mocó, comida, cobertores, papelões improvisados nas noites frias. Quando um de nós desaparecia, todos sentíamos a ausência, ainda que muitas vezes não soubéssemos exatamente o que havia acontecido. Anos depois, compreendi que aqueles vínculos constituíam uma verdadeira comunidade de maloca e de sobrevivência, redes de proteção — enquanto o Estado praticava repressão e assistencialismo, muitas vezes nos afastava dos serviços disponíveis.

Nas noites nos mocós — casas abandonadas, debaixo de viadutos, carros abandonados, marquises — em que ainda sobrava um pouco de infância, sempre tinha algumas brincadeiras: jogar palito, zoar

alguém que vacilava ou estava distraído, abrir os dedos e bater faca entre eles, sempre valendo alguma coisa, sair na mão era comum, era preciso ser duro para sobreviver, e dividíamos histórias e curiosidades. Nessas horas apertava o peito, e a família sempre aparecia nas conversas. O uso de substâncias químicas era parte do ritual de iniciação para quem estava chegando nessas rodas na rua. Assim, de usuário por muito tempo, comecei também a vender e me envolver em pequenos furtos e roubos; essas ações tiveram consequências, e fui parar diversas vezes nas delegacias e muitas vezes no sistema socioeducativo em São Bernardo, no chamado FUBEM/Projeto Fênix, e no meio dos meninos e meninas de rua passei pela "Celinhas" e fui encaminhado diversas vezes para o acolhimento institucional — entrava e saía quase na mesma hora, a chamada saída desautorizada, evasão ou fuga.

No meio de tudo isso, numa dessas noites, em uma roda na rua para uso recreativo da maconha, conheci uma jovem que marcou minha memória. Ela tinha uns dezoito anos, um cabelo Black Power lindo e um sorriso radiante, e namorava um rapaz respeitado na "quebrada" — às vezes alguns grupos da rua ou da comunidade se visitavam. Num círculo de conversa, ela olhou para mim e disse: "Você é bonito, parece o Michael Jackson." Eu nem sabia quem era Michael Jackson, mas aquela frase ecoou em mim. Anos depois, ao entender seu significado, ela fortaleceu minha autoestima e minha identidade negra. Mesmo

quando a adolescência me levou para o universo do rock, especialmente do punk, aquele elogio simples se tornou um pilar invisível, e eu usava cabelo chamado na época de "Ray Parker Jr" no meio dos punks. Não lembro o nome dela, mas a força da sua fala foi importante, porque uma palavra tem poder.

Mesmo com toda a dureza, eu não me lembro de mim como uma criança infeliz o tempo inteiro. Existia dor, existia medo, mas existia também riso, existia a cumplicidade entre a gente. É importante te contar isso porque eu não quero que você leia essa história só como uma sequência de tragédias. Foi também, e sobretudo, uma história de gente se virando, se ajudando, rindo quando dava, apesar de tudo, sendo criança.

A perda do meu pai

Meu pai tinha paixão por violão, por cantar e por leitura. Quando perdeu o irmão mais novo, seu parceiro de cantoria, deixou de se apresentar e de tocar em bares para os amigos, mas continuava sempre com um jornal nas mãos, absorvendo o mundo ao redor. Trabalhou cantando e tocando em circo, tirando areia à beira de córrego, como construtor de poços, pedreiro, químico, porteiro e vigilante. Disse-me que, na juventude, chegou a ser figurante em filmes no Pavilhão Vera Cruz e gravou um disco compacto cantando. Perdeu-se muita coisa daquela época; restou uma foto dele jovem, montado a cavalo, servindo

o Exército.

Era um homem simples, gostava de ouvir no rádio "A Hora do Brasil", gostava de cachorros, e sempre tinha um por perto, especialmente quando trabalhava à noite. Na cozinha, fazia arroz e feijão com rodela de cebola, apreciava torresmo bem gorduroso, cerveja e cachaça.

Em 24 de junho de 1983, a violência urbana tirou seu brilho: ele foi vítima de um assalto seguido de morte no emprego, num bairro muito próximo de nossa casa. Deixou minha mãe com três filhos menores de dezoito anos e grávida de sete meses. Sua morte foi um golpe devastador, que nos deixou sem chão e sem respostas. Tivemos que mudar de bairro; fui morar um tempo no interior de São Paulo, na casa de uma tia, até minha mãe me trazer de volta. Ela dobrou o trabalho para sustentar meus irmãos; eu voltei para as ruas, agora mais raivoso.

Meu pai era negro, bonito, baixo, de sorriso encantador e olhar expressivo, olhos levemente puxados, falava baixo e era bom de papo. Estudou até a quarta série primária, lia sempre e dominava a matemática básica. Lembro dele chegando em casa com uma bengala de pão francês, levando meu irmão na garupa da bicicleta, cuidando dos nossos cachorros e conversando com vizinhos da rua com meu outro irmão.

Hoje ele teria nove netos e netas, e seis bisnetos. A dor da ausência é constante, mas o amor que sentimos por ele permanece. Às vezes, ele vem na memória, e eu fico pensando como seria bom meu

irmão mais novo, seus netos e bisnetos conhecê-lo; queria ouvi-lo cantando, tomar uma cerveja com ele, junto com meus irmãos, poder acompanhar sua velhice. Peço para aparecer em sonho — que saudade! Sua morte deixou uma lacuna que a família carrega — mas também deixou a lembrança de um homem que, apesar de tudo, sempre encontrou um jeito de nos dar um teto. Se você já perdeu alguém vítima de homicídio, sabe do que eu falo: aquele dia se divide em duas partes, o antes e o depois, e você nunca mais volta inteiro; a sensação e a dor são difíceis de descrever.

Aprendi cedo que pobre incomoda

A morte do meu pai fechou um ciclo de infância e abriu outro, mais duro, de perseguição — porque, além de órfão e pobre, eu era um menino negro nas ruas de uma cidade que já vigiava esse corpo antes de qualquer coisa. A sociedade costuma dizer que toda criança merece proteção. Mas eu aprendi cedo que nem todas recebiam essa proteção. Algumas eram tratadas como ameaça; nós éramos vistos assim. Durante os anos 1980, ser menino de rua era quase sinônimo de ser suspeito. Antes mesmo de perguntar nosso nome, perguntavam onde estavam nossos documentos. Antes de perguntar nossa idade, perguntavam se trabalhávamos.

Naquela época existia em São Paulo uma ação conhecida como Operação Pente Fino, que reunia diferentes forças policiais para retirar

da região central pessoas em situação de rua, entre elas crianças e adolescentes. O discurso era de proteção; na prática, muitas vezes era repressão. Aprendíamos rapidamente a reconhecer o movimento das viaturas. Quando elas apareciam, começava a correria — correr fazia parte da nossa rotina.

Fui perseguido diversas vezes, sofri agressões, tortura e tentativa de homicídio, muitas idas às delegacias, como era comum nessa época. Na hora, era só medo, cru, do jeito que só quem sentiu sabe descrever. São lembranças que nunca desaparecem completamente. Não gosto de romantizar esse período: a rua não era só liberdade, aventura; era extremamente dura e violenta.

Naquele tempo havia grupos de extermínio atuando contra meninos e meninas de rua — algo que hoje parece absurdo, mas que fazia parte da nossa realidade cotidiana. Perdi muitos irmãos e irmãs da rua, que conviviam comigo diariamente tomando conta de carro, "favorzando" (pedindo/mangueando), juntos no socioeducativo, engraxando, furtando comida nos mercados, no acolhimento institucional (abrigo), se escondendo em outros estados, nas manifestações e coleta de assinaturas para a Constituição Brasileira, e nos encontros nacionais do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sendo acompanhado pelo Projeto Meninos e Meninas de Rua — muitos deles vítimas de tortura. Outra marca daquele tempo: uma detenção durante o carnaval, entre tantas outras abordagens que se

repetiam. Havia também os rostos dos amigos com quem dividi aquela fase: D., J., M., J. — nomes que hoje evocam um tempo em que a amizade era, muitas vezes, a única rede de proteção que tínhamos. Alguns seguiram vivos, outros não; e essa é uma das dores que atravessam toda a minha geração de meninos de rua de São Bernardo do Campo. Ficou pesado!

É impossível compreender a história da infância brasileira sem falar dessa violência. Durante muitos anos o Estado tratou crianças pobres como caso de polícia, não como sujeitos de direitos, e essa lógica deixou marcas profundas que repercutem até hoje. Essa violência institucional, hoje reconhecida e nomeada, na época era simplesmente a realidade com a qual convivíamos — sem explicação, sem justiça, sem registro.

Foi nesse contexto que comecei a perceber que nossa luta não era apenas por comida ou por moradia — era também pelo direito de existir. Porque, quando uma sociedade deixa de enxergar determinadas crianças como crianças, ela abre espaço para justificar qualquer violência contra elas.

A RUA, A VIOLÊNCIA E O ENCONTRO QUE MUDOU MINHA VIDA

O punk como abrigo

Quando a adolescência chegou de vez, mergulhei no universo do rock — e, mais especificamente, do punk. Não foi só gosto musical, foi lugar de acolhimento, de identidade e de sentido de pertença, de atitude, de ideia e papo cabeça. O punk falava a língua da raiva que eu já conhecia, a raiva de quem crescera sendo tratado como suspeito antes de ser tratado como criança. Nas letras, nos shows, nas rodas de amigos, nas brigas de rua, encontrei uma estética e uma atitude que davam nome ao que eu sentia, mas ainda não sabia dizer com todas as palavras: inconformismo, injustiça, liberdade, rebeldia, desconfiança das instituições, vontade de gritar, ânsia de destruir, entre outras.

Foi também nesse período que a frase da jovem que me comparou a Michael Jackson, anos antes, ganhou um sentido mais forte de juventude. Entre o orgulho de ser reconhecido como bonito e negro, e a estética do punk — tantas vezes branca e distante da minha realidade —, fui costurando uma identidade própria, cheia de contradições, mas também de força. Aprendi ali, sem que ninguém me ensinasse formalmente, que era possível pertencer a mais de um mundo ao mesmo tempo: o menino de rua e do lixão, o adolescente perseguido pela

polícia, o punk inconformado e, cada vez mais, o jovem que começava a acreditar que podia falar também em nome de outros como ele.

Uma inquietação que virou liderança

Foi nesse mesmo período que comecei a falar mais. Sempre fui muito inquieto, perguntava, questionava, contestava. Os outros meninos começaram a me empurrar para a liderança, e eu nem entendia direito o que isso significava — só sabia que precisava falar, precisava denunciar, precisava dizer que aquilo estava errado. Foi justamente essa postura que também aumentou os conflitos com a polícia e grupos de justiceiros. Quem fala incomoda, e um menino pobre falando da dinâmica e da violência nas ruas nos deixava na mira dessas pessoas: aumentou a repressão contra nós, as ameaças e as tentativas de homicídio. Somos sobreviventes.

Depois de sofrer perseguições, torturas e ameaças, precisei fugir do centro e voltar para o bairro por algum tempo, me refugiar em outro estado. Esse retorno não significou o fim das dificuldades: continuei envolvido com formas de trabalho infantil ainda mais perigosas, incluindo situações à margem da lei. Quando uma criança é empurrada para esse caminho, não se trata de escolha livre — trata-se de ausência de oportunidades, de falta de proteção e de um Estado e uma sociedade que oferecem à criança e adolescente pobre muito mais repressão do que oportunidade.

Foi justamente nesse momento, no limite entre um caminho e outro, que os educadores sociais começaram a aparecer com mais presença na minha vida. Eles enxergaram em mim algo que eu mesmo não conseguia enxergar. Enquanto muitos viam apenas um menino de rua, eles conseguiram ver um menino cheio de possibilidades. Foi o primeiro passo para transformar sobrevivência em luta.

Perseguição e violência policial

Em meados da década de 80, eu já trabalhava como educador social no Projeto Meninos e Meninas de Rua (PMMR). Era uma fase de aprendizado e de desafios ao mesmo tempo. Certo dia, depois do expediente, fui treinar capoeira na área central de São Bernardo — e depois aproveitei a noite para comemorar o aniversário de dezoito anos de um amigo.

Comecei o treino por volta das 18h30 e terminei às 20h; meu amigo já me esperava. Fomos a um bar e depois a outro na região central de São Bernardo do Campo, onde havia samba ao vivo. O clima era descontraído, entre conversas e risadas, até saímos à procura de um último gole na noite.

Já era quase 23h, e sabíamos que os ônibus para o bairro onde morávamos não demorariam a parar de circular. Estávamos na calçada da Rua Francisco Preste Maia, prontos para atravessar a Rua João Pessoa (centro da cidade), quando uma viatura da Polícia Militar nos

abordou. Dois policiais desceram de uma "baratinha" — fusca vermelho e preto — pedindo nossos documentos. Eu estava tranquilo, porque carregava minha carteira de trabalho registrada. Mesmo sem encontrar nada ilícito, um dos policiais disse algo que gelou minha espinha: "Já completou dezoito anos? Falamos que íamos te pegar!"

Sem aviso, começaram a espancar meu amigo. Fomos algemados — eu na grade de um muro, ele ao meu lado — e os policiais disseram que nos levariam "para dar uma volta". Meu amigo resistia, gritando por socorro. Quando conseguiram colocá-lo na viatura e tentaram fazer o mesmo comigo, me segurei com força no para-choque traseiro do carro, resistindo aos socos e chutes que recebia pelo corpo todo. A situação se agravou quando um dos policiais usou de brutalidade extrema para me forçar para dentro do veículo, ainda algemado com as mãos para trás. A resistência gerou alvoroço, e a rua se encheu de populares atraídos pelos gritos — era nossa estratégia: chamar atenção.

Dentro da viatura, os policiais começaram a nos interrogar. Tentei explicar que trabalhava no PMMR, que tinha contato com movimentos sociais e até com setores do Judiciário. Enquanto eu falava, o policial ao volante se virou e me acertou uma cotovelada violenta entre o nariz e a boca, deixando minha boca cheia de sangue, e ainda ameaçou.

Fomos levados a um descampado próximo à Chácara Silvestre e

ao Batalhão da Cavalaria da PM, no bairro Nova Petrópolis. Ali começou a sessão de espancamento — cassetetes, chutes, socos, ameaças constantes, o farol da viatura desligado, deixando-nos imersos em escuridão e terror. Depois de aproximadamente uma hora, fomos levados ao 1º Distrito Policial, onde a cela era aberta o tempo todo durante a madrugada, e novos policiais entravam para nos observar, procurando tatuagens que pudessem servir de identificação. Ao amanhecer, com os corpos cheios de hematomas, fomos finalmente liberados.

Depois daquele episódio, a mãe do amigo decidiu vender a casa onde moravam e se mudou de cidade com ele e o irmão. Nenhum de nós foi formalmente acusado, mas o trauma daquele dia nos marcou. A família dele se desestabilizou, seu irmão morreu de forma violenta, e o meu amigo vive hoje em situação de rua — passa um tempo na casa dele com a esposa e os filhos e depois volta para as ruas, praças, albergues.

Toda vez que o amigo aparece na sede, eu paro o que estou fazendo. Não importa a agenda do dia. Sento com ele, como naquela noite de aniversário, décadas atrás, e converso um pouco antes de ele sumir de novo. As pessoas me perguntam por que eu ainda faço isso, depois de tantos anos, sabendo que ele vai voltar pra rua de qualquer jeito. Eu respondo sempre a mesma coisa: porque naquela noite, algemado naquele muro, foi ele quem gritou por socorro primeiro,

tentando proteger os dois.

Casinha de caboclo

Era um período de grande violência, principalmente nas periferias, mas que já se espalhava por toda a cidade. Grupos conhecidos como "justiceiros" agiam com a conivência de diferentes setores, enquanto empresas de segurança serviam, muitas vezes, de fachada para grupos que perseguiam e executavam pessoas. Nesse contexto, uma família de militantes vinculados ao Projeto Meninos e Meninas de Rua acolheu a mim e a outros três jovens negros com trajetória de rua em sua casa, buscando garantir nossa segurança.

Apesar dos riscos, eu e outro morador da casa, certa noite, decidimos ir a um show. Por volta das três da manhã, dois homens que se apresentaram como seguranças se aproximaram após sentirem cheiro de maconha próximo de onde estávamos. Mesmo afirmando que não éramos nós que estávamos fumando, fomos revistados e retirados à força do baile.

Ao sairmos, encontramos as ruas desertas, com o comércio fechado e sem transporte disponível. Seguimos a pé, tentando nos afastar, quando avistamos dois homens caminhando rapidamente em nossa direção. Começamos a correr, e eles nos seguiram, disparando cinco ou seis tiros. As balas passaram tão perto que podíamos ouvir o zumbido cortando o ar.

Na correria, acabei ficando para trás. Encontramos um bar 24 horas e entramos no banheiro, apavorados. Ficamos alguns minutos em silêncio, trocando olhares e falando muito baixo. Depois, decidimos continuar caminhando.

Chegamos a um centro comercial. Enquanto atravessávamos, eu estava alguns passos à frente quando meu amigo gritou: — Markinhos, volta! São os caras!

Antes que pudesse voltar, os dois homens armados estavam a poucos metros de mim, em um ponto de ônibus. Não havia mais como fugir. Eles me revistaram, pediram meus documentos e perguntaram por que havíamos corrido, onde eu morava e quem era o rapaz que estava comigo. As perguntas pareciam de profissionais da segurança pública.

Mandaram que eu ficasse de frente para o muro e depois ordenaram que eu deitasse no chão. Recusei, dizendo que não estava resistindo, mas que não iria deitar. Uma senhora chegou ao ponto para esperar o ônibus. Após uma breve conversa, um dos homens ordenou que eu os acompanhasse. Um ficou ao meu lado, com a mão sobre a arma, e o outro atrás.

Enquanto caminhávamos, perguntei para onde estavam me levando. O homem ao meu lado respondeu: — Já ouviu falar de casinha de caboclo?

Respondi que não. Ele disse: — Logo vai ficar sabendo.

O medo triplicou. Eu estava paralisado. Quando um ônibus

passou, fiz um sinal discreto para uma moça, indicando que algo estava errado. Imediatamente, o homem que vinha atrás ameaçou: — Se fizer gracinha, eu mato você aqui mesmo.

Continuamos andando em direção ao salão. Perto da entrada, havia um grupo de pessoas que saía do baile. Ao me reconhecerem, gritaram que estavam levando Markinhos. O tumulto aumentou. Os homens sacaram as armas e apontaram para a multidão, abrindo caminho com agressividade.

Na entrada do salão, chegaram dois carros cheios de homens armados. Depois de uma breve conversa, um deles se aproximou e disse, em tom mais calmo: — Desculpe-nos. Não era você que estávamos procurando.

Mandaram que eu seguisse na direção oposta. Caminhei até encontrar uma mureta, onde me deitei, aterrorizado, ouvindo cada barulho como se fossem os homens voltando para me matar.

Só saí dali por volta das oito da manhã. Ao chegar em casa, encontrei meu amigo já lá. Passamos a manhã recontando o ocorrido para os outros dois jovens que moravam conosco. Ter a morte tão próxima nos marcou profundamente. Mais do que uma lembrança de medo, aquele episódio passou a fazer parte da compreensão que construí sobre a violência contra a juventude negra e sobre a necessidade de transformar experiências de sobrevivência em luta e defesa de direitos.

A Chacina de Três de Setembro de 1987

No dia 2 de setembro de 1987, eu trabalhava como educador social no PMMR, que funcionava na Associação de Compras Comunitárias de São Bernardo do Campo. O Projeto desenvolvia diversas atividades para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade: aulas de arte, uma horta comunitária, oficinas de artesanato, como a construção de carrinhos de madeira, uma serigrafia e um restaurante que servia refeições. Também fazíamos a distribuição diária de marmitas, das 12h às 13h30, no estacionamento coberto, articulado com um sindicato.

Naquele dia, depois de entregarmos as marmitas e limpar o espaço, eu e um jovem educador (o mesmo que estava no show comigo) — que também tinha vivido nas ruas — caminhávamos de volta para o PMMR quando fomos abordados por policiais civis de forma agressiva, algo comum para quem trabalhava diretamente com crianças e adolescentes das ruas e com trajetória de rua. Mesmo explicando que estávamos voltando do trabalho, recebemos tapas, fomos algemados e colocados à força numa viatura Veraneio branca e preta.

Chegamos ao 1º Distrito Policial por volta das 14h30. Fomos separados e interrogados numa área conhecida como "área verde". Os policiais queriam informações sobre conflitos envolvendo a Favela do Farina e nomes ligados a justiceiros e supostos bandidos. Quando

insistimos que não sabíamos de nada, trouxeram à cela um antigo conhecido das ruas, agora envolvido com grupos de extermínio, que confirmou nos conhecer — o que os policiais usaram para nos acusar e intensificar as ameaças. Meu colega foi colocado para lutar fisicamente contra esse homem, num círculo formado pelos policiais; eu seria o próximo. Depois de horas de interrogatório e agressões, fomos liberados por volta das 20h, com nossas sacolas de volta.

Convidei meu colega para dormir na minha casa — uma ocupação conseguida com o apoio do movimento de moradia, onde eu vivia com minha mãe, meus três irmãos, minha esposa e minha filha de dois anos. Minha mãe, mesmo sem se sentir confortável, permitiu.

Na madrugada de 3 de setembro, por volta das 5h, minha vizinha e comadre veio avisar minha mãe que havia ouvido no rádio sobre uma chacina no local onde eu trabalhava. Ela me abraçou emocionada. Acordei meu amigo, falei com minha esposa que talvez ficasse alguns dias sem voltar, combinamos de nos encontrar caso algo acontecesse, dei um beijo na minha filha e pedi a bênção da minha mãe.

Ao chegar à Associação Comunitária, deparei-me com uma cena terrível. Seis amigos acompanhados pelo PMMR foram brutalmente assassinados: A.S.M., de doze anos; M.P.S., catorze; I.S.M., quinze; R.J., dezesseis; S.R.G., dezesseis; e S.R.V., dezessete. Foram mortos com pauladas, facadas e tiros, encurralados no banheiro masculino, em volta do vaso sanitário. As paredes estavam cobertas de marcas de

sangue, e uma cruz feita de sangue no local jamais saiu da minha cabeça.

Dois adolescentes sobreviveram, escondidos em caixas de papelão perto do sacolão comunitário, e foram eles que identificaram os responsáveis pelo massacre; um foi assassinado um tempo depois, e o outro desapareceu. A notícia teve grande repercussão nacional e internacional, e o velório se tornou um momento de mobilização histórica: lideranças de movimentos sociais, autoridades e partidos políticos participaram de uma caminhada do local do crime até a Igreja Católica central de São Bernardo.

A chacina marcou profundamente minha história, a do PMMR e a nossa luta pela defesa das crianças e adolescentes. Apesar do impacto emocional e das perdas, seguimos firmes na missão de transformar aquela realidade e dar voz a quem sempre foi silenciado. A memória dos meus amigos continua viva, alimentando nossa resistência até hoje.

Os educadores que mudaram minha vida

No início dos anos 80, educadores sociais começaram a me acompanhar em São Bernardo do Campo. Faziam parte de uma articulação mais ampla, ligada ao Projeto Alternativo de Atendimento a Meninos de Rua, experiência que mais tarde contribuiria para o surgimento do Projeto Meninos e Meninas de Rua e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Esse encontro mudou

profundamente minha vida. Pela primeira vez, alguém enxergava mais do que um menino pobre, um menino de rua ou um adolescente em conflito com a lei. Eles reconheceram minha capacidade de pensar, de participar e de construir caminhos coletivos.

Os educadores sociais tinham um papel fundamental: não chegavam apenas para oferecer assistência imediata, chegavam para escutar, acompanhar, articular e construir vínculos. Essa prática se baseava na escuta, na convivência comunitária e na construção de vínculos, numa época em que a política oficial do Estado ainda estava marcada pela lógica da situação irregular.

A mesma descoberta que, um pouco mais adiante, o Movimento Nacional viria confirmar em escala coletiva. As reuniões, os encontros, as conversas e as atividades coletivas foram me mostrando que eu não precisava permanecer preso ao lugar que o Estado/sociedade havia reservado para mim. Descobri que podia falar sobre minha experiência, denunciar as violências que vivíamos e participar da construção de propostas para transformar aquela realidade.

Essa mudança não aconteceu de forma mágica. Foi um processo. Eu ainda carregava muitas marcas da rua, da violência policial, das escolhas difíceis que a vida havia imposto. Mas, aos poucos, fui percebendo que minha história não precisava terminar nos três "C": cadeira de rodas, cadeia ou cemitério. Ela podia se transformar em compromisso com a defesa de outras crianças e adolescentes das

camadas populares.

Em memória aos educadores sociais Irmã Ana Maria, Patrícia Kay e Valdir Martins.

A vocês, que já não estão entre nós, mas permanecem vivos em minha caminhada: foram muito mais que educadores, tiveram presença, proteção e esperança quando eu mais precisava. Irmã Ana foi a primeira a ir para as ruas, Patrícia abriu sua casa para nos proteger e Valdir foi até minha casa me procurar, quando eu estava envolvido com o tráfico. Se hoje sigo na luta e na defesa de crianças e adolescentes, é também porque vocês acreditaram em mim quando muitos, e nem eu, já não acreditava.

Esta caminhada também é de vocês; minha eterna gratidão e homenagem.

O trabalho cotidiano no Projeto Meninos e Meninas de Rua

O dia a dia no Projeto Meninos e Meninas de Rua era feito de coisas simples e, ao mesmo tempo, essenciais: aulas de arte, horta comunitária cuidada por mãos pequenas, oficinas de serigrafia, serralheria, artesanato, um restaurante que servia refeições para os atendidos — tudo isso quando conseguimos um lugar físico na Associação Comunitária — e a distribuição diária de marmitas nas ruas. Era um trabalho de presença: estar ali todos os dias, no mesmo horário, no mesmo lugar, para que aquelas crianças e adolescentes soubessem

que existia alguém que os esperava e os reconhecia como gente.

Esse cotidiano, tantas vezes interrompido pela violência policial e marcado para sempre pela chacina dos seis adolescentes, também foi onde aprendi o valor da constância. No final dos anos 80 conseguimos um espaço próprio municipal, onde desenvolvemos atividades até hoje — culturais, esportivas, educacionais e sociais, além de formação para a cidadania e protagonismo. É um centro popular de defesa e proteção dos direitos humanos e organização de base de crianças, adolescentes, seus familiares, suas comunidades, e educadores e educadoras sociais. Ser educador social não era apenas uma função — era um compromisso diário de sustentar vínculos e possibilidades que a sociedade insiste em romper.

DA RUA À ORGANIZAÇÃO: QUANDO NOSSA VOZ VIROU LUTA

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Em 1985, participei da fundação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Estava entre os adolescentes que integraram aquele processo histórico, que nasceu a partir das experiências do Projeto Alternativo de Atendimento a Meninos e Meninas de Rua, financiado pelo UNICEF para conhecer e sistematizar experiências alternativas exitosas de atendimento a meninos e meninas

de rua.

Quando o convênio chegou ao fim, as lideranças envolvidas compreenderam que aquela experiência não podia simplesmente desaparecer. Era necessário continuar a articulação, fortalecer as redes existentes e construir um movimento nacional capaz de defender os direitos das crianças e adolescentes. Foi assim que lideranças de todas as regiões do país decidiram fundar o movimento.

O encontro de fundação aconteceu em Brasília, com a presença de um grupo de adolescentes participando diretamente. Alguns, como eu, tinham rompimento com os vínculos familiares. Outros trabalhavam nas ruas e voltavam para casa. Havia meninos do lixão, crianças que trabalhavam com a família e adolescentes que viviam diferentes formas de vulnerabilidade. Desde o início, o movimento teve como foco central a defesa das crianças e adolescentes em situação de rua.

Representou uma ruptura importante: pela primeira vez, crianças e adolescentes deixavam de ser objeto das políticas públicas para se tornarem sujeitos da sua história. Aprendemos que nossa palavra tinha valor e que nossa experiência precisava ser considerada na formulação das políticas destinadas à infância. Participamos de debates públicos, mobilizações e processos de incidência política que contribuíram para a construção da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Essa participação transformou definitivamente minha vida.

Descobri que o protagonismo não nasce de discursos; nasce da confiança. Quando uma criança é ouvida, respeitada e estimulada a participar das decisões que afetam sua vida, ela desenvolve capacidades que muitas vezes permaneciam invisíveis. Minha trajetória como educador social, militante e defensor dos direitos humanos nasceu exatamente dessa oportunidade de participação.

Da Praça da Sé à Constituinte e ao Estatuto da Criança e do Adolescente

Minha trajetória de militância pelos direitos de crianças e adolescentes foi construída a partir da experiência concreta de viver e sobreviver nas ruas. No final dos anos 1980, essa experiência começou a se transformar em organização coletiva e participação política. Nós, meninos e meninas em situação de rua, que muitas vezes éramos tratados como delinquentes, trombadinhas, marginais, pivetes ou bandidos, começamos a ocupar espaços públicos para dizer que tínhamos direitos e que queríamos ser reconhecidos como sujeitos de direitos.

Essa mobilização aconteceu em diferentes cidades do Brasil. Crianças e adolescentes ligados a projetos sociais iam às ruas de forma organizada, fazendo manifestações, atividades culturais, batucadas, brincadeiras e ações de mobilização. Participávamos de caminhadas, atos públicos e coleta de assinaturas, levando para a sociedade uma

mensagem simples, mas naquele momento muito poderosa: queríamos uma Constituição que reconhecesse nossos direitos.

Uma das experiências que mais marcou minha trajetória aconteceu durante as mobilizações na Praça da Sé, em São Paulo. Enquanto realizávamos atividades culturais, com batucada, pipas, cordas, pintura de rosto e outras ações, um grupo de aproximadamente sete adolescentes subiu até a sede da Pastoral do Menor, ao lado da praça. Naquele momento, estava acontecendo uma reunião deliberativa da Assembleia Nacional Constituinte.

A equipe que estava conosco entrou em contato com um parlamentar constituinte. Naquela época não existiam celulares como hoje; havia telefones fixos que permitiam a comunicação com o plenário. Os meninos e meninas puderam falar diretamente e dizer que queriam que seus direitos fossem reconhecidos na Constituição. O parlamentar abriu a comunicação para o plenário, e os constituintes puderam ouvir o clamor das crianças e adolescentes que estavam na rua pedindo que o Brasil tivesse uma lei que garantisse seus direitos.

Para nós, aquele momento tinha um significado enorme. Não estávamos apenas protestando. Estávamos dizendo que as crianças e adolescentes em situação de rua queriam participar da construção do país e que não aceitávamos mais ser tratados apenas como problema social ou caso de polícia. Queríamos direitos, proteção, educação, saúde, cultura, lazer, dignidade e participação.

Ao mesmo tempo, realizávamos uma ampla coleta de assinaturas em defesa dos direitos da criança e do adolescente. Essa mobilização alcançou uma dimensão nacional. A campanha de apoio às propostas relacionadas aos direitos da infância ficou entre as maiores mobilizações de iniciativa popular daquele processo, demonstrando a capacidade de articulação dos movimentos sociais e das próprias crianças e adolescentes.

As mobilizações conhecidas como Criança Constituinte, em 1986, e Criança: Prioridade Nacional, em 1987, ampliaram essa articulação. Milhares de crianças e adolescentes participaram de atividades e manifestações, inclusive de grandes mobilizações em torno do Congresso Nacional. A Ciranda da Criança, por exemplo, reuniu crianças e adolescentes em uma demonstração pública de força e organização. Somaram-se a essas ações cerca de 1,4 milhão de assinaturas de apoio às reivindicações da infância brasileira. Essa mobilização ajudou a sensibilizar a sociedade e os parlamentares constituintes e foi fundamental para que os direitos da infância entrassem na Constituição Federal de 1988.

Eu tive a honra de participar desse processo como um jovem que vinha da experiência da rua e que estava se tornando militante dos direitos humanos. Para mim, a aprovação dos direitos da criança e do adolescente na Constituição foi uma demonstração de que aqueles que eram considerados invisíveis podiam se organizar e influenciar decisões

importantes do país.

O resultado dessa mobilização foi a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição Federal de 1988. O artigo 227 estabeleceu que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, direitos como vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária, protegendo crianças e adolescentes de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O artigo 228 estabeleceu a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos, sujeitos à legislação especial.

Para nós, aqueles artigos representavam uma conquista histórica. Mas também sabíamos que colocar direitos na Constituição não era suficiente. Era necessário criar uma lei que regulamentasse esses direitos e mudasse concretamente a forma como o Estado e a sociedade tratavam crianças e adolescentes.

Depois da aprovação da Constituição, voltamos para nossas atividades e seguimos organizando a luta. Eu já me reconhecia como jovem educador social de rua e militante dos direitos humanos e de crianças e adolescentes. A compreensão coletiva era de que precisávamos avançar: a Constituição havia reconhecido direitos, mas era necessário construir uma legislação específica para garantir sua aplicação.

Foi nesse contexto que participamos de novas mobilizações

nacionais. No segundo encontro nacional de meninos e meninas de rua, realizado em Brasília, levamos para o centro do debate a violência contra crianças e adolescentes. Uma das ações que mais me marcou foi a construção de uma grande faixa branca com os nomes de amigos e amigas que haviam sido assassinados nos últimos anos. A faixa era enorme e praticamente cobria a frente do Congresso Nacional.

Carregávamos aquela faixa como uma denúncia. Cada nome representava uma vida interrompida e uma família atingida pela violência. Marchamos pedindo o fim da violência e do extermínio de crianças e adolescentes no Brasil. Não queríamos apenas denunciar as mortes; queríamos que o Estado assumisse sua responsabilidade e criasse mecanismos capazes de proteger efetivamente nossas vidas.

Essa mobilização teve papel importante na pressão política pela aprovação de uma legislação específica para a infância. A luta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente foi construída por muitos sujeitos: crianças e adolescentes, movimentos sociais, entidades, educadores, profissionais, juristas, organizações religiosas, trabalhadores e parlamentares. Nós, que tínhamos vivido a rua, também ocupamos nosso lugar nesse processo.

A elaboração do Estatuto contou com a participação de diferentes setores da sociedade e com a articulação do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Frente Parlamentar da Infância e de outras organizações. O projeto que daria origem ao

Estatuto foi debatido e construído a partir das reivindicações acumuladas durante anos de mobilização. As crianças e adolescentes não eram apenas tema da discussão: eram parte da própria luta que estava construindo a nova legislação.

Também participei de momentos de mobilização popular relacionados à votação do Estatuto. Era importante demonstrar que aquela lei não estava sendo construída apenas dentro do Congresso Nacional. Ela vinha das ruas, das comunidades, dos projetos sociais, das organizações e das experiências de milhares de crianças e adolescentes que durante décadas haviam sofrido violência, abandono, exploração, discriminação e institucionalização.

Esse processo também dialogava com a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas. O Brasil assinou a Convenção, fortalecendo ainda mais o compromisso internacional com a proteção integral da infância.

Finalmente, depois de intensas mobilizações e debates, o Congresso Nacional aprovou o projeto e a Presidência da República sancionou, em julho, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O Estatuto representou uma mudança profunda na maneira de compreender a infância e a adolescência no Brasil.

O ECA passou a reconhecer crianças e adolescentes como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, estabelecendo responsabilidades para a família, a sociedade e o Estado. Para quem

havia vivido nas ruas e lutado para deixar de ser visto como marginal, essa mudança de perspectiva tinha um significado enorme.

Minha participação nesses dois processos — primeiro na construção e aprovação dos artigos 227 e 228 da Constituição Federal e, depois, na mobilização pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente — é algo de que tenho honra e que carrego como parte da minha história. A experiência mostrou que a luta iniciada nas ruas podia chegar aos espaços de decisão política e produzir mudanças na legislação brasileira.

Foi a partir dessa experiência que compreendi, de forma ainda mais profunda, uma ideia que só consegui nomear por completo anos depois, no ABC das greves: a luta pelos direitos não se faz apenas por meio de leis. Ela depende de organização, mobilização, participação popular e capacidade de transformar experiências individuais em ação coletiva. A Constituição e o ECA foram conquistas fundamentais, mas também foram resultados de uma caminhada construída por muitas mãos, com a participação de quem durante muito tempo foi tratado como invisível.

Para mim, essa é uma das maiores marcas daquela geração: saímos da condição de crianças e adolescentes vistos apenas como problema e passamos a ocupar o lugar de sujeitos políticos. A rua, que para muitos significava apenas abandono e violência, também foi o espaço onde aprendemos a nos organizar, reivindicar nossos direitos e

construir uma luta que ajudou a transformar a legislação brasileira.

Da sobrevivência à luta pelos direitos

Ao longo dos anos, compreendi que minha experiência individual estava profundamente ligada à história das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil. Continuei atuando como educador social, militante e defensor dos direitos humanos. Nunca deixei a rua no sentido político. Saí da situação de rua, mas continuei comprometido com as crianças e adolescentes que ainda vivem essa realidade. Minha trajetória profissional e militante foi construída a partir de uma convicção que carrego até hoje: nenhuma criança deve ser abandonada à própria sorte, e nenhuma política pública pode ser construída sem ouvir aqueles que vivem diretamente as situações que ela pretende enfrentar.

O ABC das Greves e o Brasil que mudou

Cresci numa região que também é sinônimo de luta operária: o ABC Paulista, berço das grandes greves metalúrgicas do fim dos anos 1970 e início dos 1980. Enquanto eu vivia minha própria luta pela sobrevivência no lixão e nas ruas, a cidade ao meu redor fervilhava com outra forma de resistência — a dos trabalhadores das fábricas, liderados por um metalúrgico que décadas depois chegaria à Presidência da

República. Não é coincidência que tenha sido justamente nesse território, marcado pela organização sindical e pela crença na força coletiva, que floresceu também um dos primeiros núcleos do movimento em defesa das crianças e adolescentes em situação de rua do Brasil.

Há algo que aprendi observando essas duas lutas se cruzarem no mesmo chão: direitos não são concedidos; são conquistados pela organização de quem os reivindica. Os metalúrgicos aprenderam isso nas portas das fábricas. Nós aprendemos nas Praças da Matriz e da Sé, nas ruas do centro, nas reuniões que discutiam artigo por artigo o que se tornaria a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foram lutas diferentes, mas irmãs — ambas nascidas da recusa em aceitar que a desigualdade fosse um destino inevitável.

DE MILITANTE A DEFENSOR DE DIREITOS: MEMÓRIA, PROFISSÃO E NOVAS LUTAS

Os anos seguintes: de militante a trabalhador de defesa e proteção de criança e adolescente

Com a promulgação da Constituição de 1988 e, dois anos depois, do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma nova etapa se abriu — não apenas para o país, mas para mim. Deixei de ser apenas o jovem que denunciava violações e passei, também, a ajudar a construir e a

operar a própria rede de proteção que tanto havíamos reivindicado: conselhos de direitos, conselhos tutelares, programas socioeducativos, projetos de atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade. Foi um período de aprendizado constante, em que tive que traduzir a experiência dura da rua para a linguagem das políticas públicas, sem nunca perder de vista que por trás de cada ficha, de cada indicador, de cada relatório, havia uma pessoa de carne e osso — muitas vezes parecida com o menino que eu tinha sido.

Ao longo das décadas seguintes, segui atuando como educador social em diferentes frentes na região do ABC, no Brasil e internacionalmente: no atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de rua e de trabalho infantil, na formação de outros educadores, na articulação com movimentos e organizações sociais e na participação em espaços de controle social das políticas para a infância. Cada nova geração de meninos e meninas que passava pelos projetos trazia, de um jeito ou de outro, ecos da minha própria trajetória — a fome, o medo, a resistência, a vontade de ser ouvido.

O QUE FICA: MEMÓRIA, LEGADO E FUTURO

O peso e o valor da memória

Falar sobre esse período nunca foi simples. Durante muitos anos, preferi guardar essas lembranças apenas para mim, e de forma

fragmentada, compartilhando-as com parte da minha família e com poucos companheiros de militância. Às vezes, quando encontro os poucos sobreviventes daquela vivência de rua da minha época, relato algum episódio. Com o tempo, entendi que o silêncio, por mais compreensível que fosse, também tinha um custo: o de deixar que essas histórias se perdessem, e com elas a possibilidade de que a sociedade compreenda de verdade o tamanho da dívida que tem com gerações inteiras da infância, adolescência e juventude pobres do Brasil.

A chacina, as torturas, a perda do meu pai, os anos de trabalho infantil. É um exercício de memória coletiva. Cada nome que cito, cada data que registro, é também uma forma de recusar o apagamento que o Estado brasileiro impôs, por tanto tempo, às vidas de meninos e meninas como os da chacina de três de setembro. Lembrar é uma forma de dizer: essas vidas importaram, e continuam importando.

As crianças invisíveis de hoje

Décadas se passaram desde minha infância no lixão, nas ruas e no movimento social. O Brasil mudou em muitos aspectos. O Estatuto da Criança e do Adolescente representou uma ruptura importante com a antiga lógica menorista e reconheceu crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Diversas políticas públicas foram construídas, e milhares de profissionais passaram a atuar na promoção, na defesa e na proteção integral. Ainda assim, permanecem crianças e adolescentes

invisíveis em condições de vulnerabilidade extrema, muito alta e alta, ao olhar do Estado e da sociedade; alguns sem nenhuma política pública e/ou mobilização nacional para pautar sua situação na agenda pública.

Essas ausências de resposta atingem diferentes grupos de crianças e adolescentes, como: filhos e filhas de pais e mães encarcerados; trans e travestis (comunidade LGBTQIAPN+); vítimas de desaparecimento forçado e sequestro parental; vítimas de racismo religioso (matrizes africanas); em contextos de violência política e ambiental, conflito armado não declarado e racismo ambiental; vítimas de tráfico de pessoas e exploração sexual em turismo; vítimas de violência institucional (abrigo, hospitais, escolas, sistema socioeducativo); em situação de trabalho infantil doméstico e de subsistência, e nas ruas (invisíveis na PNAD/IBGE); com deficiência, vítimas de violência e negligência; vítimas da letalidade; "das ruas dos rios" (especialmente na região Norte); e em situação de rua, entre outros. Cada situação dessas merece um aprofundamento, embora não seja o objetivo deste texto — o que já indica o tamanho do desafio pela frente para garantir direitos às várias infâncias e adolescências deste país, com quarenta e um anos de democracia, trinta e oito anos da Constituição Federal e trinta e seis anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nas duas últimas décadas, aproximadamente, as crianças e adolescentes em situação de rua desapareceram da agenda pública, e da

agenda da infância em especial. Não sabemos quantos são; esse contexto e esse perfil novo precisam de pesquisas e dados que respondam a essas questões. É a omissão do Estado, o silêncio da sociedade, do controle social e da academia.

A situação de rua de crianças e adolescentes não foi erradicada — contraditoriamente, ao sair do protagonismo da agenda pública, elas não saíram das ruas. O Executivo Federal lançou e está implementando serviços para a população em situação de rua em todo o país e, até o momento, nenhum desses serviços é voltado para crianças e adolescentes. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) não têm apresentado nenhuma política pública, prioridade, resolução ou edital que contemple essa infância e adolescência.

Em 2011, uma pesquisa apoiada pelo CONANDA indicou 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua, mas o documento foi invalidado; na época, o estudo cobriu 75 cidades com mais de 300 mil habitantes. A organização humanitária cristã Visão Mundial, em 2019, produziu um levantamento indicando mais de 70 mil crianças e adolescentes vivendo em situação de rua no Brasil; o diagnóstico revelou que 51% sofrem extrema violação de seus direitos fundamentais cotidianamente. A Universidade Federal de Minas Gerais (2026), por meio do Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com

a População em Situação de Rua (ObPopRua), levantou 9.976 crianças e adolescentes em situação de rua, sendo 4,3 mil com menos de 6 anos — fase crítica para o desenvolvimento. Os dados apresentados são levantamentos do Cadastro Único (CadÚnico), limitados às famílias cadastradas em situação de rua que apresentam seus filhos; o próprio observatório reconhece que o número é subestimado, devido à dificuldade de acesso a esse público. O IBGE está elaborando um censo da população em situação de rua para 2028, e a parte historicamente mais volumosa — crianças e adolescentes — não será incluída. Aqui fica evidente a invisibilidade, ainda, desta pauta.

Muitas vezes, estão nas periferias, nas ocupações, nos bairros afastados dos centros urbanos, debaixo dos viadutos, em atividades informais, no tráfico de drogas, na exploração sexual, no trabalho doméstico invisível, no trabalho infantil nas ruas, na mendicância, no consumo de álcool e outras drogas, na violência intrafamiliar, institucional ou urbana, na ameaça de morte, no sofrimento ou transtorno mental, na LGBTfobia, no racismo, no sexismo, na misoginia, no cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção/acolhimento, no encarceramento dos pais. Ainda podem ocorrer outras circunstâncias que levem crianças e adolescentes à situação de rua, acompanhadas ou não de suas famílias, como as de populações itinerantes, trecheiros, migrantes, desabrigados em razão de desastres, alojados em ocupações ou desalojados por realização de

grandes obras e/ou eventos.

Também percebo que o debate e as ações sobre trabalho infantil nas ruas precisam enfrentar a invisibilidade na agenda pública — situação que vem desde o Brasil Colônia, Império e República. As crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil são 1,65 milhão, de cinco a dezessete anos. Essa realidade está associada à evasão escolar, pobreza, desigualdade racial (66% são negros) e vulnerabilidade familiar (maior prevalência em domicílios do Bolsa Família). O trabalho infantil doméstico, de subsistência e de rua — invisível na PNAD/IBGE — deixa mais de 1 milhão de trabalhadores infantis fora das estatísticas oficiais. No combate ao trabalho infantil, menos de 1% dos casos são alcançados pela fiscalização: em 2024, foram apenas 2.745 resgates, e não sabemos quantos eram de crianças em situação de rua. Políticas públicas de enfrentamento existem — a Política Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI) —, mas são insuficientes e pouco efetivas para as crianças e adolescentes em situação de rua.

Não basta responsabilizar individualmente a própria criança e adolescente, suas famílias ou o microempresário. É necessário compreender a relação entre desigualdade, dívida pública interna (um absurdo), concentração de renda, racismo, políticas públicas frágeis,

fragmentadas, focais e liberais — como a ausência de políticas amplas de moradia (faltam programas como Repúblicas e Minha Casa, Minha Vida, voltados a jovens), de cultura, lazer e esporte —, além da precarização do trabalho adulto e da vulnerabilidade social, entre outras. Enquanto essas estruturas permanecerem, a situação de rua e o trabalho infantil continuarão sendo uma saída desesperada para muitas crianças e adolescentes de famílias trabalhadoras.

O que aprendi sobre pertencer

Passei a vida inteira transitando entre mundos que nem sempre se falam: o mundo da extrema pobreza e o mundo das políticas públicas; o mundo da rua e o mundo das instituições; o mundo da militância e o mundo da burocracia estatal. Aprendi que pertencer a todos esses mundos ao mesmo tempo é, também, uma forma de resistência. Porque quem só conhece a teoria da desigualdade, sem tê-la vivido no corpo, corre o risco de tratá-la como um conceito abstrato. E quem só conhece a dor da desigualdade, sem espaço para elaborá-la coletivamente, corre o risco de ser engolido por ela.

Fui, ao longo dos anos, aprendendo a converter a raiva do menino que apanhou da polícia, que viu os amigos serem enterrados, que perdeu o pai cedo demais, em uma energia voltada para a construção — não para a vingança, nem para a resignação, mas para o trabalho persistente e cotidiano de garantir que outras crianças tivessem

uma infância diferente da minha.

Considerações finais

Sempre que encontro uma criança trabalhando em um semáforo ou dormindo embaixo de uma marquise, lembro do menino que fui um dia. A diferença é que hoje consigo enxergar aquilo que ele ainda não conseguia compreender. Nenhuma criança escolhe viver na rua. Nenhuma criança nasce destinada à pobreza. O Estado e a sociedade produzem essas trajetórias quando naturalizam a desigualdade, quando transformam direitos em privilégios e quando aceitam que determinadas infâncias sejam consideradas menos importantes que outras.

Minha história demonstra que educação popular, participação social e políticas públicas podem transformar vidas. Não porque produzam heróis, mas porque devolvem às pessoas aquilo que nunca deveria ter lhes sido negado: a dignidade. A mesma conquista que, décadas atrás, buscávamos na Praça da Sé e no plenário da Constituinte.

Ao longo da minha caminhada, aprendi que nossas conquistas são coletivas, que as possibilidades individuais são restritas a poucos e que o Estado deve ser o indutor da universalização das oportunidades.

Carrego a memória do meu pai, da minha avó Ana Gabriela, dos seis amigos assassinados na chacina de 1987, de tantos outros que a rua levou ou marcou para sempre, e dos educadores que acreditaram em

mim quando poucos o fariam. Se este texto provocar no leitor uma nova forma de olhar para um menino ou uma menina em situação de rua, já terá cumprido seu papel. Porque antes de qualquer política pública, toda transformação começa quando deixamos de enxergar essas crianças como um problema e passamos a reconhecê-las como parte da nossa história.

Enquanto houver uma única criança vivendo nas ruas do Brasil, a história continuará sendo escrita.

Uma carta para você

Aos meus familiares, companheiros de luta e leitores, quero que saibam de onde viemos. Que saibam do lixão do Alvarenga e da sobrevivência nas ruas, do barraco à beira do córrego, da mão da nossa mãe segurando a nossa no ônibus que trouxe a família de volta para São Bernardo do Campo. Que saibam um pouco do meu pai, que cantava e tocava violão, que amava cachorros e que foi tirado de nós cedo demais, mas que nos deixou coragem suficiente para continuar tocando nossa vida. Que saibam dos seis meninos que perdi na chacina, e que carreguem seus nomes e a data de suas mortes como quem carrega um compromisso com a vida e a justiça social.

Quero que saibam, também, que a dor não foi o fim da história. Foi o começo de outra — feita de organização coletiva, de educadores que acreditaram num menino que ninguém mais via, de um projeto

social (PMMR/Mov+ong) e do movimento nacional construído com a participação protagonista de meninos e meninas que se recusaram a aceitar que a pobreza fosse sina e sentença. Se hoje existe uma família grande, viva, reunida, é porque, em algum momento, alguém decidiu que aquele menino de rua merecia mais do que sobreviver — merecia viver, lutar e, um dia, contar a própria história.

Essa é a luta que quero deixar: não é da dor sozinha, mas da dor transformada em compromisso. Que cada um de vocês, à sua maneira, continue essa luta ou se engaje nela. Forte abraço e até sempre!

Marco Antônio da Silva Souza (Markinhos Souza)

DO OUTRO LADO DO HORIZONTE

Erick Costa Rosa
Rio de Janeiro/RJ

Fragmentos de uma infância

Minha memória mais antiga não vem como uma foto inteira, bonitinha e arrumada. Vem em pedaços. Como cacos de um espelho que tentava refletir uma vida normal antes de tudo quebrar de vez.

Eu morava com meus pais, meus irmãos e uns primos. Tinha uma paz meio frágil, dessas que a gente nem percebe direito quando é pequeno. Até que, com uns dois ou três anos, o mundo começou a entortar. Minha mãe se perdeu — não das pernas, mas de si mesma. As drogas entraram em casa e ela foi somando aos poucos, até que um dia mal dava mais pra reconhecer quem ela tinha sido.

Quem apareceu feito um anjo de verdade foi a Tia Érica. Ela era amiga da minha mãe, mas uma amiga daquelas de consideração, que já me conhecia desde antes de eu nascer. Toda vez que minha mãe sumia e o povo na rua começava a falar que “a família da Elizabeth estava perdida” ou que ela largava os filhos à toa, era a Tia Érica quem vinha me buscar.

A vida era uma gangorra sem fim. Meus pais se separaram, cheguei a morar com meu pai por um tempo, mas nada durava. De

repente, num raro dia de lucidez, ou daqueles surtos de saudade, minha mãe aparecia e levava a gente de volta. Cuidava da gente por dois, três dias — e logo a gente já tava largado na rua outra vez. E lá vinha a Tia Érica de novo, nos juntando do chão. Ela cuidava especialmente de mim e da minha irmã caçula, porque a gente era os menores.

Mas teve um dia, eu tinha uns quatro ou cinco anos, que virou tudo de ponta-cabeça de vez. Eu e minha irmã tínhamos saído pra comprar bala. Na volta, vimos um menino jogando pedra num cavalo abandonado. O bicho se assustou e veio na direção da minha irmã. Não pensei duas vezes. Só empurrei ela pra longe e levei o impacto do animal.

Foi pesado. Quebrei ossos, fraturei a cabeça, fiquei uma semana em coma. No total, passei dois meses internado. E foi ali, naquele leito de hospital, que o Conselho Tutelar começou a prestar atenção. Viram que eu estava sozinho. Minha mãe, que tinha minha guarda, não apareceu nenhum dia pra me ver.

Quando tive alta, meu pai me levou de volta pra casa da Tia Érica. Mas o processo contra minha família já tava andando. Enquanto eu ia pra escola, o Conselho investigava cada canto da nossa rotina, cada buraco onde a gente escorregou sem ter culpa.

Pra piorar, a saúde do meu pai foi indo embora aos poucos. Câncer na garganta. Ele morreu bem na época em que o Conselho decidiu que era hora de nos tirar do convívio da rua. A Tia Érica ainda

tentou nos esconder, deixou de nos levar pra escola pra evitar que levassem a gente sem a permissão da nossa comunidade. Mas o destino já tinha sido escrito. Não dava mais pra voltar atrás.

A ilusão da casa nova e o silêncio do luto

A tragédia na minha vida nunca veio sozinha. Era sempre uma em cima da outra, como se o destino gostasse de empilhar desgraça. E antes mesmo de perder meu pai, teve um fio de esperança que quase me fez acreditar que as coisas poderiam ser diferentes.

A diretora da escola onde eu e minhas irmãs estudávamos viu o que a gente tava passando e resolveu agir. Ela não era obrigada, mas fez. Junto com outras pessoas da comunidade, organizaram uma rifa. A ideia era linda: juntar dinheiro pra dar entrada numa casa pelo “Minha Casa, Minha Vida”. Pela primeira vez, eu me permiti sonhar com um teto que fosse realmente nosso. Um lugar sem medo.

Mas não durou. Minha mãe, já tão consumida pelo vício que mal lembrava que tinha filhos, pegou todo o dinheiro — cada centavo que aquelas pessoas boas tinham doado com esperança — e usou pra comprar droga. Foi a gota d'água. Aquele dinheiro era pra ser o nosso recomeço, e virou a chave que escancarou nossa situação de vez. O Conselho Tutelar foi acionado, e a diretora foi avisada: se as crianças aparecessem na escola, eles nos levariam.

Minha Tia Érica ainda tentou nos esconder. Ela nos mantinha em casa, com medo de nos perder. Mas não adiantou. Um dia, eles chegaram e nos tiraram de lá. Sem aviso, sem tempo de dizer tchau direito. Fomos direto pro abrigo.

Eu era muito pequeno, mas lembro do que senti. Não dá pra esquecer. Era uma mistura sufocante de medo e angústia, como se o ar estivesse faltando. Antes disso, eu já tinha o costume de sair pela rua tentando achar minha mãe quando ela sumia. Aquela tristeza de não saber onde ela estava já me acompanhava. Mas agora, eu é que estava sumindo. E era horrível.

Tem uma coisa que pouca gente entende: é constrangedor. Você ver sua família ser conhecida por todo mundo pelos problemas. Os vizinhos, os colegas da escola, todo mundo falando. Mesmo criança, você carrega esse peso. É um estigma que gruda na pele.

A notícia da morte do meu pai chegou quando eu já estava no abrigo há alguns meses. Ele se foi entre abril e maio, mas só nos contaram em agosto. Uma educadora chamou eu e minhas irmãs pra dar a notícia. E o que eu senti? É estranho falar, mas na hora eu não consegui chorar muito.

Talvez porque eu já soubesse. Nas visitas, eu via ele definhando. Ele já não conseguia comer direito, cuspiu sangue... aquele câncer na garganta foi levando ele aos poucos, e eu, mesmo pequeno, já entendia que ele não ia ficar bem.

Mas o verdadeiro motivo de eu não ter desmoronado era outro: eu não podia. Eu estava obcecado por uma coisa só: voltar pra casa. Na minha cabeça de criança, o abrigo era só um susto. Uma parada temporária. Se as coisas "se resolvessem", alguém viria me buscar e me levaria de volta. Eu me agarrei nessa esperança com tanta força que não sobrou espaço pra sentir a dor de verdade. Eu não tinha como chorar meu pai. Eu só tinha como querer sair dali.

O abrigo: realidade e o primeiro contato com o desconhecido

Quando cheguei no abrigo, foi como se o chão tivesse sumido debaixo de mim. Eu não estava preparado. Detestei cada segundo daquilo, desde o primeiro instante. Isso foi por volta de 2009. O lugar era imenso, dividido em várias casinhas menores. Cada uma delas abrigava umas vinte crianças, separadas por idade. Me colocaram na Casa 4, destinada aos meninos de dois a oito anos. Diziam que, no total, o abrigo chegava a ter duas mil crianças. Dois mil. Era um formigueiro de gente perdida. Com tanto menino ali, ter um psicólogo ou um educador que olhasse só pra você era praticamente um luxo que não existia.

O dia que me levaram ainda tá gravado dentro de mim, inteiro. O Conselho Tutelar chegou seco, sem aviso. Eu tava na praça, distraído, soltando pipa ou jogando bola — não lembro exatamente qual das duas,

mas era uma dessas coisas de criança feliz. Aí alguém de colete azul se aproximou e perguntou meu nome. Falei que era Erick. E a ordem veio curta, sem enrolação: “Vem comigo”.

Me enfiaram dentro de uma van. O mundo começou a passar rápido pela janela. No começo, eu jurava que tava indo pra algum lugar legal, sabe? Uma excursão, sei lá. Só que a van não parava. Foi aí que o desespero começou a apertar meu peito. Eu comecei a chorar, a gritar que queria voltar pra casa. Tentaram me acalmar, dizendo que eu ia pra um “lugar melhor”. Hoje, adulto, eu penso nisso com uma amargura que não dá pra disfarçar: melhor pra quem? Pra quem olhava de fora e achava que aquilo era o certo?

Antes de chegar no destino final, passamos cinco horas na Vara da Infância e Juventude, ali no Centro, perto da Sapucaí. Eu já tava com uma dor de cabeça insuportável de tanto chorar. Aí um educador, talvez pra tentar me distrair ou pra me dar um pingão de conforto, apontou pra rua e perguntou se eu já tinha visto o Carnaval pela televisão. Explicou que era ali que os desfiles aconteciam. Não era muito, mas naquele momento de desespero, aquele gesto me marcou. Foi como se ele tentasse ligar aquele lugar frio e estranho a alguma coisa que, pra uma criança, ainda pudesse ser “legal”.

Depois de toda aquela espera, enfim me levaram pro abrigo de vez. Eu passei um mês inteiro chorando. Sem parar. Sem consolo. Até que, um dia, a ficha caiu. Não sei se foi de repente ou se foi aos poucos,

mas aconteceu: eu entendi que não ia sair dali tão cedo. Comecei a olhar ao redor e vi meninos que tinham entrado pequenos como eu e já estavam grandinhos, adolescentes, crescidos dentro daquelas paredes. E foi ali, olhando pra eles, que eu percebi: o meu destino muito provavelmente ia ser o mesmo. E essa foi a pior sensação que eu já tive na vida até então.

O reencontro e a ilusão de um lar perdido

A solidão naquele lugar era pesada demais pra uma criança carregar. Eu chorava até doer, até não ter mais lágrima, e mesmo assim o peito continuava apertado. Mas aí veio uma notícia que acendeu uma luzinha dentro de mim: minhas irmãs estavam chegando.

Elas tinham sido levadas pra abrigos diferentes no começo. Quando o sistema descobriu que eu estava ali, resolveram nos reunir. Acho que foi a única coisa certa que fizeram.

O reencontro foi bonito e dolorido ao mesmo tempo. Minha irmã mais velha, que devia ter uns sete ou oito anos, já agia como uma mãezinha da gente. Ela tinha esse instinto de proteger os menores, mesmo sendo só uma criança também. Quando nos vimos, nos abraçamos com tanta força que parecia que íamos nos fundir. Choramos juntos, sem vergonha. Até os educadores tentaram fazer um clima bonito, daqueles de filme de reconciliação. Naquela primeira noite,

dormimos os três abraçados, tentando espantar o medo com o calor um do outro. Mas o medo continuava ali, quietinho, esperando a gente baixar a guarda.

O pior de tudo é que não teve explicação. Não teve um “olha, vai acontecer isso”. Não teve um adeus. A gente só foi arrancado do mundo que conhecia, como se arrancassem uma planta pela raiz.

Eu, na minha cabeça, não pensava em fugir. Nem sabia por onde começar. Mas minha irmã Ellen era diferente. Ela não aceitava. Não se conformava. Ela fugia tantas vezes que acabou aprendendo o caminho de casa sozinha, de tanto tentar. E pra onde ela ia? Sempre pra casa da Tia Érica. Sempre. Porque a Tia Érica era o único lugar que ainda cheirava a afeto.

O Conselho Tutelar, porém, enxergava isso como se ela estivesse atrapalhando. Como se a Tia Érica fosse uma criminosa “ajudando” na fuga. Não enxergavam o óbvio: ela era o nosso porto seguro num mar que tinha virado tempestade.

A pior parte eu só fui descobrir dois anos depois, quando já tinha saído da família acolhedora. Foi a própria Tia Érica quem me contou, e aquilo me partiu de novo. Os educadores do abrigo a proibiram de nos visitar. Disseram que o contato com ela estava “dificultando nosso vínculo” pra entrar no programa de adoção.

Sabe o que isso significou pra mim na época? Que ela tinha me abandonado. Eu passei anos achando que a Tia Érica, a única pessoa

que sempre me resgatou, simplesmente tinha desistido de mim. E doía. Doía porque as visitas dela eram os únicos momentos em que eu me sentia seguro o suficiente pra ser criança, pra brincar de verdade, sem aquele nó na garganta.

Quando ela sumiu, eu me fechei. Virei um menino sério demais pra minha idade, introspectivo, sempre com um pé atrás, sempre esperando o pior. Como se o mundo todo fosse uma ameaça. E no fundo, era.

As cores do abrigo: entre o cinza da prisão e os tons de esperança

Eu entrei no abrigo sendo um menino fechado, sério, com uma muralha em volta do peito. Mas o lugar, de um jeito estranho, foi me forçando a abrir algumas portas. Não porque eu quisesse, mas porque a gente aprende que, pra sobreviver, precisa encontrar qualquer fresta de luz.

Existiam educadores ali que realmente gostavam da gente. Gostavam de brincar, de inventar brincadeiras, de criar momentos pra desconstrair a cabeça da gente. Eles sabiam que a gente carregava um peso grande demais, e tentavam amenizar do jeito que dava. Mas a gente também aprendia rápido a diferença entre quem tava ali por amor e quem tava ali por poder.

Eu nunca esqueci o nome da Vera. Engraçado como a memória guarda com carinho o nome de quem nos fez mal. Ela era educadora do plantão noturno. Quando ela chegava, o ar mudava. Sem ela falar uma palavra, a gente já sabia: guardar os brinquedos, sentar na mesa em silêncio, esperar. A televisão virava dela. Nada de desenho. Era novela, e quem reclamasse tava perdido.

Depois tinha o Anderson. Outro que me marcou, mas pelo jeito bruto. Se ele chegava às sete da manhã e a gente ainda tava na cama, ele acordava todo mundo no grito. Mandava a gente limpar a casa inteira. Lavar um monte de coisa que nem tinha necessidade. A gente tentava denunciar pra direção, mas nunca dava em nada. Faltava funcionário, eles diziam. A gente se sentia refém da vontade dele, e era revoltante.

Mas também tinha os bons. O “Peixe”, por exemplo. Um educador elétrico, animado, que fazia a gente rir de verdade. E a Mônica. Ah, a Mônica foi fundamental pra mim. Eu tenho deficiência e precisava fazer fisioterapia, e ela, junto com a Casa Dom Bosco, garantia que eu tivesse transporte e acompanhamento pro hospital. Foi nessa época que eu senti que as coisas finalmente começaram a andar um pouco pra mim.

Minha rotina era puxada. Eu estudava, às vezes de manhã, às vezes à tarde. Quando o turno era à tarde, a manhã inteira era de obrigações: tomar café, arrumar a casa, separar as roupas pra

lavanderia. Não tinha moleza. À noite, tudo dependia do educador que tivesse de plantão. Os bons sentavam com a gente, ajudavam no dever de casa, perguntavam se a gente tava aprendendo. Os outros só queriam que a gente calasse a boca e dormisse.

Teve um dia que eu nunca esqueço. Uma educadora me desafiou: “Erick, escreve os números de 1 a 100, aí você pode ir brincar”. Só que eu sempre tive um terror de matemática. Minha cabeça se perdia no meio dos números. Eu escrevia coisa sem sentido, chegava a 1000 sem nem perceber. Ela olhava, ria baixinho, e dizia que eu precisava focar mais. Mas no fim, me liberava pra brincar.

E eram aqueles pequenos gestos — uma risada, uma paciência, um “vai lá” — que faziam o abrigo parecer um pouco menos com uma prisão e um pouco mais com um lugar onde eu ainda podia ser só uma criança.

O preconceito e o desafio de encontrar um sorriso

Na escola, todo mundo parecia saber que eu era do abrigo. Não que eu sáísse contando, mas tinha alguma coisa no meu jeito, no meu uniforme, no meu olhar, que denunciava. Os professores e a direção até que tentavam ser compreensivos. Eles sabiam que a gente não rendia tanto nos estudos, que vinha de um lugar pesado. Mas entre os alunos, ah, entre os alunos era outra história. O preconceito cortava como faca.

Eu ouvi coisas que nenhuma criança devia ouvir. Coisas do tipo: “Ah, você não tem pai nem mãe”. E tinha quem fosse mais fundo: “Sua mãe não gostou de você e preferiu te jogar no abrigo”. Sabe o que é ouvir isso com sete, oito anos? Cada palavra entrava em mim como um prego. No começo, eu só chorava. Depois, fui criando uma casca. Aprendi que, pra não quebrar, às vezes a gente precisa fechar o coração igual uma porta, e deixar lá fora tudo o que não presta.

Se alguém me perguntar qual foi o meu maior desafio no acolhimento, eu não vou falar da falta de liberdade. Também não vou falar das regras chatas, das broncas, das injustiças. Meu maior desafio foi tentar sorrir. Isso mesmo. Sorrir.

Parece simples, né? Mas não era. Eu não sentia vontade de brincar com os educadores. Não sentia aquela alegria natural das outras crianças correndo pelo pátio. Tinha dias que eu só queria sumir. Então eu subia pro andar dos dormitórios, me enfiava num canto, e ficava ali olhando pro horizonte. Os prédios, as montanhas lá longe... e minha cabeça voava direto pra casa. Eu chorava sozinho, com uma saudade que não cabia em mim.

Alguns educadores tentavam me consolar. Diziam que uma hora meus parentes iam aparecer pra me buscar. Outros, menos pacientes, mandavam eu "parar de maluquice" e ir brincar com os outros. E como é que brinca com o peito em pedaços?

A convivência com estranhos era uma obrigação todo santo dia. Quando eu cheguei, os meninos me cercaram, curiosos. Queriam saber quem eu era, do que eu gostava. Mas eu nem conseguia responder direito. Só sabia chorar. Só depois eu entendi aquela curiosidade: quando você passa meses ou anos com as mesmas pessoas, alguém novo vira o maior acontecimento. Era a única novidade que eles tinham.

O que mais doía, porém, era ouvir os adultos falando da gente como se fôssemos um caso perdido. Uns diziam que as crianças iam pro abrigo porque os pais não queriam. Outros, porque a gente tinha “distúrbios” ou “problemas mentais”. Eu ouvia aquilo calado. Nem os educadores escapavam de soltar essas pérolas. E eu, criança, sem ferramenta nenhuma pra rebater ou entender, só engolia. Guardava tudo dentro de mim.

E no meio de tanto silêncio e tanta palavra errada, eu tentava, dia após dia, encontrar um motivo pra sorrir de novo. Só que esse motivo demorou muito pra aparecer.

O escudo fluminense e a esperança de um novo lar

No meio de tanta coisa dura, teve uma lembrança simples que ficou grudada em mim até hoje. Era um educador do abrigo que gostava muito de mim. Ele era fanático pelo Fluminense — desses que

respiravam o time. Eu, na época, me dizia flamenguista. Nem sabia direito o que tava falando, mas era o time que todo mundo falava.

Um dia, ele chegou pro plantão com a camisa do Fluminense. Eu, com aquela curiosidade boba de criança, falei que tinha gostado do desenho. Ele olhou pra mim, deu um sorriso, e lançou o desafio: “Quer uma camisa dessa?”. Eu quis, lógico. Aí ele disse: “Então beija o escudo e mostra lealdade ao time”.

Eu beijei. Na hora. Sem nem pensar.

No dia seguinte, ele trouxe uma camisa do meu tamanho certinho. Eu fiquei tão orgulhoso que passei uma semana inteira sem querer tirar aquela camisa — nem pra lavar. Dormia com ela, se deixassem. Ali, naquele gesto pequeno, eu deixei de ser Flamengo e me tornei Fluminense pra sempre. Não por causa do futebol em si, mas porque foi um dos poucos momentos em que alguém me olhou com carinho de verdade. Como se eu importasse.

Logo depois disso, veio a notícia que ia mudar tudo: o próximo passo seria a família acolhedora. Lembro até hoje a educadora nos chamando na brinquedoteca pra contar. O Ministério Público tinha solicitado nossa transferência. Foi uma festa dentro da gente. Minha irmã, toda bobona, fazia piada: “Agora você vai ter mãe!”. A gente ria, mas tinha um tremor na voz. A promessa de ter uma mãe de novo reacendeu uma esperança que já tava quase apagada.

Cerca de uma semana depois, fomos pra casa da Lloyd. Nossa primeira família acolhedora.

Evoluir

Hoje, quando olho pra trás, confesso que às vezes nem parece que fui eu quem passou por tudo aquilo. Minha vida ganhou um sentido que eu nunca imaginei nos dias mais solitários do abrigo. Eu não sou mais aquele menino que subia pro dormitório e ficava olhando o horizonte atrás das grades. Hoje, sou estudante de Serviço Social na UFRJ e ocupo um papel de coordenação no Movimento Além do Acolhimento.

Essa nova fase trouxe uma cor diferente pra minha história. Tenho viajado pra vários estados, representando o movimento em eventos e reuniões que realmente decidem coisas importantes. E o melhor: ninguém me silencia mais. Pela primeira vez na vida, minha voz é ouvida. Participar das discussões sobre políticas públicas e direitos me faz sentir potente, realizado. Descobri que a minha dor, que tanto me pesou, virou uma ferramenta de luta.

Se você, jovem, está hoje numa família acolhedora ou numa instituição, ou se você já saiu desse sistema, eu quero te dizer uma coisa: o seu passado não é o teto do seu futuro. O sistema pode tentar te rebaixar. Comigo tentaram. Me chamaram de “banco ambulante”.

Disseram que eu não tinha direito de fala. Mas o diamante vem da terra bruta, sim — só que quem lapida ele é o tempo e a nossa própria vontade de vencer. Ninguém mais.

Se antigamente alguém me falasse aonde eu estaria hoje — coordenando um movimento nacional, estudando na UFRJ, morando na minha própria casa — eu teria rido de nervoso. Ou chorado. Não dava pra acreditar. Mas a vida me provou que, com foco e com as pessoas certas ao lado, a gente pode ser o protagonista da própria história.

O tempo da opressão passou. Agora é o tempo da nossa voz.

O MOVIMENTO QUE ME DEVOLVEU O DIREITO DE SONHAR

Kênia Mourão
Brasília/DF

Há algum tempo, alguém me perguntou por que eu dedico tanto da minha vida ao Movimento Além do Acolhimento. Na hora, eu não consegui responder. Não porque eu não soubesse. Mas porque algumas respostas não cabem em poucas palavras. Como explicar que um movimento pode mudar a forma como alguém enxerga a própria história?

Quando conheci o Movimento Além do Acolhimento, achei que estava entrando em uma luta. Hoje entendo que também estava entrando em um processo de me enxergar. Passei alguns anos querendo esquecer que vivi em um serviço de acolhimento, mesmo sendo aquele o lugar onde passei parte da minha infância e toda a minha adolescência. Não era exatamente esquecer as pessoas. Era esquecer aquele lugar, aquela fase e tudo o que aquilo representava.

Seguir a vida. Talvez porque, quando saímos, exista uma sensação de que é exatamente isso que devemos fazer. A porta se fecha e começa uma espécie de: **“Agora é com você”**.

A sociedade costuma dizer que aos dezoito anos a vida começa. Para quem viveu o acolhimento, muitas vezes ela começa correndo. Não existe muito tempo para descobrir quem você é, experimentar,

mudar de ideia, tentar uma coisa, perceber que não deu certo e tentar outra. Existem as contas, o trabalho, a casa, as responsabilidades e os estigmas. E existe uma expectativa silenciosa de que você saiba lidar com tudo isso.

O direito de errar

Talvez uma das coisas que o Movimento mais tenha me feito pensar seja sobre algo aparentemente simples: **o direito de errar**. Quando falo em direito de errar, não estou falando sobre não assumir responsabilidade pelas próprias escolhas. Estou falando sobre o direito de ser jovem. A juventude também é o tempo em que experimentamos, amadurecemos, fazemos escolhas ruins, aprendemos e tentamos novamente. Mas quem sai do acolhimento muitas vezes sente que precisa acertar de primeira.

Eu errei muito financeiramente aos dezoito anos. Lembro de alguém me dizer que **“o meu nome era a única coisa que eu tinha”**. Eu ouvi. Mas ouvir que precisava preservar meu nome não significava saber como fazer isso. Quem me ensinou sobre crédito antes de sair? Quem sentou comigo para construir um orçamento do mês? Quem me ensinou a fazer uma reserva? Que estrutura havia para que eu atravessasse os primeiros anos depois do acolhimento com alguma segurança? Talvez uma poupança construída antes do desacolhimento

tivesse mudado algumas coisas. Educação financeira poderia ter evitado outras.

Hoje consigo olhar para os erros que cometi e assumir minha responsabilidade. Mas também consigo fazer uma pergunta que antes eu não fazia: **O que foi feito para prevenir esses erros?** É muito fácil olhar para um jovem depois que alguma coisa deu errado e perguntar: **“Por que você fez isso?”** Mas difícil é perguntar o que oferecemos antes de exigir que ele soubesse fazer diferente.

O que eu gostaria de ter tido não era alguém para impedir todos os meus erros. Era alguém para continuar ali quando alguma coisa desse errado. Alguém que pudesse dizer: **“Não deu certo. E agora, o que podemos aprender com isso?”** Para mim, direito ao erro é isso. É poder tentar sem que uma tentativa frustrada signifique o fim. É poder amadurecer. É poder ser jovem. **O Pós Acolhimento não deveria ser uma prova de sobrevivência.**

A urgência de pertencer

Com o tempo, percebi que aquilo que carregava do acolhimento não aparecia apenas na minha relação com dinheiro ou nas responsabilidades que precisei assumir cedo. Também aparecia na maneira como eu construía vínculos. Algumas conversas que tive, já adulta, com mulheres que viveram no acolhimento comigo me fizeram

voltar para a minha própria história. Comecei a me fazer perguntas que nunca havia feito. Principalmente sobre pertencimento. Passei uma parte importante da minha formação vivendo em um lugar que tinha a responsabilidade de me proteger, mas que nunca chegou a ser verdadeiramente meu.

A coberta era minha, mas a cama não. As roupas eram minhas, mas o armário não.

Nada era meu, era só a minha vez de estar ali. Minhas coisas cabiam naquele espaço, mas aquele espaço não me pertencia e eu não pertencia a ele. Eu dormia, acordava, chorava, ria, brigava e crescia ali. Eu tinha um endereço. Mas pertencimento é outra coisa. Hoje, olhando para a mulher que me tornei e para os relacionamentos que construí, comecei a me perguntar quanto daquela menina continuava procurando um lugar que finalmente pudesse chamar de seu.

Talvez eu não estivesse procurando apenas amor. **Talvez estivesse procurando casa.** Família. Permanência. Um lugar onde a cama fosse minha. Onde o armário fosse meu. Onde alguém me esperasse voltar. Onde não existisse uma data dizendo que chegaria o momento de partir. E reconhecer isso é difícil. Porque me obriga a olhar para algumas escolhas da minha vida não apenas perguntando: **“Por que eu aceitei isso?”** Mas também: **“O que eu estava tentando encontrar ali?”**

Quando pertencimento é uma necessidade tão profunda, sair de um lugar que machuca pode significar perder muito mais do que um relacionamento. Pode significar perder a casa, a família que tentei construir, a estabilidade que achei que finalmente tinha encontrado. E voltar para uma pergunta muito antiga: **“Se eu sair daqui, para onde eu vou?”**

Eu não cheguei aos dezoito anos como uma folha em branco. Levei comigo a menina que fui. Minhas referências de amor, minhas ausências, meus medos, minha dificuldade de confiar e uma vontade enorme de finalmente pertencer.

Hoje consigo perguntar: Que ideia de amor eu havia aprendido? Quem havia me ensinado sobre limites? Quem havia conversado comigo sobre relações saudáveis? Quem havia me mostrado que ficar sozinha não significava necessariamente ser abandonada? Essas perguntas são sobre mim. Mas inevitavelmente me fazem pensar nas meninas que ainda estão dentro dos serviços de acolhimento.

Preparar uma adolescente para a vida adulta não pode ser apenas ensinar a trabalhar, cozinhar ou pagar uma conta. Precisamos também ensinar que ela pode construir vínculos sem precisar se perder dentro deles.

E talvez uma das coisas que mais desejo para quem vem depois de mim seja: **que nenhuma menina precise aceitar qualquer lugar**

apenas porque passou a vida inteira procurando algum lugar para chamar de seu.

Quando ninguém perguntava do que tínhamos medo

Quando penso naquela menina, volto muitas vezes para um quarto. Um quarto dentro do serviço de acolhimento. Ainda adolescentes, conversávamos sobre a vida e sobre aquilo que imaginávamos encontrar lá fora. Nós tínhamos medo. Mas nem sempre alguém estava interessado em saber do que tínhamos medo. Lembro de ouvir: **“Daqui a pouco a mamata acaba”. “Quando vocês saírem daqui, quero ver o que vai ser de vocês”. “Vocês são ingratas. Não aproveitam as oportunidades”.**

Hoje percebo que havia muito mais preocupação com as nossas reações do que curiosidade sobre aquilo que estávamos sentindo. Talvez alguém pudesse ter perguntado: **Do que essa menina tem medo?** O que significa para uma adolescente saber que existe uma data se aproximando em que ela precisará seguir sua vida sem saber exatamente quem continuará ao seu lado? Preparar um adolescente para sair do acolhimento não é lembrá-lo de que a vida será difícil. Provavelmente ele já sabe. É conseguir enxergar a pessoa antes do comportamento. Eu sei disso porque fui aquela adolescente considerada cabeça-dura.

Ela continuou, ela enxergou, ela insistiu em mim

Durante muito tempo, eu disse que não tive a ajuda do Estado quando precisei construir minha vida depois do acolhimento. E continuo reconhecendo essas ausências. Hoje, muito mais do que antes, compreendo o quanto políticas públicas e acompanhamento no pós-acolhimento poderiam ter feito diferença na minha história.

Mas eu tive uma pessoa. Ela não era minha mãe, minha tia ou minha irmã. Não existia nenhum laço de sangue dizendo que ela precisava permanecer. Ela era psicóloga da instituição onde eu morava. E isso, naquele momento, poderia ter significado apenas mais uma profissional que passaria pela minha vida. Outras psicólogas já tinham passado por ali antes dela. Para mim, até então, era isso: profissionais chegavam, exerciam suas funções e, em algum momento, iam embora. Mas Júlia não foi apenas alguém que passou.

Júlia me conheceu adolescente e grávida, em um momento em que talvez eu mesma não conseguisse enxergar muito além daquilo que estava vivendo. Mas ela enxergou alguma coisa em mim. **E insistiu em mim.**

Hoje ela é madrinha da minha filha. Porém, durante muito tempo, eu não conseguia entender por que ela se importava. Nós tivemos algumas desavenças. Eu questionava. Resistia. Era cabeça-

dura. Talvez existisse dentro de mim uma pergunta que eu ainda não sabia formular: **“Por que ela se importa comigo?”** Às vezes eu pensava que era por causa da minha filha. Porque acreditar que alguém pudesse simplesmente se importar comigo era muito mais difícil. Quando você vive tantas rupturas, a permanência também assusta.

Então Júlia precisou me provar. Uma vez. Depois outra. E outra. Ela ia me buscar. Ela estava ali. Ela voltava. E, quando era eu quem voltava, ela continuava lá. **Ela continuava lá.**

Não foi uma relação perfeita. Tivemos conflitos e desentendimentos. Talvez justamente por isso tenha me ensinado tanto. Júlia me mostrou que alguém podia discordar de mim, brigar comigo, me confrontar e ainda assim voltar, e ainda assim ficar. Aos poucos, fui entendendo que amor também podia ser isso. Por muito tempo eu talvez nem soubesse chamar aquilo de amor. Mas reconhecia como o mais perto de um cuidado constante que eu havia conhecido. E hoje olho para trás e penso: **Quanto cuidado pode caber em uma única pessoa que decide permanecer?**

O que eu não tinha na minha bolsa

Existe outra pessoa sem a qual eu não consigo contar essa história: **minha filha**. Ser mãe me colocou diante de uma questão que eu não estava preparada para responder. Eu queria oferecer a ela coisas

diferentes. Amor. Segurança. Presença. Queria que ela soubesse que eu estaria ali. Mas, em muitos momentos, percebi que estava procurando dentro de mim ferramentas que ninguém tinha me ensinado a usar. **Eu procurava coisas que não tinha na minha bolsa.** Não porque eu não amasse minha filha. Eu a amo profundamente. Mas amor e repertório não são a mesma coisa.

Como ensinar segurança quando você cresceu aprendendo a sobreviver? Como ensinar que alguém permanece quando uma parte de você ainda está esperando que as pessoas vão embora? Como acolher determinados sentimentos quando os seus, tantas vezes, não foram acolhidos?

Foi preciso aprender. E algumas coisas, talvez, aprender pela primeira vez. Aprender a escutar. Aprender a demonstrar. Aprender que cuidado não é apenas garantir que não falte comida, roupa, escola ou uma casa. Aprender a olhar para o sentimento antes de olhar para o comportamento. Justamente aquilo que tantas vezes eu gostaria que tivessem feito comigo.

Júlia teve um papel importante nesse processo. Talvez algumas coisas que ela colocou na minha bolsa eu só tenha percebido muitos anos depois. Outras eu precisei buscar. Precisei questionar, errar, tentar novamente. Porque me tornar mãe também me colocou diante da menina que eu tinha sido. Muitas vezes, olhando para minha filha,

precisei olhar para mim. E me perguntar: **O que eu quero que ela carregue na bolsa dela quando chegar à vida adulta?**

Quero que minha filha saiba que merece ser amada. Quero que tenha certeza de que pode voltar. Quero que tenha referências para diferenciar controle de cuidado e sofrimento de amor. Quero que saiba que um erro não fará com que perca tudo. Hoje entendo que nem tudo aquilo que precisamos oferecer aos nossos filhos está disponível dentro da nossa bolsa. Algumas coisas recebemos de quem escolheu caminhar conosco. Outras aprendemos no caminho. E algumas somos nós que colocamos ali pela primeira vez. Talvez seja isso que eu esteja tentando fazer: **colocar na bolsa da minha filha coisas que um dia procurei na minha e não encontrei.**

Até que encontrei um “nós”

Foi também nesse processo que encontrei o Movimento Além do Acolhimento. Durante muito tempo, falar sobre ter vivido em acolhimento significava explicar. Explicar por que fui acolhida. Explicar que acolhimento não é medida socioeducativa. Explicar o que acontece aos dezoito anos. Explicar por que determinadas coisas que parecem simples para outras pessoas foram tão difíceis para mim. **Cansa precisar traduzir a própria história para o mundo o tempo inteiro.**

Então encontrei pessoas para quem eu não precisava traduzir. Não porque nossas histórias fossem iguais. Não são. Mas existe alguma coisa que nos atravessa e nos reconhece. Ali deixei de ser apenas a Kênia. Passei a fazer parte de um “**nós**”. E esse “nós” mudou tudo.

Enquanto o Movimento crescia, eu também mudava. Nossa voz começou a chegar a lugares que eu nunca imaginei. E, em algum momento dessa caminhada, aconteceu uma cena que, se alguém contasse para a menina que fui, talvez ela desse risada: **Quem diria? Eu, tomando um cafezinho com o Presidente da República.**

Pois é. A vida andou bastante desde aquele quarto. Mas o que mais me emociona não é o café. É pensar no que chegou comigo até aquela mesa. A menina. O quarto. Os dezoito anos. Os erros. As ausências. Júlia. Minha filha. E todas as perguntas que só muitos anos depois comecei a conseguir responder.

Enquanto nossa voz chegava mais longe, uma conquista muito mais silenciosa acontecia dentro de mim: **eu estava conseguindo voltar para a minha própria história.** O Movimento não me deu respostas prontas. Ele me fez perceber que talvez eu estivesse fazendo algumas perguntas erradas. E foi também através dele que conheci uma grande amiga que, um dia, me disse uma frase que eu não levei tão a sério naquele momento: **“A infância é um chão que a gente pisa a vida inteira.”** Talvez ela nem imaginasse o quanto aquela frase ainda iria me encontrar.

Hoje ela me assusta um pouco. Porque consigo enxergar o quanto daquela menina continuou caminhando comigo, mesmo durante os anos em que eu estava tentando deixá-la para trás. Antes eu perguntava apenas: **Por que eu errei? Por que fiquei? Por que aceitei?**

Hoje também consigo perguntar: **O que existia naquela menina que ainda precisava ser cuidada?** Isso não retira minha responsabilidade. Permite que eu assuma minha história inteira. Sem transformar tudo em culpa. E sem precisar transformar tudo em superação.

Passei anos querendo esquecer que tinha vivido no acolhimento. Hoje consigo olhar para trás sem precisar permanecer lá. Consigo reconhecer as ausências, os erros, os medos e aquilo que procurei em lugares errados. Mas também consigo reconhecer quem ficou. Minha história deixou de ser apenas uma coisa que eu carregava. **Ela passou a ser uma história que eu conseguia compreender.**

O que eu escolho fazer com tudo isso

E, depois de olhar para tudo isso, existe uma coisa que preciso deixar muito clara: **eu não sou grata pelo que aconteceu comigo.** Se alguém me perguntasse hoje: **“Você passaria por tudo novamente para ter o que tem e ser quem é agora?”** Não. Eu jamais escolheria.

Não escolheria as rupturas. Não escolheria o medo. Não escolheria a violência. Não escolheria crescer sem sentir que tinha um lugar verdadeiramente meu. Não escolheria precisar amadurecer tão cedo. Não escolheria os erros que poderiam ter sido prevenidos. Não escolheria nada disso para mim. E não escolheria para nenhuma outra criança, adolescente ou jovem.

Eu não preciso romantizar aquilo que me feriu para reconhecer a mulher que me tornei. **Minha força não torna justo aquilo que aconteceu.** Minha capacidade de continuar não transforma ausência em oportunidade. E minhas conquistas não podem servir para dizer que, no final, “deu tudo certo”. Porque não deveria ser necessário sofrer tanto para conseguir chegar até aqui.

Mas existe uma coisa sobre a qual eu posso escolher: **o que faço com tudo isso agora.** Essa história já aconteceu. Ela é minha. Está no meu chão. Está na minha bolsa. Está na forma como amo, na forma como sou mãe, nas escolhas que fiz, nos erros que cometi e nas pessoas que permaneceram. E talvez seja por isso que eu coloque tanto de mim nessa luta.

Quando falo sobre o direito de errar, sei do que estou falando. Quando falo sobre pertencimento, sei o que significa procurar desesperadamente um lugar para chamar de meu. Quando falo sobre a importância de um adulto de referência, lembro de Júlia. Quando penso no chão que estamos construindo para as próximas crianças, penso na

minha filha. E penso em tudo aquilo que podemos fazer antes que seja preciso reparar. E quando penso nos jovens do pós-acolhimento, penso também naquela menina que saiu acreditando que, dali em diante, era cada um por si.

Então não. Eu não escolheria passar por tudo outra vez. Mas, já que passei, **escolho colocar todo o meu coração naquilo que posso fazer com essa história.** Escolho falar. Escolho ocupar espaços. Escolho lutar. Escolho voltar para aquele quarto nas minhas lembranças, não para permanecer nele, mas para lembrar que ainda existem meninas e meninos em quartos como aquele. Escolho acreditar que aquilo que estamos construindo hoje pode alcançar alguém que talvez eu nunca conheça.

Talvez uma menina que ainda não saiba para onde irá quando completar dezoito anos. Talvez um jovem convencido de que precisa acertar tudo sozinho. Talvez alguém procurando desesperadamente um lugar para pertencer. Eu não posso mudar o que aconteceu com aquela menina. Mas posso escolher o que a mulher que ela se tornou fará com tudo aquilo que viveu. **Eu tive alguém que insistiu em mim.** Depois encontrei um Movimento que me ajudou a compreender por que isso foi tão importante. E hoje tenho uma filha que me faz pensar todos os dias sobre aquilo que estou colocando na bolsa dela e sobre o chão que estou ajudando a construir.

Talvez essas três partes da minha vida se encontrem justamente aqui: **na menina que precisou que alguém acreditasse nela, na mulher que encontrou um lugar para transformar sua história em luta e na mãe que tenta oferecer à filha aquilo que precisou aprender pelo caminho.**

Hoje eu coloco meu coração nisso. Não porque aquilo que vivi precisava ter acontecido. Não porque a dor tenha sido necessária para me trazer até aqui. Mas porque essa história é minha, e hoje eu posso escolher o que fazer com ela. Escolho transformá-la em luta. Em cuidado. Em permanência. Em possibilidade. E, principalmente, em esperança.

Porque talvez tenha sido esse o maior presente que encontrei no Movimento Além do Acolhimento: **ele não mudou o meu passado. Mas me devolveu o direito de sonhar e de lutar por um futuro com uma história diferente, para mim e para quem vem depois.**

QUEM CONTINUA CAMINHANDO CONOSCO

Juracy Bahia
Salvador/BA

Durante dezoito anos da minha vida, o acolhimento institucional foi o lugar onde cresci. Minha infância e minha adolescência aconteceram dentro de uma casa que não era minha família de origem, mas que, de alguma forma, se tornou o cenário onde aprendi a existir.

Hoje, olhando para trás, percebo que aquele tempo carrega muitas camadas. Algumas são de dor, outras de descoberta, outras de afeto. Crescer em um espaço institucional é aprender cedo que a vida pode ser feita de ausências, mas também de encontros inesperados.

Muitas dessas histórias eu registrei no meu livro “Casa 8: Crônicas de Lares Possíveis e Impossíveis”. Ali estão memórias que nasceram da convivência dentro da instituição, das relações que construímos entre crianças e das pessoas que, em determinados momentos, atravessaram nossa trajetória com cuidado e presença.

No livro eu conto, por exemplo, como nos tornamos a família da Casa 8. Éramos oito crianças vivendo juntas. Não éramos irmãos de sangue, mas nos tornamos irmãos de vida. Crescemos entre brigas rápidas, gargalhadas altas, jogos improvisados e uma sensação silenciosa de que, apesar de tudo, precisávamos uns dos outros para continuar. A casa tinha fama de ser a mais difícil da instituição. As

cuidadoras muitas vezes não permaneciam por muito tempo. Mesmo assim, no meio daquela instabilidade, algo resistia: os vínculos que construímos entre nós.

Essas memórias me acompanham até hoje. Entre tantas lembranças, existe uma que sempre retorna quando penso no poder dos vínculos. Em determinado momento da minha infância dentro da instituição apareceu uma cuidadora substituta chamada Tia Deni. Ela não estava ali todos os dias. Entrava apenas em alguns períodos, cobrindo folgas de outras cuidadoras. Mesmo assim havia algo diferente nela. Ela não apenas perguntava como eu estava. Ela queria realmente saber.

Nossa aproximação começou com pequenas coisas. Conversas sobre livros. Perguntas sobre escola. Reflexões sobre escolhas e futuro. Aos poucos, ela foi me mostrando algo que eu ainda não conseguia enxergar em mim mesmo: que eu era capaz, que eu era inteligente, que minha história não precisava ser limitada pelas circunstâncias em que comecei a vida.

Hoje entendo que aquele vínculo teve um impacto enorme em mim. Porque, às vezes, tudo que uma criança precisa é sentir que alguém acredita nela. Sentir que alguém a vê de verdade.

Talvez seja por isso que, quando hoje acompanho pessoas que estão deixando esses serviços, eu não consigo olhar para essa realidade

apenas como um tema de política pública. Para mim, essa realidade tem rostos, histórias e memórias muito próximas.

Em muitos deles eu reconheço algo de mim mesmo. Reconheço as dúvidas sobre o futuro, a tentativa de encontrar um lugar no mundo e aquela mistura de coragem e medo que aparece quando a vida começa fora dos muros da instituição.

Quando falamos sobre acolhimento institucional no Brasil, é importante reconhecer que houve avanços importantes nas últimas décadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente transformou profundamente a forma como o país passou a compreender a proteção da infância. Aos poucos deixamos de falar em “menores” e passamos a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Essa mudança trouxe transformações importantes na organização dos serviços. Muitas casas passaram a ter menos crianças, maior acompanhamento técnico e uma preocupação maior com a qualidade do cuidado oferecido. A adoção também se tornou uma possibilidade mais presente para muitas trajetórias.

Esses avanços são reais e precisam ser reconhecidos. Mas existe um ponto que ainda continua sendo um dos maiores desafios dessa política: o momento da saída.

Quando alguém completa dezoito anos e deixa o serviço de acolhimento, a vida muda de forma abrupta. O lugar que durante anos organizou sua rotina deixa de ser sua referência cotidiana. A casa, os

educadores, os colegas e toda a estrutura que sustentava o dia a dia deixam de existir como base concreta de apoio.

É nesse momento que a palavra autonomia costuma aparecer. Mas ela não nasce por decreto ao completar dezoito anos. A verdadeira autonomia exige solo fértil: precisa de estudo, trabalho, renda e moradia. Sobretudo, precisa de algo que raramente aparece nos manuais das políticas públicas. Pertencimento.

Uma vida digna exige mais do que sobrevivência material. Ela exige relações humanas significativas.

Talvez essa preocupação com quem estava chegando depois de mim tenha começado muito cedo. Logo depois que deixei o acolhimento, continuei acompanhando de perto a vida dos meus irmãos que ainda permaneciam lá. Eram irmãos de vida, daqueles que cresceram ao meu lado dentro da instituição.

Sempre que voltava para visitá-los, percebia algo que me inquietava. Eles estavam se aproximando da mesma porta que eu havia atravessado. A porta da saída. E eu sabia, pela própria experiência, que o mundo lá fora não era simples.

Muitas vezes me peguei tentando explicar para eles como as coisas funcionavam fora da instituição. Falava sobre trabalho, sobre dinheiro, sobre as dificuldades de encontrar moradia, sobre a importância de estudar e de se preparar. No fundo, era como se eu quisesse treiná-los para a vida que vinha depois. Queria que tivessem

mais sorte do que eu tive em alguns momentos. Queria que não precisassem sofrer certas dores que eu já tinha conhecido.

Com o tempo, alguns desses irmãos começaram a me procurar quando também estavam saindo do acolhimento. Chegavam com pedidos muito concretos: ajuda para encontrar trabalho, um lugar para morar, algum dinheiro para começar, apoio para lidar com dependência química ou simplesmente alguém que pudesse orientar os primeiros passos fora da instituição.

Eu tentava ajudar como podia. Mas logo percebi que não estava sozinho nesse movimento. Outros irmãos que haviam saído no mesmo período também começaram a receber esses pedidos de ajuda. Aos poucos fomos nos conectando. Um ajudava daqui, outro ajudava dali. Um indicava um trabalho, outro tentava encontrar um quarto para alguém dormir, outro acompanhava alguém em busca de tratamento.

E assim, quase sem perceber, formamos uma pequena rede de apoio entre nós. Com o tempo essa rede cresceu. Chegou mais um irmão, depois outro, depois mais alguém disposto a ajudar. Até que percebemos que aquilo já era maior do que ações isoladas.

Foi então que decidimos organizar esse esforço de forma mais estruturada. Assim nasceu o Instituto Vida Adiante (IVA). Escolhemos esse nome porque acreditávamos exatamente nisso: que a vida podia continuar adiante, mesmo depois de tantas rupturas. Queríamos que o instituto fosse não apenas um espaço de apoio, mas também um lugar

de reflexão e estudo sobre essa realidade. Um lugar onde pudéssemos compreender melhor o que significa crescer em acolhimento e como tornar a transição para a vida adulta menos solitária.

Foi a minha primeira experiência organizada de apoio a jovens que estavam deixando o acolhimento. E havia algo muito especial nessa experiência: eu conhecia cada um deles. Tinha visto muitos crescerem dentro da instituição. Sabia suas histórias, suas dificuldades e também seus sonhos.

Com o Instituto Vida Adiante conseguimos fazer muitas coisas importantes. Não resolvemos todos os problemas, é verdade. Algumas histórias continuaram difíceis. Mas também conseguimos apoiar muitas trajetórias e abrir caminhos para que alguns encontrassem novas possibilidades.

Por isso guardo uma profunda gratidão por todos os parceiros que caminharam e ainda caminham conosco no IVA. Foi ali que aprendi, na prática, que quando as pessoas se juntam para cuidar umas das outras, mesmo pequenas iniciativas podem produzir grandes mudanças.

Na experiência de acompanhar egressos, percebo que muitos vivem uma espécie de desencontro entre essas dimensões. Alguns conseguem trabalho, mas não têm uma rede de vínculos que sustente emocionalmente sua caminhada. Outros encontram pessoas que os

apoiam, mas não conseguem acessar oportunidades concretas de renda ou moradia. A vida, no entanto, exige as duas coisas.

Talvez aqueles que passaram por instituições de acolhimento precisem ainda mais dessas duas dimensões, porque muitos começaram a vida atravessados por rupturas que outras pessoas não enfrentaram.

Ao longo do meu trabalho encontrei histórias muito duras. Pessoas que, após deixarem o acolhimento, foram morar em albergues da cidade, dividindo beliche com desconhecidos, sem sequer ter um endereço fixo para colocar em um currículo. Outras tentaram alugar um quarto e descobriram rapidamente que, sem fiador, sem histórico e sem referências, quase nenhuma porta se abre com facilidade. Também encontrei jovens que passaram a trabalhar apenas em troca de um lugar para dormir, em relações que muitas vezes escondiam exploração. Alguns adoeceram sem saber sequer como acessar um posto de saúde. Outros deixaram de estudar porque não sabiam como fazer uma matrícula ou porque carregavam vergonha de explicar sua história. Houve também quem permanecesse em casas marcadas por violência ou abuso apenas para não perder um teto. Em situações ainda mais extremas, alguns recorreram à prostituição como forma de sobrevivência. São histórias difíceis de ouvir, mas necessárias de reconhecer, porque revelam o que acontece quando a saída do acolhimento acontece sem rede, sem apoio e sem caminhos claros para reconstruir a vida.

E, infelizmente, também encontrei histórias ainda mais difíceis. Alguns acabam se aproximando de caminhos muito perigosos antes mesmo de completar dezoito anos. Às vezes pela sensação de não pertencimento. Às vezes pela busca de reconhecimento. Às vezes pela ilusão de encontrar proteção onde o Estado e a sociedade ainda não conseguiram chegar.

Essas histórias não são apenas casos isolados. Elas revelam lacunas estruturais no modo como organizamos o cuidado com aqueles que cresceram em serviços de proteção.

A transição para a vida adulta não pode ser tratada como o encerramento de um serviço. Ela precisa ser compreendida como um processo que começa ainda dentro das casas e continua por algum tempo depois da saída.

Hoje, parte do meu trabalho está ligada exatamente a esse desafio. Atuo em uma organização que trabalha com crianças e adolescentes em acolhimento e tenho buscado colaborar para que as equipes que estão nas casas consigam olhar com mais atenção para esse momento da transição e continuem acompanhando os primeiros passos dos jovens egressos.

Na prática, isso significa apoiar os profissionais que convivem diariamente com essas crianças e adolescentes para que consigam preparar melhor aqueles que estão se aproximando da saída. Significa fortalecer a ideia de que o acompanhamento não deve terminar no dia

em que alguém completa dezoito anos, mas continuar através de orientação, vínculos e oportunidades concretas para que cada um encontre caminhos de estudo, trabalho e autonomia.

Muitas vezes, quando penso nesse trabalho, lembro da Tia Deni. Aquela mulher que, sem grandes discursos, apenas me enxergou e acreditou em mim.

Talvez, de alguma forma, esse trabalho seja também uma tentativa de continuar aquele gesto. De ajudar a criar mais presenças que não apenas cumpram uma carga horária, mas que consigam enxergar o potencial escondido por trás do rótulo de “acolhido ou egresso”.

Esse caminho também me aproximou de outras pessoas que viveram experiências semelhantes em diferentes partes do país. Aos poucos fomos percebendo que nossas histórias, apesar de diferentes, carregavam muitas semelhanças — a mesma sensação de atravessar sozinho uma porta que o mundo parecia não ter preparado para nós.

Foi dessa percepção que nasceu o movimento Além do Acolhimento.

Lembro com clareza do momento em que essa ideia começou a tomar forma. Estávamos reunidos em um encontro que trouxe jovens egressos de várias regiões do Brasil. Muitos de nós estávamos ali pela primeira vez, escutando histórias que, apesar das distâncias geográficas, pareciam falar da mesma travessia.

Aquele encontro foi organizado pelo Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, dentro de uma iniciativa chamada Minha Vida Fora do Acolhimento. Ali compartilhamos experiências, falamos das dificuldades da saída das instituições, das ausências que ainda marcam esse processo e também das pequenas conquistas que cada um carregava.

Em determinado momento elaboramos um manifesto, uma carta dirigida à sociedade. Era uma tentativa de transformar nossas experiências em voz pública. Mas, à medida que conversávamos, fomos percebendo algo maior. Aquele documento não podia ser o ponto final da nossa mobilização. Na verdade, ele parecia ser apenas o começo.

Ali nasceu a compreensão de que permanecer conectados, trocando experiências, apoiando uns aos outros e lutando por mudanças estruturais poderia ser um caminho possível.

Foi assim que o movimento Além do Acolhimento começou a existir. Desde então sigo participando desse movimento com a confiança de que ele representa algo muito importante para quem viveu essa história. Nosso desejo é simples e profundo ao mesmo tempo. Queremos que cada adolescente ou jovem que esteja saindo do acolhimento saiba que não está sozinho. Que existe um espaço onde sua voz tem lugar, onde sua experiência é reconhecida e onde é possível lutar coletivamente por mais justiça para quem atravessa essa mesma realidade.

Hoje nos aproximamos da terceira edição do encontro Minha Vida Fora do Acolhimento. Cada nova edição reafirma algo que naquele primeiro encontro já começava a aparecer: quando aqueles que viveram essa experiência se encontram, algo se transforma. A dor compartilhada se transforma em consciência. A consciência se transforma em organização. E a organização abre caminho para a mudança.

Mesmo assim os desafios continuam grandes. A saída do acolhimento ainda é um momento marcado por muitas incertezas. Muitos enfrentam dificuldades para acessar moradia digna, oportunidades de trabalho ou continuidade nos estudos. Outros lidam com uma dimensão menos visível, mas igualmente profunda: a ausência de vínculos duradouros.

Quando alguém deixa a instituição, muitas vezes os vínculos construídos ali também se encerram. Educadores seguem outros caminhos, colegas se dispersam e a pessoa precisa reorganizar sua vida em um mundo que nem sempre compreende sua história.

É nesse momento que aparece uma sensação que muitos egressos conhecem bem. A sensação de estar sozinho.

Talvez por isso seja tão importante lembrar que autonomia não significa abandono. Autonomia verdadeira só se constrói quando existem oportunidades, apoio e relações que sustentam o caminho.

Hoje, quando olho para minha própria trajetória, percebo que aquela criança que viveu tantos anos dentro de uma instituição continua

presente em mim. Ela aparece quando escuto as histórias de outras pessoas que estão iniciando essa travessia. Aparece quando vejo alguém tentando começar a vida adulta sem as condições necessárias.

Talvez seja por isso que sigo acreditando que esse não é um desafio apenas de quem viveu essa experiência. É um desafio de toda a sociedade.

Ainda existem muitas pessoas atravessando esse processo neste exato momento. Pessoas que estão tentando iniciar suas vidas adultas com coragem, mas também com muitas incertezas. Elas existem. Precisam ser vistas.

E talvez cada leitor possa se fazer uma pergunta simples: o que posso fazer para que essas trajetórias encontrem caminhos mais seguros e mais dignos?

Se você é educador, talvez possa ajudar a abrir portas para que esses jovens permaneçam estudando.

Se você atua na gestão pública, talvez possa pensar políticas que fortaleçam a transição para a vida adulta.

Se trabalha em organizações sociais ou empresas, talvez possa criar oportunidades de trabalho, formação ou mentoria.

E mesmo que você não esteja em nenhuma dessas posições, ainda existe algo fundamental que qualquer pessoa pode oferecer. A disposição de construir vínculos.

Porque nenhuma política pública será suficiente se essas pessoas continuarem enfrentando a vida adulta com a sensação de que não pertencem a lugar nenhum.

Conheça o movimento Além do Acolhimento e ajude a transformar essa realidade.

Talvez o verdadeiro desafio seja exatamente esse: garantir que, depois do acolhimento, ninguém precise continuar caminhando sozinho.

DA EXPERIÊNCIA DE ACOLHIMENTO À CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Eduardo Valério
Belo Horizonte/MG

Minha história começa em 1981, na Vila Sumaré, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nasci em uma família pobre, filho de uma mãe jovem, sem companheiro e que enfrentava a dependência do álcool. Cresci em um barracão simples, inicialmente com minha mãe e, posteriormente, com meus dois irmãos.

Apesar de todas as dificuldades materiais, aquele espaço representava para mim um lar e naquele período, estar junto da minha família era o que importava, independentemente da ausência paterna e do problema de alcoolismo da minha amada mãe.

Minha infância, entretanto, foi marcada pela ausência de proteção e pela necessidade de amadurecer precocemente. Ainda criança, passei a vivenciar situações que hoje consigo compreender como expressões de vulnerabilidade social. A falta de recursos, a dependência química da minha mãe, a precariedade habitacional, a violência e a ausência de uma rede de proteção suficientemente estruturada, foram se acumulando ao longo dos anos.

Aos poucos, minha infância foi sendo consumida pelas ruas. Eu e outros meninos da comunidade passávamos grande parte do tempo

longe de casa e da escola. Chegávamos às regiões mais abastadas de Belo Horizonte em busca de comida e, algumas vezes, sequer retornávamos para casa à noite. Em determinadas ocasiões, dormíamos em espaços públicos.

Ainda criança, aprendi a conviver com responsabilidades que não me pertenciam. Minha mãe, muitas vezes, encontrava-se alcoolizada pelas ruas da comunidade, e eu precisava procurá-la, trazê-la de volta para casa e cuidar dela. Aquela inversão de papéis fez com que eu assumisse, muito cedo, responsabilidades familiares que ultrapassavam minha faixa etária.

Em determinado momento, a Defesa Civil interditou o barracão onde morávamos e a família precisou se dispersar. Minha mãe e minha irmã foram para a casa de conhecidos; posteriormente, minha irmã foi morar com minha avó materna, meu irmão passou a morar na casa de um vizinho, e eu fui acolhido por minha madrinha de batismo.

Aquela experiência representou uma ruptura profunda para mim.

Hoje, olhando para aquele período com a maturidade que o tempo proporciona, compreendo que não se tratava apenas de uma família pobre enfrentando dificuldades. Tratava-se de uma família que necessitava de proteção social, acompanhamento, políticas públicas e intervenção estatal, capazes de preservar vínculos, fortalecer a família e impedir que crianças fossem expostas a uma sucessão de vulnerabilidades.

Minha história demonstra que a vulnerabilidade raramente surge de um único acontecimento, ela se acumula.

Depois de algum tempo, minha mãe conseguiu novamente alugar um barraco e voltamos a morar juntos. Contudo, sua dependência do álcool havia se agravado. Paralelamente, eu havia abandonado a escola, ainda na terceira série. Sem acompanhamento adequado e sem perspectivas concretas, fui progressivamente me aproximando de ambientes marcados pela violência e pelo tráfico de drogas.

O tráfico apareceu naquele momento como uma falsa possibilidade de pertencimento, proteção e sobrevivência. O dinheiro proporcionava acesso a bens que minha família jamais havia conseguido ter. Eu acreditava que estava ajudando minha mãe e contribuindo para a manutenção da casa. Não compreendia, naquele momento, que aquela aparente solução estava me conduzindo para uma realidade ainda mais perigosa.

Meu irmão também foi envolvido pela criminalidade e sofreu diversas formas de violência. Passou por instituições de acolhimento e, posteriormente, foi assassinado de forma brutal, com mais de quarenta tiros. Seu óbito ocorreu em 28 de dezembro de 2000 e marcou definitivamente minha vida, mas foi justamente por causa do meu irmão que minha história começou a mudar.

Durante uma visita a uma instituição onde ele se encontrava acolhido, uma assistente social percebeu a situação em que eu vivia e

sugeriu que eu também ingressasse na instituição para ajudá-lo a romper com o ambiente da criminalidade. Então, eu aceitei voluntariamente.

Minha passagem pela instituição foi inicialmente marcada pelo estranhamento, mas posteriormente se transformou em uma das experiências mais importantes da minha vida. Em uma nova instituição, encontrei acompanhamento psicológico e social, oportunidade de estudar e, principalmente, pessoas que passaram a acreditar que eu poderia construir uma trajetória diferente. Ali compreendi o poder transformador de uma oportunidade.

Na ocasião, eu voltei a estudar, recebi apoio pedagógico e tive contato com profissionais que enxergaram em mim uma possibilidade que eu próprio ainda não conseguia enxergar. Posteriormente, tive a oportunidade de trabalhar como educador da instituição, sendo essa a experiência determinante para aquilo que eu viria a me tornar.

Ao trabalhar com outros jovens institucionalizados, comecei a perceber que nossas histórias não eram tão diferentes. Havia jovens que carregavam abandono, violência, pobreza, conflitos familiares, baixa escolaridade e ausência de perspectivas. Muitos chegavam às instituições já carregando uma trajetória de violações.

No entanto, também percebi algo fundamental: uma instituição pode proteger uma criança em determinado momento, mas isso não

significa que ela esteja preparada para garantir a sua autonomia quando chegar o momento de deixá-la.

Essa percepção permaneceu comigo, pois quando deixei a instituição, enfrentei novamente as dificuldades da vida adulta. Eu precisava trabalhar, estudar, conseguir moradia e construir meu próprio caminho. Não havia, entretanto, uma estrutura suficientemente consolidada que me acompanhasse nessa transição.

Foi nesse momento que comecei a compreender, ainda sem a formulação acadêmica que hoje consigo dar ao problema, uma questão que posteriormente se tornaria central para minha trajetória: o que acontece com o jovem quando ele deixa o acolhimento institucional?

A resposta não pode ser simplesmente: ele completa dezoito anos e deixa de ser responsabilidade da instituição. Todavia, a maioridade civil não elimina vulnerabilidades construídas durante toda uma infância.

No meu caso, tive a oportunidade de encontrar pessoas que acreditaram em mim. Assim, retomei os estudos com o auxílio de educadores, professores, amigos e instituições, e concluí as etapas escolares que havia abandonado. Posteriormente, ingressei no curso de Direito.

Durante a faculdade, trabalhei como faxineiro durante o dia e estudava à noite e muitas vezes tive a sensação de não pertencer àquele ambiente. Eu carregava uma história completamente diferente da

maioria das pessoas que estavam ao meu redor, mas ainda assim, permaneci.

Em 2011, concluí o curso de Direito e fui aprovado no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, tornando-me advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 134.357. Desde então, venho exercendo continuamente a advocacia, especialmente na área criminal.

Minha atuação profissional atualmente está profundamente vinculada à defesa de pessoas submetidas ao Sistema de Justiça. Ao longo desses anos, a advocacia me permitiu conhecer inúmeras histórias de pessoas que, assim como eu, tiveram suas trajetórias atravessadas pela pobreza, pela violência, pela ausência de oportunidades, pela fragilidade dos vínculos familiares e pela atuação do Sistema de Justiça. Isso modificou a maneira como compreendo o Direito.

Hoje, não consigo enxergar o processo criminal apenas como um conjunto de peças, prazos e procedimentos. Por trás de cada processo existe uma pessoa e, antes dela, existe uma história. Minha própria vida é prova disso!

Eu poderia ter sido definido pelo menino que abandonou a escola na terceira série, pelo adolescente que se envolveu com drogas, pela passagem por instituições de acolhimento e pelas dificuldades familiares, mas não fui.

Minha trajetória foi modificada, porque algumas pessoas decidiram acreditar que eu poderia ser diferente.

Das pessoas que acreditaram em mim

Ao olhar para minha trajetória, reconheço que nenhuma conquista foi construída sozinho. Houve pessoas que, em momentos decisivos, ofereceram aquilo que eu mais precisava: uma oportunidade, uma palavra, um conselho, um gesto de cuidado ou simplesmente, a capacidade de enxergar em mim algo que eu ainda não conseguia enxergar.

Entre essas pessoas está Débora David da Luz, minha querida mãe do coração.

Sua presença representa uma parte muito importante da minha trajetória afetiva e pessoal. Sua partida deixou uma ausência que não é apenas a saudade de alguém que amo, mas também a falta de uma referência de cuidado, acolhimento e aconselhamento.

Hoje, já adulto, reconheço o quanto faz falta ter uma mãe para procurar, alguém a quem recorrer diante das dúvidas da vida, alguém que possa oferecer aquele cuidado materno que não se resume a palavras, mas se manifesta na presença, na escuta, no conselho e no simples sentimento de saber que existe alguém ali.

A morte de Débora deixou esse espaço vazio e talvez essa ausência também tenha aprofundado em mim a compreensão sobre a importância de uma rede de proteção. Um jovem não precisa apenas de uma instituição que lhe ofereça um teto ou uma escola, precisa de

peessoas, vínculos, referências, oportunidades e de alguém que acredite que seu futuro pode ser diferente.

Da oportunidade que recebi e o desejo de retribuir

Minha trajetória também foi marcada pela generosidade de pessoas que compreenderam que a educação poderia transformar minha vida.

Tive a oportunidade de receber bolsa integral concedida por uma irmã de caridade, um gesto que representou muito mais do que auxílio financeiro, foi uma porta aberta quando eu precisava acreditar que também poderia ocupar espaços que, até então, pareciam distantes da minha realidade.

Essa oportunidade teve um significado profundo, pois alguém decidiu investir em mim e acreditou que aquele menino, que havia abandonado a escola, poderia voltar a estudar, concluir sua formação e construir uma nova história.

Essa experiência me ensinou que uma oportunidade não termina quando beneficia quem a recebe, ela pode continuar produzindo efeitos quando aquele que foi beneficiado decide, um dia, estender a mão para outra pessoa.

É exatamente esse sentimento que carrego hoje, pois se tantas pessoas fizeram algo por mim, sinto que também tenho o dever de fazer

algo por outros jovens. Não como quem acredita que está devolvendo uma dívida, porque determinadas oportunidades jamais poderão ser integralmente retribuídas, mas como quem compreende que a melhor forma de honrar aquilo que recebeu é fazer com que outras pessoas também tenham a oportunidade de transformar suas próprias histórias.

Foi a partir dessa compreensão que passamos a construir o “Projeto Oportunitas”, juntamente com o Dr. Benedito Scaranci, Jobson Nogueira e Mationei.

O referido projeto nasce justamente dessa convicção: uma oportunidade pode mudar uma vida. Ele tem como objetivo oportunizar que jovens tenham acesso à educação e à formação, seja por meio de curso superior, curso técnico ou conclusão do ensino médio, criando caminhos concretos para que possam desenvolver suas capacidades, ampliar suas perspectivas e construir um projeto de vida.

Nós não pretendemos apenas oferecer uma oportunidade educacional isolada, mas contribuir para que o jovem possa enxergar possibilidades, onde antes talvez enxergasse apenas limitações.

Oportunizar educação é oportunizar autonomia, é oferecer ao jovem a possibilidade de escolher outros caminhos, é permitir que ele compreenda que sua origem não precisa determinar seu destino.

Quando penso no Projeto Oportunitas, penso inevitavelmente na criança que fui, daquele menino da Vila Sumaré que abandonou a escola

na terceira série, que na adolescência conheceu a criminalidade e quando jovem ingressou em uma instituição de acolhimento.

Penso nas pessoas que acreditaram em mim, na irmã de caridade que me concedeu uma bolsa integral e nos educadores, professores e profissionais que me ajudaram a reconstruir minha trajetória.

E penso também, em Débora, minha mãe do coração, e na falta que hoje faz o seu cuidado, sua presença e seus conselhos.

Por isso, o Projeto Oportunitas representa, para mim, muito mais do que uma iniciativa social, representa a possibilidade de retribuir um pouco do tanto que recebi. É uma maneira de transformar gratidão em ação, uma forma de fazer com que a oportunidade que um dia chegou até mim possa alcançar outros jovens.

Da trajetória individual à responsabilidade coletiva

É justamente essa experiência que me leva ao tema que pretendo desenvolver: a corresponsabilização do Estado, diante da ausência ou insuficiência de políticas públicas, destinadas aos egressos do acolhimento institucional.

Eu não pretendo abordar essa questão apenas a partir de uma perspectiva teórica.

Minha experiência pessoal me permite compreender que o desligamento institucional não representa necessariamente o fim da

vulnerabilidade. Ao contrário, pode significar o início de uma etapa ainda mais difícil: a transição para uma vida autônoma, sem uma família estruturada, sem moradia, sem trabalho, sem qualificação profissional e, muitas vezes, sem uma rede de apoio.

O jovem que deixa o acolhimento aos dezoito anos não deixa para trás, automaticamente, os efeitos das violações experimentadas durante a infância.

Por isso, a pergunta que orienta minha reflexão é simples, mas profunda: qual é a responsabilidade do Estado depois que o jovem deixa o acolhimento institucional?

A experiência vivenciada por mim, demonstra que o Estado não pode considerar encerrada sua responsabilidade, simplesmente porque o jovem atingiu determinada idade.

É necessário pensar em políticas de transição e autonomia, capazes de garantir educação, qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho, moradia, acompanhamento psicossocial, fortalecimento de vínculos comunitários e suporte para a construção de um projeto de vida.

Ressalto, que a minha intenção não é defender a substituição indefinidamente da família pelo Estado. O que defendo é que, quando a família não conseguiu exercer sua função protetiva e o próprio Estado assumiu a responsabilidade pelo acolhimento da criança ou

adolescente, exista também uma responsabilidade na construção de condições concretas para sua emancipação.

Essa compreensão nasce da minha própria experiência, pois eu tive a sorte de encontrar pessoas que me ajudaram, como professores, educadores, assistentes sociais, religiosos, amigos e profissionais que acreditaram em mim. Recebi uma bolsa integral de uma irmã de caridade e encontrei pessoas dispostas a abrir portas.

Mas não podemos transformar a exceção em política pública. Não deveria depender da sorte encontrar alguém disposto a acreditar em um jovem que deixa uma instituição.

É necessário que existam políticas públicas capazes de produzir oportunidades de forma estruturada. E é justamente nesse ponto que a minha trajetória pessoal encontra minha trajetória profissional, acadêmica e social.

A experiência como criança em situação de vulnerabilidade, adolescente inserido no contexto do tráfico, jovem institucionalizado, educador social e, posteriormente, advogado, possibilitou-me observar diferentes lados de um mesmo fenômeno social.

Atualmente, como advogado, compreendo também que a ausência de políticas públicas pode produzir consequências que chegam ao Sistema de Justiça. Jovens que deixam instituições sem apoio, podem encontrar dificuldades para acessar trabalho, educação, moradia

e renda, tornando-se mais vulneráveis à exploração, à violência e à criminalidade.

Não se trata de estabelecer uma relação automática entre acolhimento institucional e criminalidade, pois seria equivocado e injusto fazê-lo. Trata-se de reconhecer que a ausência de oportunidades pode aumentar situações de vulnerabilidade.

A minha própria história demonstra que o destino não é determinado pela origem, pois eu estive em situações que poderiam ter produzido um caminho completamente diferente. O que fez a diferença foram as oportunidades concretas que encontrei.

Em razão disso, hoje não compreendo minha trajetória apenas como uma história de superação individual, ela é também uma história sobre políticas públicas, uma história sobre as consequências de quando uma criança não recebe proteção suficiente, sobre o que acontece quando uma família é desestruturada pela pobreza e pela dependência química. É uma história sobre o impacto da institucionalização.

Em contrapartida, esta é uma história sobre o poder gerado quando o acolhimento e a solidariedade se unem à educação, ao trabalho e à oportunidade.

O Projeto Oportunitas nasce exatamente nesse espaço: entre aquilo que recebi e aquilo que ainda acredito que podemos construir para outros jovens.

Uma oportunidade que se multiplica

A minha trajetória foi possível, porque houve esforço, mas também porque houve pessoas, instituições e oportunidades. Se eu tivesse recebido apenas cobrança, talvez não tivesse chegado até aqui.

Recebi, entretanto, educação, acolhimento, orientação, confiança, uma bolsa integral e oportunidades que tornaram possível chegar até aqui.

E é justamente por isso que acredito, que uma sociedade verdadeiramente comprometida com a transformação social precisa ser capaz de criar mecanismos, para que essas oportunidades não sejam fruto do acaso.

O Projeto Oportunitas representa esse compromisso. Junto com o Dr. Benedito Scaranci, Jobson Nogueira e Mationei, estamos construindo uma iniciativa que busca abrir caminhos educacionais para jovens, oferecendo possibilidades de acesso ao ensino médio, à formação técnica e ao ensino superior.

O nosso objetivo é que esses jovens possam experimentar aquilo que um dia experimentei: a sensação de descobrir que existe um caminho diferente daquele que a realidade aparentemente lhes impôs.

Isso porque, uma oportunidade pode mudar uma vida e uma vida transformada pode transformar muitas outras.

A minha história começou em um barracão da Vila Sumaré e passou por ruas, instituições, escolas, universidade e tribunais. Hoje, continuo construindo minha trajetória como advogado e como alguém que procura transformar uma experiência pessoal em reflexão sobre a sociedade e sobre o papel do Estado.

No entanto, agora existe uma nova dimensão nessa caminhada, pois não quero apenas contar que uma oportunidade mudou minha vida, desejo ajudar a criar oportunidades para que outros jovens também possam mudar as suas.

O menino que um dia abandonou a escola tornou-se advogado. O jovem que esteve institucionalizado tornou-se educador. O adolescente que conheceu a criminalidade passou a trabalhar na defesa de pessoas perante o Sistema de Justiça. O adulto que recebeu oportunidades passou a compreender que não pode guardá-las apenas para si. E o homem que hoje sente a ausência do cuidado e dos conselhos de sua querida mãe do coração, Débora David da Luz, também compreende, cada vez mais, o valor de uma presença que acredita, orienta e cuida.

Talvez seja essa uma das formas de manter vivo aquilo que recebi de tantas pessoas ao longo da minha caminhada: fazer com que aquilo que um dia fizeram por mim continue alcançando outras vidas.

Por isso, o Projeto Oportunitas não é apenas um projeto social, é parte da minha própria história, é a tentativa de transformar gratidão

em compromisso, é a oportunidade de devolver um pouco do tanto que recebi e é, sobretudo, a esperança de que outros jovens possam escrever histórias diferentes das que as circunstâncias de seu nascimento pareciam ter determinado.

A minha pretensão não é falar sobre os egressos apenas como objeto de pesquisa, mas como alguém que um dia esteve naquele lugar. E, mais do que falar, pretendo contribuir para construir caminhos.

A minha trajetória me ensinou que uma oportunidade pode mudar uma vida, o desafio agora é fazer com que essa oportunidade deixe de depender do acaso e passe a fazer parte de uma realidade concreta, construída pela sociedade, pelas instituições e pelo Estado, capaz de garantir aos jovens não apenas o direito de sobreviver, mas o direito de estudar, sonhar, escolher e construir, com dignidade e autonomia, o próprio futuro.

MINHA HISTÓRIA

Robson Pereira dos Santos (“Robinho”)

Timóteo/MG

Olá! Meu nome é Robson Pereira dos Santos, mas todos me conhecem carinhosamente como Robinho, apelido que carrego com orgulho, mesmo tendo 1,82m de altura. Sou natural de Timóteo, uma cidade do interior de Minas Gerais, com uma população de pouco mais de 81 mil habitantes, pertencente à Região Metropolitana do Vale do Aço. Quero compartilhar um pouco da minha trajetória e contar como cheguei ao abrigo FUMIC – Fundação Mineira da Criança, uma unidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes do município de Timóteo/MG.

Venho de uma família simples e humilde. Perdi meu pai muito cedo, quando eu tinha apenas quatro ou cinco anos de idade. Éramos dois irmãos, filhos de pais diferentes. As poucas lembranças que tenho do meu pai são de um homem carinhoso comigo, embora enfrentasse sérios problemas com o alcoolismo, o que trazia muitas dificuldades para dentro de casa.

Minha mãe sempre foi uma mulher guerreira, que assumiu o papel de chefe de família. Trabalhou incansavelmente para cuidar de mim e do meu irmão mais velho, fazendo o possível e o impossível para que nada nos faltasse quando éramos mais novos.

A nossa vida mudou quando minha mãe iniciou um relacionamento com um homem conhecido apenas como Bidu, “Bidu de quê”, nunca soubemos. Apenas Bidu. Fomos morar com ele em uma pequena casa velha, localizada na zona rural. Para chegar até lá, era preciso atravessar um pequeno córrego, o que tornava o lugar ainda mais isolado.

Certo dia, Bidu chegou em casa bastante embriagado. Sem motivo aparente, começou a discutir com minha mãe e, tomado pela raiva, partiu para cima dela com uma faca, tentando acabar com sua vida. Em meio ao desespero, minha mãe conseguiu se desvencilhar dele, pegou um mourão, um pedaço grosso de madeira usado em cercas e o acertou na cabeça, o que nos deu tempo para fugirmos, e gritar por socorro.

Sáímos dali apenas com a roupa do corpo, sem olhar para trás, em busca de abrigo e segurança. Recebemos ajuda de um homem chamado Xodó, dono das terras onde ficava a casa velha, que nos acolheu e nos alertou que não poderíamos mais ficar na cidade, pois Bidu poderia nos encontrar e fazer mal novamente.

Diante dessa situação, minha mãe e eu fomos embora de Timóteo, embarcando para a cidade de Peçanha, sua terra natal, localizada no interior de Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce. Nosso objetivo era reencontrar os familiares que ela não via há muitos anos. Meu irmão mais velho ficou em Timóteo, sob os cuidados de uma

senhora por quem tínhamos muita consideração e a quem chamávamos carinhosamente de Vó.

Ao chegarmos em Peçanha, minha mãe descobriu que muitos familiares haviam se mudado para Itabirito, cidade próxima a Belo Horizonte. Então, seguimos para lá. Depois de algum tempo, recebemos a notícia de que meu irmão mais velho, que havia ficado em Timóteo, estava vivendo na FUMIC. As informações que minha mãe recebia eram de que se tratava de um bom lugar, onde ele estava bem cuidado e amparado.

Pouco tempo depois, minha mãe foi informada de que havia surgido uma vaga para mim na instituição. Disseram que seria bom para o meu futuro, que eu poderia estudar e viver junto com meu irmão. Assim, fui para o abrigo aos 11 anos de idade.

Minha mãe sempre me visitava quando podia, e nos correspondíamos por cartas, nas quais expressávamos o quanto nos amávamos e contávamos como estavam as coisas.

Com o passar do tempo e à medida que fui crescendo, tive permissão para viajar e visitar minha mãe. Nunca deixei de amá-la e jamais a culpei por termos vivido longe um do outro.

Na instituição, nossos aniversários eram comemorados a cada três meses. Recebíamos o carinho de padrinhos e madrinhas, que nos davam presentes de aniversário e também no Natal.

Estudávamos fora da instituição, mas tínhamos aulas de reforço lá mesmo. Havia um campinho, que era a nossa maior alegria. Também fazíamos passeios anuais a lagoas e, às vezes, íamos à pizzaria, por cortesia de um dos colaboradores da FUMIC.

Nem tudo, porém, era um mar de rosas. Com o tempo, a limpeza da unidade passou a ser nossa responsabilidade, cuidávamos do refeitório, banheiros, salas, quartos e demais espaços.

Meu tempo na instituição chegou ao fim quando completei 18 anos. Fui desligado, assim como meu irmão, que havia saído antes por ser três anos e meio mais velho.

Comecei então a morar sozinho, o que foi um grande desafio. Tive que aprender a lidar com diversas situações novas e a caminhar por conta própria.

Com o tempo, decidi recontar minha história, aproveitando as experiências dentro e fora da instituição. Por meio do programa Bom Menino, que depois se transformou no PITE – Programa de Iniciação ao Trabalho Educativo, consegui meu primeiro emprego, trabalhando em uma padaria. Mais tarde, fui trabalhar na Delegacia de Polícia, onde permaneci por 11 anos, exercendo funções administrativas.

Em seguida, fui eleito Conselheiro Tutelar, cargo que ocupei por dois mandatos, tendo a oportunidade de ser Presidente do Conselho Tutelar de Timóteo, tornando-me o primeiro ex-acolhido de instituição a alcançar essa função. Participei de diversos Conselhos de Políticas de

Direitos Humanos como membro. Depois, atuei como Assistente de Educação Básica na Prefeitura de Ipatinga/MG.

Em 2016, decidi ingressar na Faculdade de Direito, e em 2018 recebi o convite para ser Coordenador de Vigilância Socioassistencial, ocupando pela primeira vez um cargo de gestão na Política de Assistência Social de Timóteo, onde permaneci até 2024.

Atualmente, atuo como advogado, especializado em Direito de Família, e sou pós-graduado em Direito da Criança, Juventude e Idoso. Sou servidor efetivo da Prefeitura de Timóteo e presido a Comissão de Promoção à Igualdade Racial da Subseção da OAB de Timóteo/MG.

Hoje, tenho uma família, sou casado com Graciene Moraes e pai de dois filhos, a quem amo como se fossem chocolate, doces presentes que dão sentido à minha vida.

ESCOLHI VIVER

Flaviane Primo de Oliveira
Santa Luzia/MG

Oi, meu nome é Flaviane Primo de Oliveira, tenho 18 anos, e minha vida até aqui tem sido tipo um livro cheio de capítulos intensos — uns tristes, outros engraçados, mas todos cheios de lições. Quando eu nasci, perdi minha mãe com apenas 43 dias de vida, e meu pai... bem, ele é andarilho. Então, quem cuidou de mim por 12 anos foi minha vó. Só que nem tudo eram flores — a convivência era cheia de brigas e confusões, e chegou um momento em que não dava mais pra ficar lá.

Fui morar com meu irmão Paulo Henrique e a esposa dele, mas adivinha? Também não deu certo. Aí fui pra casa da minha tia Silvana, por parte de mãe. Fiquei até os 15 anos, voltei pra casa do meu irmão, e depois fui pra Ribeirão das Neves, morar com uma prima. Foi lá que comecei a me perder um pouco... comecei a beber todos os dias, tentando esconder a dor que eu sentia. Eu tinha só 15 anos e achava que o mundo inteiro tava contra mim.

Chegou um momento em que ninguém mais queria me acolher — nem meu irmão. Foi quando minha tia por parte de pai me recebeu por um tempo. Só que, mais uma vez, as coisas não foram fáceis. As pessoas diziam que eu ia repetir os mesmos erros, e aquilo doía. Um dia, cansei de tentar sozinha e pedi pra ir ao Conselho Tutelar. E foi aí

que tudo começou a mudar. Fui parar em um abrigo chamado Projeto Ebenézer. No começo, eu não sabia o que esperar... até que um dia, mexendo no celular, vi mensagens horríveis de uma prima dizendo que eu ia “apodrecer lá dentro”. Aquilo me destruiu. Foi demais pra minha cabeça, e eu tentei tirar minha própria vida.

Mas sabe o que é bonito nessa história? Eu não consegui — e isso foi um recomeço. Depois desse dia, comecei a me abrir, conversar, rir e até discutir (porque ninguém é de ferro, né? rs). O abrigo virou tipo uma república de meninas: a gente ria, chorava, brigava, fazia as pazes... vivi 2 anos, 2 meses e 14 dias lá, e foi um tempo que me transformou de verdade. Conheci pessoas incríveis, como a Aline, a coordenadora. Ela foi tipo a mãe que a vida não pôde me dar — doce, firme, cheia de conselhos. Aprendi tanto com ela e com as educadoras que até hoje lembro das risadas, dos choros e dos abraços.

Lá dentro, vivi coisas que talvez eu nunca tivesse vivido aqui fora: fiz curso de manicure, participei de passeios, estudei na Cidade dos Meninos, onde também morei por um tempo. Fiz cursos de estética, garçom, e até pratiquei judô e slackline (descobri que sou quase uma atleta, viu? rs).

Mas o que mais marcou foram as crianças. Eu sempre amei cuidar, brincar e dar carinho pra elas — e no abrigo, esse amor cresceu. Teve bebê recém-nascido, teve crianças que me ensinaram o que é pureza, e teve muito afeto envolvido, tanto das educadoras quanto das

meninas acolhidas. E, claro, não posso esquecer dos animais: coelhos, galinhas, patos e até porquinhos-da-índia! Meus preferidos eram os coelhos — especialmente a Mariana, uma coelhinha branca de olhos vermelhinhos que dormia comigo escondida (não podia, mas quem resiste, né?). Eu e uma amiga até começamos a escrever histórias sobre os bichinhos do abrigo — e todo mundo amava ouvir!

Hoje, quando olho pra trás, eu vejo que cada casa onde morei, cada pessoa que cruzou meu caminho, e até cada lágrima que derramei me trouxeram até aqui — mais forte, mais consciente e com vontade de construir um futuro diferente. Eu aprendi que errar faz parte, mas recomeçar é uma escolha. E eu escolhi viver. A Flaviane que um dia decidiu escolher viver. Pode parecer simples, mas pra mim, essa escolha mudou tudo. Foi como se o sol tivesse nascido de novo, só que dentro de mim. A partir daquele momento, comecei a sentir algo diferente — um bem-estar, uma leveza, uma vontade nova de seguir em frente. E, claro, graças a Deus, que nunca deixou de me guiar, mesmo quando eu não percebia.

Mas nessa caminhada, Deus também me deu pessoas incríveis. E é impossível não falar do Milton. Ele foi como um pai pra mim. O jeito dele cuidar, se preocupar, me orientar... tudo isso me mostrou um tipo de amor que eu achava que não existia pra mim. E junto dele, a Aline, que também me acolheu com um carinho de mãe. Eles me fizeram sentir algo que eu nunca tinha sentido antes: o amor de uma

família. Viver com eles era como viver um sonho. Sair juntos, conversar, rir... eu me sentia parte de algo maior, parte de um lar. Era como se, por um momento, eu finalmente tivesse encontrado o meu lugar no mundo. E é claro, como todo filhos, também errei. Fiz coisas que magoaram eles, e isso me doeu muito. Mas aprendi que conversar cura — que quando existe amor, sempre dá pra recomeçar.

No acolhimento, vivi de tudo: momentos bons, risadas, aprendizados... mas também desafios enormes. Foram dias em que precisei me olhar no espelho e entender quem eu realmente era. Lá, pude me reaproximar da minha família, principalmente da minha irmã. Passei dias com ela, e foram dias que guardo com carinho, como um pedacinho de esperança. Só que, como toda história, nem tudo foi fácil. Teve um tempo em que comecei a me desandar de novo. Mentiras, pensamentos errados, atitudes que me afastavam do que eu mais queria ser. Mas Deus, com toda sua paciência, me puxou de volta. Foi na igreja do abrigo que tudo fez sentido. Me batizei, conheci Jesus de verdade. E naquele momento, senti algo que até hoje me emociona: a presença d'Ele dentro de mim. Foi como se todas as feridas comessem a cicatrizar, uma por uma.

Hoje, quando olho pra trás, eu vejo que escolher viver foi o primeiro passo pra tudo isso acontecer. E, mesmo com erros, dores e quedas, eu continuo escolhendo — todos os dias — viver, aprender e amar. Terminando com meus sonhos e tudo mais, falar sobre umas

vontades que eu tenho de crescer no mundo e tudo mais, ser sonhadora e tudo pra uma menina que só tem 18 anos. E tudo mais, nessa vida, a gente escolhe coisas boas. Nessa vida, sabemos das dificuldades em conquistar tudo que está por vir. Deus sabe daquilo que a gente sabe, então, coloque Deus em primeiro lugar.

Trazendo Deus em meus sonhos, tudo vai melhorar. Não é só um, são vários sonhos que eu tenho, como ser psicóloga. Amo escutar as pessoas e ser escutada também. Não só ser psicóloga, como também ter minha casa própria, minhas coisas e tudo mais, e chegar a conhecer outros lugares do mundo, conhecer o mundo todo. Sonhadora somos, sim, mas desistir, nunca. Então, eu acabo por aqui, contando minha história, meus sonhos e tudo mais.

APRENDENDO UMA NOVA VIDA

Éder Lúcio
Campinas/SP

Muitos motivos nos levam
a precisar de um abrigo.

O acolhimento é um direito
que só damos valor
quando já não temos...

Me protegeram e tentaram ensinar
como o mundo é burocrático.
Tenho que cuidar de documentos,
da saúde e do trabalho...

A gente fica meio perdido,
tendo que lidar com tudo isso.
A autonomia e independência
custam mais do que se imagina.

Graças às oportunidades

que tive, não me perdi.
Aqui fora, a vida não aceita deslize.

É sempre uma correria,
Pra aprender a ser adulto.
As preocupações não cessam...
A luta é todo dia.

A gente fica inseguro,
Mas está sempre trabalhando
Pra melhorar o futuro.

EM BUSCA DOS MEUS SONHOS

Mateus⁴
Betim/MG

Meu nome é **Mateus**. Tenho 15 anos e moro em uma casa de acolhimento. A minha chegada na casa foi muito difícil. Perdi minha rainha, minha mãe, a pessoa que amei e amo nessa vida.

Após a morte da minha mãe, eu e minha irmã ficamos sob os cuidados da minha avó. Morávamos em São Paulo. Um dia a família se reuniu e, sem muitas explicações, trouxe eu, minha irmã e minha sobrinha para Betim, no bairro Teresópolis. Minha vó estava junto, um tio só nos disse que iríamos todos morar em um apartamento que já estava alugado no bairro Teresópolis.

Quando chegamos, ele pediu pra que eu e minha irmã subísse para conhecer o apartamento. Quando desci, minha avó não estava no carro e ao perguntar por ela, ele disse que ela tinha ido ao mercado, mas a verdade é que nunca mais vi a minha avó. Morei com minha irmã e minha sobrinha nesse apartamento. Eu menor e minha irmã também. Minha irmã arrumou um namorado e ao tentar ajudá-la as coisas ficaram bem ruim, ela não quis a minha ajuda. Ele agrediu a minha irmã e quando eu fui defendê-la ela não aceitou, me abandonou no apartamento sozinho e foi morar com ele. Os vizinhos me denunciaram

⁴ Nome fictício. O nome foi modificado para preservar sua identidade.

por estar morando sozinho, a polícia ia lá em casa todo dia, mas nunca me acharam porque pra sobreviver eu saia todo dia bem cedo pra vender bala na rua.

Cortaram a luz, pois eu não tinha como pagar. Tive uma pequena ajuda de dois amigos que fiz. Fiquei sabendo que tinha na prefeitura pessoas que poderiam me ajudar. Fui até a prefeitura e lá conheci a Vania, que me ajudou, me trouxe para a casa de acolhimento. Sou muito grato à Vania que me ajudou em um momento tão difícil.

Quando eu cheguei na casa fiquei com muito medo, tinha medo de que eles iriam raspar a minha cabeça e achei que eu iria ficar preso. Eu estava tão confuso que eu evadia pra vender balas, porque nunca tive preguiça pra trabalhar. A coordenadora começou a me mostrar que eu poderia ter saídas combinadas e que a casa não é uma prisão. Resolvi confiar e vi que era possível ter outra vida, sem medo. Parei de evadir. Em meio a uma nova vida e muitas oportunidades, tive um outro momento muito difícil: minha avó veio a falecer. Meu mundo desabou. Foi uma tristeza muito profunda, mas dessa vez tive pessoas pra me ajudar a passar por esse momento tão difícil. Hoje sigo um dia de cada vez, estou trabalhando em uma empresa muito boa. Trabalho de manhã, a tarde dou uma volta, às vezes durmo um pouco e a noite vou pra escola.

Estar em um acolhimento não é o que eu queria, demorei pra aceitar, mas hoje percebo que estar em um abrigo não é tão ruim. Jogo

videogame PS 5, mexo no tablet, durmo em uma cama limpa e fresca todos os dias, tenho muitas refeições todos os dias e durmo tranquilo sabendo que estou seguro e tenho pessoas por mim. Sigo com muita fé e muitos planos. Sonho em construir uma família, e tento ser melhor a cada dia que passa.

MINHA HISTÓRIA

Lucas Carvalho da Silva
Belo Horizonte/MG

Viver em um abrigo de acolhimento é uma coisa que muita gente de fora nunca vai entender de verdade. Não é igual filme, não é igual novela. É um lugar onde vários adolescentes, cada um com sua história, acabam dividindo o mesmo teto, tentando continuar a vida, mesmo carregando coisas pesadas por dentro. Alguns chegaram ali por problemas na família, outros porque não tinham mais para onde ir, e tem aqueles que aprenderam cedo demais como o mundo pode ser difícil.

A rotina parece normal olhando de fora. Tem horário pra acordar, pra comer, pra estudar, pra dormir. Tem regras, educadores, quartos divididos e aquele barulho constante de gente entrando e saindo. Mas o mais difícil não é dividir o espaço. O mais difícil é a sensação de não saber exatamente onde é o seu lugar no mundo.

Num abrigo, você aprende rápido a esconder certas coisas. Aprende a parecer forte mesmo quando está cansado. Tem dias em que todo mundo ri junto, assiste televisão, joga bola, conversa sobre música, internet, sonhos. Mas também existem noites silenciosas, onde cada um fica preso nos próprios pensamentos sem conseguir dormir direito.

E existe uma coisa que pesa na cabeça de quase todo mundo ali: os 18 anos.

Porque quando a pessoa faz 18, muita coisa muda. Em muitos acolhimentos, chega uma hora em que o jovem precisa sair e começar a construir a própria vida. Aí vem o medo. Medo de onde vai morar, de como vai trabalhar, de como vai pagar as contas, de quem vai ajudar quando tudo der errado. Enquanto muitos jovens têm família pra voltar pra casa, alguns saem do abrigo levando só uma mochila, algumas roupas e a coragem.

Ninguém fala isso facilmente, mas dá medo começar sozinho.

Mesmo assim, dentro desses lugares também nasce força. Muita gente aprende ali a se virar, a dar valor nas pequenas coisas, a crescer mais rápido que os outros. Aprende que sobreviver já é uma vitória enorme. E talvez a maior luta seja continuar acreditando que a vida pode melhorar, mesmo quando quase tudo parece difícil.

PARA NASCER, CRESCER E VIVER, O QUANTO É IMPORTANTE O QUE VIRÁ: A TRAJETÓRIA DE SER ACOLHIDA E NO CAMINHAR, SONHAR, POIS OS SONHOS TORNARAM-SE REALIDADE

Anne Mary Reis Pereira
São Luís/MA

Oi, eu sou a Anne, moro em São Luís no Maranhão, fui convidada a contar um pouco da minha pequenina vida, sempre um desafio para mim, mas algum dia alguém fez silêncio, e hoje posso dizer um pouco dessa dor.

Era meados dos anos 90 e uma adolescente fora vítima de estupro por alguém até hoje desconhecido, mas que me deu a vida. Na Maternidade Benedito Leite, no Centro da cidade, vim ao mundo com inúmeros problemas de saúde, prematura, e precisei ficar pelo hospital um bom tempo. Nasci com rubéola e com isso tive algumas sequelas, dentre as quais, problema nas artérias (cardíaco) e catarata congênita. Isso me custou alguns anos em um hospital, e mais tarde a perda da minha visão. Passados 4 anos, precisei ser encaminhada para uma casa de acolhimento, pois precisava estudar e já não poderia mais ficar onde estava.

Assim foi feito. Nos anos 2000, adentrei ao orfanato (na época se falava assim). Lembro bem como foi, a roupa que usava, e de como

meu corpo era cheio de marcas, feridas, devido ao tempo que fiquei hospitalizada. Minha pele carregava muitas bolhas, elas se transformavam em feridas o tempo todo. Não conseguia tocar as duas mãos, pois sentia dor.

Assim que cheguei no Lar, fui apresentada a uma pessoa que ficaria responsável por cuidar de mim por eu ser menor. Era uma tradição da casa: maiores cuidavam dos menores, e me recordo ainda hoje da minha primeira experiência aos cuidados dessa pessoa. Não lembro o que havia feito, certamente algo que não agradou, mas posso ouvir ainda hoje as palavras e o som das batidas direcionadas a mim. Consigo me visualizar sendo agredida nesse dia, foi muito difícil... assim era a rotina nesse lugar.

Não existia nada que impedisse as maiores de agredir as crianças na época, era uma espécie de rotina. Sempre fui diferente das demais, então, passava maior parte do tempo em lugares onde as pessoas não me vissem, vivia para estudar e sentia que, tirando notas boas, conseguia escapar da violência. Era um preço.

O tempo foi passando e algumas daquelas pessoas adultas estavam indo embora. Antes disso, uma outra pessoa passou a tomar conta de mim, essa bem pior que a anterior. Vivi situações de dor inigualável, torcia para a semana durar ao máximo, pois sabia que no sábado passaria por alguma tortura.

Lá no início falei que tinha algumas bolhas pelo corpo. Pois bem: aos finais de semana, essa moça agora responsável pelos meus cuidados, me passava folha de São Caetano com sal grosso, mesmo sabendo que minha pele doía. Lembro dela passando a folha em mim de tal forma que feria ainda mais o meu corpo, e não podia chorar, senão era agredida ainda mais. Tem uma cena que não esqueço, talvez porque pra mim foi a mais dolorosa: tinha uns 6 anos de idade e fui arrastada do banheiro até o refeitório no chão e lá apanhei mais novamente, bateram minha cabeça na televisão, enfim... não sei com precisão a distância de um local para o outro, mas é como se estivesse andando dois quarteirões para chegar a um destino final. Esses eram os meus dias no orfanato.

À medida que o tempo foi passando, as coisas foram aliviando um pouco, me tornei adolescente, continuava estudando, e eu sempre me destacava na escola, mas por isso também sofria a rejeição das minhas colegas da casa de acolhimento, porque elas tinham dificuldades, então elas se juntavam e ficavam muitas vezes sem falar comigo.

Meu local favorito da casa era a biblioteca, lá era meu refúgio e foi lá que conquistei grandes coisas. O tempo passou e chegou minha vez de ir para o ensino médio. A direção da instituição estava procurando escola, e eu pedi para fazer os seletivos, quis fazer do IFMA, porque achava que era o melhor pra mim. Assim fiz, passei e lá

fiz todo o Ensino Médio. Em seguida, busquei uma vaga na universidade, foi pra mim um momento desafiador, pois não havia recursos. Me recordo de ter encontrado por lá uma professora de português e pedi para ela corrigir minhas redações, e estudei matemática, contei com isso para conseguir uma vaga.

Sempre soube o que queria, e não esqueci de uma visita que recebi de uma Desembargadora. Essa mesma na semana do ENEM me disse que conseguiria, deu super certo. Fui aprovada em 1º lugar no Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão. Hoje formada, estagiei no Ministério Público e atualmente sou servidora na mesma instituição. Atuo no Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, e lido diariamente com temas que estão diretamente relacionados com situações das quais vivi anteriormente. Hoje consigo, claro, observar com o olhar técnico e questionar na medida de minhas possibilidades temas que antes estavam um pouco longe do meu alcance. Ainda estou construindo o meu caminho, continuo estudando para alcançar um novo objetivo, e desejando que outras tantas meninas consigam alcançar seu lugar no mundo.

HISTÓRIA E LEGADO

Juarez Félix da Silva Júnior
Caratinga/MG

O que é uma história? Quando começa uma história? Ou como termina uma história? Esses são questionamentos comuns! Todos temos nossas histórias, com altos e baixos, com momentos felizes e tristes. Momentos que tornam nossas histórias únicas. Eu também tenho a minha história, assim como você tem a sua. A minha.... a minha história foi como a de várias pessoas ao redor do mundo. Senta que eu vou lhe contar um pouco sobre ela:

Oi! Prazer. Meu nome..... é, meu nome não importa, mas podem me chamar de Júnior. Minha vida foi uma vida tranquila até meus 10 anos, uma vida feliz e simples, sem luxo ou regalias. Mas aos meus 10 anos muitas coisas mudaram.

Meus pais se divorciaram quando eu tinha 11 anos. Nunca entendi o motivo, mas isso foi algo que me abalou. Com o divórcio presenciei a decadência da minha família. Meu pai ficando longe de nós, minha mãe se aproximando do mundo das drogas e meus avós falecendo. Meu irmão sofreu um acidente que o deixou em coma por alguns meses. Essas foram algumas das coisas que me ocorreram dos meus 11 aos 13 anos.

Aos meus 14 anos, numa sexta-feira de setembro, eu estava na escola quando fui levado para uma instituição chamada AMAC, juntamente do meu irmão mais novo.

Minha primeira visão foi de um ambiente onde eu jamais poderia ver meus pais, família e amigos e que eu não teria liberdade. Então, de imediato, fui isolar-me no meu canto, onde eu acreditava que era seguro para mim. Não queria contato com ninguém daquele lugar, por medo e receio.

Fiquei vários dias no meu canto, sem querer ter contato com os demais meninos ou contato com os educadores. Evitava ao máximo qualquer vínculo com eles. Eles não eram nada para mim. Era esse o meu sentimento.

Vários meses se passaram e eu continuei na mesma escola. E nisso a instituição entrou em reforma e tivemos que ir para uma casa menor, com pouco espaço para me distanciar dos demais.

Ajudei na mudança e na organização da casa. Quando a mudança acabou, nos instalamos do jeito que podíamos, já que a casa que estávamos era consideravelmente menor, e isso me impedia de ficar longe do pessoal.

Dias e meses se passaram e nada mudava. Continuava a mesma rotina: escola, FUNCIME, igreja e casa.

Nunca me simpatizei muito com os educadores do lugar. Vi vários entrarem e saírem da instituição, nunca tive uma relação boa com eles.

Mas um certo dia, voltando da escola, e chegando na casa, conheci a nova educadora que tinha iniciado lá. Cumprimentei a mesma e fui para meu quarto; me perguntando: “até quando essa vai durar, se for por dinheiro não fica nem seis meses. Espero que ela fique na dela e eu fico na minha”.

Dias se passaram e a educadora nova, conhecida como Rose, me chamou para ajudá-la na cozinha, a fazer o almoço e limpar. Não estava a fim de fazer, mas fiz do mesmo jeito. Começamos ali uma amizade.

Certa vez teria uma festividade na FUNCIME para o dia das mães. Meu primeiro pensamento foi em não ir, já que não teria uma “mãe” para me acompanhar.... até que, depois de pensar bastante resolvi chamar a Rose para me acompanhar.

Ela me tratou igual a um filho, e isso abaixou meu escudo que tinha levantando para me proteger. Com pouco tempo nossa relação se estreitou, e comecei a me apegar a casa e a ver os educadores e os meninos com outros olhos. Me tornei uma pessoa essencial para casa, ajudando em tudo, e ajudando também os novatos que chegavam. Apreendi coisas valiosas. E também conquistei meu primeiro emprego de carteira assinada.

O tempo passou e voltamos para a casa de origem e saímos daquela casa pequena! E a vida continuou.... E como todos os acolhidos ali, estava chegando o fim do meu tempo morando na casa, pois estava para completar os meus dezoito anos.

E é aí que começa os pensamentos: “como vai ser quando eu sair?”, “como vou me virar lá fora?”, “como vai ser?”, “será que consigo?”.

Esses são alguns dos diversos pensamentos que passaram na minha cabeça, e creio que isso se passa na cabeça de todos.

Mas o dia chegou e, enfim deixei a casa. E segui minha vida. Naquele momento seria eu e a vida. Tinha minha casa, conquistei meus móveis e minhas coisas de pouco a pouco. Em 2020 surgiu a pandemia do século. E com isso acabei perdendo o emprego, mas não deixei de trabalhar para sustentar a mim e a minha casa. Em 2022, fui fazer entrevista de emprego, mas acabei não passando, e isso me abalou um pouco, pois já era a quarta no mesmo mês.

Até que recebi uma proposta de emprego bem inusitada. Wagner, o coordenador da instituição em que morei dos 13 aos 18 anos, me fez a proposta de voltar, mas agora como um dos educadores do período noturno. Eu pensei bastante se realmente queria voltar para o lugar de onde esperei tanto para sair.

Mas acabei aceitando e indo para lá. Comecei fazendo a experiência. E me encaixei bem no papel, já que eu sabia bem sobre tudo ali dentro.

Tinha um olhar de acolhido e agora um olhar de educador. Consegui auxiliar e ajudar os meninos, já que eu sim, sabia o que eles realmente sentiam.

Os anos se passaram, e minha vida estava bem estável, e estava agora em busca de uma família. Encontrei uma garota incrível, e sem pensar muito começamos a namorar e nos casamos, chamei várias pessoas que conheci na minha trajetória na instituição para serem meus padrinhos, e claro, convidei a Rose para ser a representante da minha mãe no meu casamento.

Convidei todos os meninos da casa para estarem lá também.... Hoje tenho uma família incrível ao lado da minha esposa e também da minha cachorrinha. Eu ainda não tenho filhos, mas estou aguardando o momento certo para tê-los.

Quem diria que o menino de 13 anos sem saber o que desejava da vida, passaria por tudo isso e hoje estaria onde estou. Hoje não só cuido dos meninos, mas também auxílio eles na vida.

Bom, isso é um pouco da “minha” história. Você tem a sua, mas o mais importante é guiar para que cada um tenha a história que vale a pena contar. Que vale a pena chamar de legado.

Todos que entram em instituição de acolhimento tem sim uma história, e cabe a nós guiar para que essa história seja um legado que vale a pena ser ouvido e contado de pai para filho e de uns para os outros.

MEMÓRIAS DE UMA CASA QUE NÃO ERA CASA

Luiza Vitoria de Paula
Betim/MG

A primeira coisa que eu senti foi o silêncio. Não um silêncio calmo, daqueles que abraçam a gente depois de um dia cansativo. Era um silêncio estranho, pesado, como se o mundo inteiro estivesse prendendo a respiração enquanto eu tentava entender o que estava acontecendo comigo.

As paredes eram claras, o corredor parecia frio, e o som dos passos ecoava como se tudo ali fosse grande demais para mim. Eu segurava minhas próprias mãos tentando parecer forte, mas por dentro eu tremia.

Não sabia exatamente quanto tempo ficaria ali. Não sabia quem iria embora. Não sabia quem ficaria. Só sabia que minha vida tinha mudado.

As pessoas passavam por mim dizendo palavras difíceis, explicações que eu fingia entender. “Vai ficar tudo bem”, repetiam. Mas ninguém explicava como uma menina deveria acreditar nisso quando seu coração parecia quebrado em silêncio.

Ali eu aprendi que existem dores que não aparecem nos olhos imediatamente. Algumas ficam escondidas nos pequenos detalhes: na forma como alguém se assusta com gritos, no jeito que outra pessoa

guarda comida escondida ou em quem aprende a pedir desculpas até quando não fez nada.

Eu ainda não sabia, mas aquele lugar mudaria partes minhas para sempre.

Nos primeiros dias, tentei parecer invisível. Descobri rápido que, às vezes, ficar quieta era a melhor maneira de sobreviver. Observava tudo em silêncio: as regras, os horários, os olhares, as discussões no corredor, os abraços sinceros e os falsos também.

Porque em um acolhimento você aprende cedo que nem todo mundo chega machucado da mesma forma. Alguns transformam dor em raiva. Outros em silêncio. Alguns apenas desistem de sentir. Eu não queria desistir.

Mesmo nos dias em que chorava escondida no banho para ninguém perceber. Mesmo quando sentia saudade de uma vida que nem era perfeita, mas ainda era minha. Mesmo quando parecia injusto ver outras pessoas vivendo normalmente enquanto eu tentava entender por que minha história tinha tomado aquele rumo.

No fundo, eu ainda carregava esperança. Pequena. Machucada. Quase apagada. Mas viva. E talvez tenha sido isso que me salvou. Porque antes de qualquer pessoa acreditar em mim... eu precisei aprender a não abandonar a mim mesma primeiro.

Meu nome é Luiza. Hoje tenho 17 anos, mas já tive 13... e foi nessa idade que tudo mudou.

Esse é apenas um breve resumo da minha história no acolhimento. Uma história cheia de dor, mudanças, medo e recomeços, mas também cheia de amor, crescimento e esperança.

Quando cheguei no acolhimento, tudo era novo... de novo.

Eu já tinha passado por aquilo uma vez, mas tinha ficado pouco tempo. Achei que nunca mais pisaria naquele lugar outra vez. Só que lá estava eu novamente, dessa vez segurando um peso muito maior dentro de mim: meus três irmãos.

Eu não tinha medo por mim. Tinha medo por eles. Eles eram minha vida... e continuavam sendo.

Tudo estava uma bagunça. Mentiras, família, pensamentos que me destruíam aos poucos. Eu não sabia como seria dali pra frente, só sabia de uma coisa: eu não queria voltar para aquela mulher que nos criou e nem para aquela casa cheia de lembranças dolorosas que eram difíceis demais de suportar.

No começo, separaram eu dos meus irmãos. E aquilo me destruiu. Eu me via sozinha no mundo.

Tinham várias pessoas dizendo que cuidariam deles, que eu não precisava me preocupar, que eles ficariam bem. Mas ninguém entendia que eu não queria apenas notícias deles. Eu queria eles comigo. Principalmente a caçula. Eu enxergava ela como uma filha. Talvez porque, desde muito nova, eu aprendi a cuidar antes mesmo de ser cuidada. Então aquela separação virou um peso impossível de carregar.

As semanas passaram. Depois os meses. Eu via meus irmãos nas visitas e chorava em todas elas. Sempre.

Na outra casa, tentei me adaptar. Conheci pessoas legais, fiz amizades verdadeiras, mas também precisei aprender a conviver com brigas, regras, quartos divididos com desconhecidos e palavras que machucavam mais do que deveriam.

Pode parecer estranho, mas aos treze anos eu já entendia muito sobre a vida. Eu enxergava as mentiras. Percebia quando as pessoas me usavam. Sentia quando escondiam coisas de mim. E isso dói.

Tenho muitas lembranças boas daquele tempo, mas também carrego outras que ainda machucam quando lembro. Mesmo assim, todas fazem parte de quem eu sou hoje.

Depois de seis meses longe dos meus irmãos, reuniram a gente novamente. E eu nunca vou esquecer a felicidade que senti naquele dia. Só que junto com a felicidade veio outra adaptação. Fomos trocados de casa, então tudo mudou outra vez: novas regras, novas pessoas, novos amigos... ou inimigos.

E lá estava eu de novo, chorando escondida sem saber exatamente o que fazer.

Também precisava lidar com minha genitora, que continuava fazendo promessas vazias. Meus irmãos ainda conseguiam amar ela de uma forma que eu já não conseguia mais. Eu não conseguia nem olhar direito.

As palavras dela me machucavam. “Foi culpa sua”. “Você denunciou”. “Olha o que você fez”. E eu nem tinha celular naquela época kkkkk.

Ela trazia lembranças da casa que eu tentava esquecer. Por causa disso, tive muitas brigas com minha irmã mais velha. Hoje nós conversamos, mas esse assunto ainda é delicado para nós duas.

E, mesmo depois de tudo, eu nunca culpei ela. Porque eu entendia que aquelas palavras vinham da dor dela, assim como eu tinha a minha. Ninguém tinha culpa de sentir tanto.

Com o passar do tempo vieram as noites mal dormidas, as preocupações, as notas horríveis na escola, a ansiedade, os desentendimentos com outros acolhidos e aquele desejo constante de proteger meus irmãos de tudo.

Sempre os apadrinhamentos. E aquilo doía. Porque eu recebia um carinho que nunca tinha recebido da minha própria família..., mas quase nunca durava. As pessoas vinham, criavam laços, depois iam embora. Mesmo assim, eu amava sair, conhecer lugares e viver coisas novas.

Só que, às vezes, eu me perguntava se o problema era eu. Foi por isso que não quis ser adotada. Eu tinha medo. Medo de aceitar outra mãe. Medo de me apegar. Medo de ser deixada novamente.

Depois veio a saída da minha irmã mais velha. Eu lembro que não consegui sair da cama para ver ela indo embora, porque sabia que

aquilo era só o começo da separação entre nós. Antes de ir, ela me fez um pedido: — Cuida deles. Só isso que eu te peço.

E eu cuidei. Do jeito que consegui.

Um dia, peguei um caderno e escrevi tudo que estava me machucando. Esse caderno tinha sido presente de uma pessoa muito especial pra mim. Uma pessoa que me acolheu nos momentos mais difíceis, que me deu colo quando eu precisei e que me lembrava que eu não precisava ser forte o tempo todo.

Nas minhas crises, era ela quem me acalmava. Mesmo de longe. Então, naquele caderno, eu fiz um pedido para Deus: “Tira meus irmãos daqui. Esse é o meu único pedido”. E prometi que só depois disso, eu aceitaria pensar em mim.

Três meses depois, os pais dos meus irmãos apareceram. Aquilo me assustou. Me angustiou. Mas também me deixou profundamente feliz. Porque eles seriam amados. Cuidados. Protegidos. E era só isso que importava.

Conheci os pais deles e gostei muito deles... e, de alguma forma, eles também gostaram de mim. Acabei entrando na família deles também. Hoje eu saio com eles, vou para a casa deles e durmo lá.

Fui acolhida de novo. Mas dessa vez de uma forma diferente. Hoje não sinto raiva da minha história. Na verdade, me sinto realizada quando olho para meus irmãos felizes. Porque eu consegui. Mesmo em meio ao caos, consegui proteger eles.

Depois que meus irmãos foram embora, pela primeira vez em muito tempo, eu comecei a olhar para mim. Até então, eu vivia para proteger eles, pensar neles, cuidar deles e garantir que estivessem bem. Quando eles partiram para a nova família, ficou um silêncio estranho dentro de mim.

No começo doeu muito não ter eles ali todos os dias, mas aos poucos eu fui entendendo que agora eu também precisava existir além do papel de irmã protetora.

Então comecei a me cuidar. Comecei a sair mais com meus amigos, prestar atenção em mim mesma, na minha aparência, nos meus sonhos e nas coisas que eu gostava. Vivi momentos leves que talvez eu nunca tivesse vivido se não estivesse ali. Fui para a praia pela primeira vez.

E isso pode parecer simples para muita gente, mas para mim foi gigante. O acolhimento me proporcionou conhecer o mar, sentir o vento, pisar na areia e viver coisas que antes pareciam muito distantes da minha realidade.

E, sinceramente? Nem precisei engolir água do mar pra descobrir que ela era salgada mesmo kkkkk. Pela primeira vez em muito tempo, eu me senti vivendo de verdade.

Também comecei a moldar minha personalidade. Demorou um tempo, porque quando você cresce tentando sobreviver, acaba esquecendo quem realmente é.

Então precisei me descobrir aos poucos: entender meus gostos, minhas manias, meu jeito, minhas qualidades e até meus defeitos. E olha... eu dei trabalho nesse processo. Várias vezes quase matei as técnicas do coração.

Hoje eu consigo rir lembrando disso, mas naquela época eu era intensa demais, respondona, explosiva às vezes e completamente difícil de lidar.

Só que, mesmo nas minhas piores fases, elas continuaram ali. E isso fez diferença. Porque pela primeira vez na vida eu sentia que existiam pessoas que não desistiriam de mim só porque eu estava difícil de amar naquele momento.

Também consegui viver coisas que talvez nunca viveria se tivesse ficado naquela antiga casa. Fiz curso de maquiagem, comecei a trabalhar, saí para passeios, aprendi a gostar de cuidar de mim. E, pela primeira vez, comecei a me sentir amada.

Claro, tiveram momentos em que me senti sozinha. Mas quase sempre existiu uma equipe técnica incrível ao meu lado. Pessoas que me abraçaram, me acolheram e suportaram até minha fase rebelde.

E, sinceramente? Eu dei trabalho. Principalmente nos meus quatorze e quinze anos. Mas, mesmo assim, eles nunca desistiram de mim. Nunca abriram mão. E até hoje eu amo ouvir um “eu te amo” vindo deles. Fico toda manhosa quando estou perto das técnicas.

Algumas cuidadoras deixaram de ser apenas profissionais dentro do acolhimento. Com o tempo, elas se tornaram abrigo. Algumas delas me ensinaram coisas que ninguém tinha me ensinado antes. Me ensinaram que cuidado não precisava vir acompanhado de medo. Que amor podia existir sem gritos. Que carinho podia ser sincero. Porque algumas delas eu vou levar comigo para o resto da vida.

Não como funcionárias do acolhimento. Mas como tias de verdade. daquelas que a gente lembra com carinho, sente saudade e sabe que marcaram nossa história para sempre.

Hoje estou perto de sair do acolhimento. E não tenho medo. Porque eu me preparei para isso no momento em que decidi que não queria ser adotada.

Agora vejo minha casa chegando aos poucos, cada móvel, cada detalhe, cada sonho tomando forma. Tem gente que fala que vou começar do zero outra vez, que tudo será novo e assustador. Mas eu não vejo assim. Eu só estou continuando a história que comecei lá atrás. A única diferença é que agora serei maior de idade.

Claro que ainda surto às vezes. Como no dia em que precisei marcar uma consulta médica sozinha e quase entrei em pânico porque parecia difícil demais kkkkkkk. Mas estou aprendendo. Caminhando. Vivendo.

Esse foi só um pequeno resumo dos cinco anos que vivi aqui. Confesso que derramei algumas lágrimas lembrando de tudo isso. Mas,

acima de qualquer dor, existe orgulho. Porque essa é a minha história. E ela virou uma marca em mim. Uma marca tão forte que hoje eu sonho em trabalhar nessa área... acolhendo pessoas da mesma forma que um dia acolheram a mim.

AINDA ASSIM, CAMINHAR

Flávia⁵
Brasília/DF

Passei tanto tempo em um lugar,
Onde tinha tudo do bom e do melhor
que hoje o mundo parece enorme.
Completei 18, e junto com a liberdade
vieram a ansiedade e o medo.

Não sei onde a vida vai me levar,
quando eu tiver que sair desse lugar
mas quero descobrir aos poucos.
Talvez crescer seja isso:
ter medo de partir,
mas ainda assim escolher caminhar.

⁵ Nome fictício, 18 anos. Em transição, ainda no serviço.

UM CAMINHO DE CORAGEM, SUPERAÇÃO E ESPERANÇAS

Kauã Vitor Corrêa Silva
Divinópolis/MG

Meu nome é Kauã Vitor Corrêa Silva, nasci no dia 12 de janeiro de 2007, sou brasileiro e moro em Divinópolis, Minas Gerais. Atualmente tenho 19 anos.

Durante a minha infância e boa parte da adolescência, enfrentei momentos muito difíceis dentro de casa. Eu e meus irmãos sofremos diversos tipos de violência por parte do meu padrasto — violência física, verbal e psicológica — muitas vezes com a permissão da nossa própria mãe. Foram anos vividos com medo e sofrimento dentro do que deveria ser o nosso lugar de proteção.

Um dos momentos que mais marcou a minha vida aconteceu quando eu estava terminando o 9º ano da escola, aos 14 anos. Era uma segunda-feira chuvosa, dia da minha formatura. Eu queria muito participar daquele momento, mas minha mãe não tinha dinheiro para pagar o ônibus e meu padrasto se recusou a levar a mim e ao meu irmão gêmeo até a escola. Mesmo assim, decidi ir a pé.

Caminhei sozinho até a escola debaixo de chuva. Quando cheguei, meus pés estavam cheios de barro. Algumas funcionárias da cantina e da limpeza perceberam a situação e começaram a conversar comigo. Elas perguntaram por que eu tinha ido sozinho e como era a

forma que eu e meus irmãos éramos tratados em casa. Naquele momento, senti que precisava falar a verdade. contei tudo o que vivíamos.

Elas levaram a situação até a diretora da escola, que acionou o Conselho Tutelar. Na sexta-feira daquela mesma semana, o Conselho Tutelar foi até a minha casa e retirou a mim e aos meus irmãos daquele ambiente. Fomos levados para uma casa de acolhimento, o abrigo.

Passei cerca de um ano no acolhimento, dos 15 aos 16 anos. Depois disso, eu e meu irmão voltamos para a casa da nossa mãe, mas infelizmente a situação em casa permanecia do mesmo jeito. Foi então que comecei a planejar que, quando completasse 18 anos, sairia de casa para buscar uma vida diferente, uma vida melhor, onde eu não sentiria mais tanto medo.

Ao completar 18 anos, saí de casa e fui morar em um lugar nada bom e seguro, inclusive cheguei a ser roubado e perdi as únicas coisas que possuía. Mas mesmo assim, não desisti de seguir em frente e tentar uma vida melhor.

Foi então que a assistente social do abrigo me procurou e me contou sobre a República Jovem e perguntou se eu não teria interesse em fazer parte do serviço. Hoje recebo o valor que custeava minha moradia, água, luz e internet, e divido uma república organizada e boa de morar, junto com pessoas que também passaram pelo serviço de acolhimento comigo. A técnica do serviço sempre está em contato

comigo e meus amigos para nos ajudar em nossas dificuldades e temos encontro de 15 em 15 dias para falar sobre nossas vidas.

Participei de um Seminário em BH, Minha Vida Fora do Acolhimento, que foi muito importante para me dar mais esperança. Foi a primeira vez que viajei para outra cidade e vi tantos que como eu, também passaram por serviços de acolhimento.

Hoje posso dizer que estou vivendo uma vida mais tranquila, com paz e esperança no futuro. Sou muito grato a Deus e a todas as pessoas que me ajudaram e continuam me ajudando ao longo da minha caminhada.

SOBREVIVENDO AO INFERNO: QUANDO O ESTADO FALHA, A CORAGEM É O QUE RESTA

Isaías Porto de Oliveira
Belo Horizonte/MG

Sou Isaías Porto de Oliveira, e o que eu vivi não foi um conto de superação, foi sobrevivência. Nasci em um ambiente onde o básico faltava: comida, paz e afeto. Passei fome, apanhei, e vi de perto o que é viver sem ter o mínimo. Dos 12 aos 18 anos, morei em uma instituição de acolhimento – mas não havia acolhimento, havia disciplina, medo e brigas. Era um abrigo com alma de socioeducativo. Lá dentro, aprendi que pra ser respeitado eu tinha que ser forte, ou fingir que era. As ruas me ensinaram que confiar é um luxo e que, às vezes, o perigo usa uniforme e crachá. Por muito tempo, senti raiva da minha família. Acreditei que eles me abandonaram. Mas o tempo me mostrou que o vilão dessa história não é o sangue, é o sistema. O Estado, que deveria proteger, virou o medo que ronda nossas mentes – o mesmo medo que nos molda e, muitas vezes, nos aprisiona.

Mesmo assim, continuo de pé. Não porque me deram chance, mas porque eu criei a minha.

Sobreviver ao inferno é carregar cicatrizes e ainda assim sonhar. E meu sonho é simples: que as crianças e adolescentes que hoje vivem o que eu vivi possam um dia olhar pra trás e dizer: “eu consegui, o sistema não me quebrou”.

FORA DO ACOLHIMENTO

Lily⁶
Brasília/DF

Meu nome é Lily, e talvez contar a minha história seja uma das coisas mais difíceis que eu já fiz. Não porque eu tenha vergonha dela, mas porque durante muito tempo eu precisei sobreviver antes mesmo de aprender o que significava viver.

Entrei no acolhimento aos 13 anos. Minha primeira casa foi a Casa de Ismael, onde permaneci por aproximadamente três anos. No começo, tudo era novo. E, quando tudo é novo para uma adolescente que já carrega tantas dores, é impossível não sentir medo.

Lembro de quando um assistente social foi me buscar e disse que eu iria para um abrigo. Naquele momento, senti alívio.

Eu tinha ouvido tantas vezes que abrigo era um lugar ruim, perigoso, que eu chegaria lá e sofreria ainda mais. Mas quando cheguei, encontrei crianças e adolescentes que, assim como eu, também carregavam histórias difíceis. Alguns tinham vivido coisas até piores.

E foi ali que comecei a conhecer uma palavra que eu ainda não entendia direito: liberdade.

Eu estava descobrindo que tinha direitos. Que podia ser ouvida. Que minha história importava. Mas também estava descobrindo meus

⁶ Nome fictício. O nome foi modificado para preservar sua identidade.

traumas, minhas revoltas e tudo aquilo que eu ainda não sabia como lidar. Até que aconteceu a integração familiar.

Minha mãe sempre foi uma pessoa com quem eu não me sentia protegida. Eu me sentia mais segura longe dela, mas eu ainda não sabia explicar isso. Talvez nem os profissionais conseguissem compreender completamente o que eu sentia.

Eu não estava pronta para voltar. Na minha visão, naquele momento, parecia que todo o sofrimento psicológico, sexual, verbal e físico que eu já tinha vivido tinha sido esquecido. Eu era uma adolescente considerada rebelde, usuária, difícil de lidar. Mas, por trás de tudo isso, existia uma menina tentando sobreviver.

Passei aproximadamente um ano novamente com minha mãe. E aquela casa, para mim, virou uma gaiola. Eu não podia ir à escola. Não podia fazer amizades. Não podia viver livremente. Passei por situações que me fizeram chegar ao meu limite. Era sofrimento físico, psicológico, verbal e sexual.

Até que um dia eu consegui abrir aquela porta. Fui ao Conselho Tutelar pedir socorro. Meu corpo estava marcado, minha saúde mental estava destruída e, mesmo assim, queriam me levar de volta.

Foi naquele momento que alguma coisa dentro de mim mudou. Eu disse que não voltaria. Foi ali que comecei a entender que eu tinha direito de ser ouvida. Eu tinha voz. Eu também tinha direitos.

Depois disso, fui para a SAICA 1. Foi uma fase completamente desorganizada da minha vida. Eu estava perdida. Cheguei a me envolver com cocaína, cheguei a pesar cerca de 40 quilos e vivi uma gravidez psicológica. Eu não conseguia ouvir, não conseguia assumir responsabilidades e, principalmente, não sabia cuidar de mim.

Mas, mesmo naquele lugar, existe uma coisa que eu nunca vou esquecer: nós, acolhidos, cuidávamos uns dos outros. Éramos unidos. Brigávamos, claro. Fazíamos as pazes. Ríamos. Chorávamos. Mas estávamos juntos.

E então cheguei ao Lar de São José. Eu já conhecia o nome daquele lugar antes mesmo de chegar. Outros adolescentes falavam sobre a famosa “bruxa” Aline.

Cheguei com raiva. Não queria estar ali. Só que o tempo passou. E aquela bruxa virou tia Aline. Foi ali que eu conheci um tipo de cuidado que nenhum outro acolhimento tinha conseguido me apresentar. Percebi que algumas pessoas não estavam ali apenas para cumprir um trabalho. Existia sentimento. Existia preocupação. Existia afeto.

Comecei meu tratamento psicológico. Passei a fazer terapia toda semana, acompanhamento psiquiátrico pelo CAPS, passeios nos finais de semana e comecei, aos poucos, a descobrir que talvez a vida pudesse ser mais do que sobreviver.

No começo, eu não sabia receber carinho. Eu recusava cuidado. Achava estranho quando alguém queria demonstrar afeto. Eu não entendia o que era ser cuidada sem precisar pagar por isso de alguma maneira.

Até que minha técnica, Mariana, me disse uma frase que ficou comigo: “Você não é difícil de lidar e muito menos difícil de ser amada”. Talvez eu precisasse ouvir aquilo há muito tempo.

No meu primeiro Natal no Lar de São José, eu não queria ir. Natal é uma época delicada para quem viveu o acolhimento. Família, presentes, abraços... tudo isso pode doer.

Aline me convidou. No começo, eu disse que não iria porque não gostava dela. Mas ela me convenceu. E naquele dia eu conheci a Aline de verdade. Não a “bruxa Aline” que os adolescentes contavam. Conheci a tia Aline. E passei a gostar dela.

Aos poucos, minha vida foi mudando. Parei de usar cocaína. Voltei a me dedicar à escola. Comecei a pensar no trabalho. Comecei a pensar no futuro.

O Lar de São José virou minha casa. Fiquei ali até os meus 18 anos. Mas chegar aos 18 anos não foi fácil. Na verdade, foi assustador. Eu tinha medo de sair. Não queria ir para uma república. Não queria voltar para minha família. Não sabia se conseguiria sobreviver sozinha. Eu tinha medo do tal “mundo lá fora”.

Minha saúde mental sofreu novamente. Eu estava tomada pela preocupação. Foi quando Mariana e Aline conversaram comigo.

E existe uma frase da tia Aline que eu nunca esqueci: “O bicho-papão dos 18 é assustador, mas se você demonstrar sua força e sua capacidade, ele é que vai se assustar”.

Eu levei aquela frase comigo. E saí. Não porque eu não tivesse medo. Mas porque descobri que podia ter medo e continuar mesmo assim.

Depois disso, participei de programas que foram fundamentais para a minha saída do acolhimento. Um deles foi o Aconchego, onde fiz cursos e encontrei oportunidades que me ajudaram a construir minha independência. Também participei da Fiocruz e do Realiza.

Com o apoio desses programas, consegui montar minha casa praticamente do zero. Ganhei meus móveis, minhas coisas e comecei a construir um espaço que finalmente era meu.

Foi também por meio dessas experiências que conheci pessoas que se tornaram fundamentais na minha vida: minha madrinha Mariana e meu tio Léo.

E aconteceu algo que eu nunca imaginei. Eu deixei de ser acolhida e passei a trabalhar no próprio Lar de São José. De repente, eu estava do outro lado. Aquilo me deixou sem chão. Eu tinha medo de não conseguir. Medo de não ser boa o suficiente. Medo de que as

peessoas olhassem para mim apenas como a menina que um dia esteve acolhida.

Mas eu consegui. Hoje eu trabalho no Lar de São José. E talvez essa seja uma das maiores provas da minha história. Eu entrei naquele lugar como uma adolescente que precisava ser cuidada. E, anos depois, voltei como uma mulher que também podia cuidar.

Minha história no acolhimento não foi perfeita. Tive momentos muito dolorosos. Tive conflitos. Tive recaídas. Tive medo. Tive raiva. Tive momentos em que achei que não conseguiria.

Mas também tive afeto. Tive pessoas que acreditaram em mim quando eu mesma não acreditava. Descobri que tinha voz. Descobri que tinha direitos. Descobri que podia escolher. Descobri que liberdade não era simplesmente sair de uma casa. Liberdade era poder construir a minha própria vida.

Hoje, fora do acolhimento, às vezes sinto saudade. Sinto falta das assembleias, das interações, dos passeios, das conversas, das pessoas cuidando de mim. Até dos conflitos eu sinto falta. E isso pode parecer estranho, mas quem viveu o acolhimento sabe.

Quando você passa tantos anos tendo pessoas envolvidas na sua rotina, dizendo que horas você precisa chegar, perguntando se está bem, acompanhando sua escola, sua saúde, seus documentos e sua vida, sair pode ser assustador.

Porque, de repente, alguém pergunta: “E agora, quem vai cuidar de você?” E eu descobri que a resposta poderia ser: “Eu”.

Mas também descobri outra coisa. Eu nunca estive completamente sozinha. Ainda existem pessoas que cuidaram de mim e continuam cuidando, mesmo eu não sendo mais uma acolhida.

Hoje eu olho para a menina de 13 anos que entrou no acolhimento e tenho vontade de abraçá-la. Dizer que ela não era difícil. Que ela não era rebelde demais. Que ela não era impossível de amar. Ela só estava machucada. E que, apesar de tudo que aconteceu, ela conseguiu chegar até aqui.

Hoje eu sou Lily. Sou uma mulher que tem uma casa, trabalho, sonhos, escolhas, voz e liberdade. Sou alguém que sobreviveu. Mas, mais do que isso, sou alguém que aprendeu a viver.

E talvez essa seja a verdadeira história de estar fora do acolhimento. Não é simplesmente sair. É aprender a caminhar sem a mão de alguém segurando a sua o tempo inteiro, mas sabendo que, se você cair, existem pessoas que ainda estarão ali para ajudar você a levantar.

Eu saí do acolhimento. Mas uma parte dele sempre vai viver em mim. Porque foi ali que, depois de tantas dores, eu finalmente comecei a descobrir quem era a Lily.

ENTRE GRADES INVISÍVEIS

Leonardo⁷
Betim/MG

Meu nome é Leonardo. Tenho 15 anos, mas às vezes sinto que vivi coisas demais para a minha idade. Existem situações que fazem uma pessoa amadurecer cedo, e uma delas aconteceu quando eu tinha 12 anos e fui levado para um abrigo em Betim, chamado Casa Azul.

Eu lembro bem do meu primeiro dia lá. O portão parecia enorme, e tudo era estranho para mim. O abrigo tinha muros altos, corredores simples e quartos organizados de um jeito que tentava ser acolhedor. Na época, moravam mais ou menos onze meninos lá. Cada um tinha sua própria história, mas quase ninguém gostava de falar sobre isso. Era como se todos escondessem suas dores atrás de brincadeiras, discussões ou silêncio.

A casa tinha três quartos. Em cada um havia duas beliches que ocupavam quase todo o espaço. Cada menino tinha uma parte pequena do armário para guardar suas roupas e objetos. Alguns colocavam desenhos, fotos ou pequenas lembranças da vida antes do abrigo, tentando deixar aquele espaço com um pouco da própria personalidade.

Quem cuidava da gente eram as cuidadoras e alguns cuidadores. Alguns eram mais rígidos, outros conversavam mais, perguntavam

⁷ Nome fictício. O nome foi modificado para preservar sua identidade.

como a gente estava ou tentavam fazer a gente rir nos dias difíceis. Mesmo com as regras, dava para perceber que muitos realmente queriam ajudar. O coordenador do abrigo era uma pessoa tranquila. Ele sabia conversar com os meninos sem tratar ninguém como criança pequena e, muitas vezes, era ele quem tentava evitar que as confusões piorassem.

A rotina era organizada. Tínhamos cinco refeições por dia: café da manhã, almoço, café da tarde, jantar e lanche. Pode parecer algo simples, mas para muitos meninos aquilo significava muito. Era uma sensação de estabilidade que muitos nunca tinham tido.

Também podíamos praticar esportes fora do abrigo. Esses momentos eram como uma fuga da realidade. Jogar bola, correr ou simplesmente ficar do lado de fora ajudava a aliviar a mente. Por algumas horas, ninguém pensava tanto nos problemas ou nos motivos que tinham levado cada um para aquele lugar.

Mas a verdade é que a paz nunca durava muito tempo. A polícia aparecia frequentemente no abrigo. Alguns meninos fugiam, outros voltavam depois de dias. Havia muitas discussões, brigas, gritos pelos corredores e portas batendo durante a madrugada. Às vezes, uma coisa pequena virava uma grande confusão. Todo mundo ali carregava tristeza, raiva ou abandono dentro de si, e isso acabava explodindo de diferentes formas.

Lembro de noites em que quase ninguém conseguia dormir direito. Sempre existia o medo de acontecer alguma coisa. Quando algum menino desaparecia, o clima ficava pesado. As cuidadoras se preocupavam, o coordenador tentava resolver tudo, e os outros garotos fingiam não ligar, mas no fundo todos sentiam alguma coisa.

Mesmo no meio de todo aquele caos, aqueles sete meses mudaram muito a minha vida. O abrigo me ensinou a observar melhor as pessoas. Aprendi que muitos meninos que pareciam agressivos, na verdade, só estavam cansados de sofrer. Outros escondiam a tristeza atrás de piadas. Alguns sonhavam em voltar para a família. Outros já não queriam mais voltar.

Hoje minha vida é muito diferente. Atualmente moro com uma família acolhedora. Ainda estou sob responsabilidade do governo, mas agora vivo em um ambiente que se parece mais com um lar de verdade. A diferença entre as duas rotinas é enorme.

Hoje eu trabalho, tenho responsabilidades e também liberdade. Tenho meu próprio quarto, minhas coisas e um espaço que posso chamar de meu. Pode parecer algo simples para algumas pessoas, mas para quem já dividiu quarto, regras e silêncio com tantas outras pessoas, isso significa muito.

Agora também posso sair na rua com mais liberdade. Posso sentir o vento da noite, caminhar tranquilamente e viver momentos simples que antes pareciam impossíveis.

Também tenho um cachorro. Talvez muita gente não entenda como isso pode mudar a vida de alguém, mas muda. Ter um animal esperando por você, brincando e fazendo companhia nos dias ruins traz uma sensação de pertencimento. Como se finalmente existisse um lugar onde sua presença faz diferença.

Na família acolhedora, minha vida deixou de ser apenas sobreviver. Hoje existe mais tranquilidade. Posso organizar minhas coisas do meu jeito, dormir mais em paz e pensar em um futuro diferente.

Mas o passado ainda faz parte de mim. Às vezes lembro do barulho do abrigo durante a noite, das discussões nos corredores, das viaturas chegando e dos meninos tentando esconder a própria dor. Mas também lembro das poucas risadas sinceras, das conversas antes de dormir e dos momentos em que todos conseguiam esquecer, nem que fosse por alguns minutos, o peso da realidade.

O abrigo não foi apenas um lugar onde vivi. Foi um lugar que marcou quem eu sou. E talvez a minha história mostre que, mesmo depois de passar pelo caos, uma pessoa ainda pode encontrar um caminho diferente.

MINHA VIDA E COMO CHEGUEI NO ACOLHIMENTO

Sofia⁸
Divinópolis/MG

Oi, meu nome é Sofia. Tenho 17 anos e nasci em Divinópolis/MG. Sou de 2008. Faço aniversário em setembro, dia 2. Meu pai se chama Sebastião e minha mãe, Jordania. Vou falar um pouco sobre minha jornada e como eu cheguei no acolhimento.

Bom, quando eu nasci, minha mãe faleceu após 15 dias do meu nascimento. Devido a esse acontecimento, eu e minha família paterna nos separamos da família materna e, desde então, não tivemos mais contato. Eu, meu pai e meus três irmãos mais velhos fomos morar com minha avó paterna, minhas duas tias e mais 5 primos por parte de pai, no bairro Niterói.

Aos meus 3 anos de idade, meu pai conheceu minha madrasta, Ivone. Eles se conheceram no Asilo, eles se aproximaram e aprofundaram no namoro. Desde então, fomos morar com ela no bairro Santa Rosa, eu, meu pai e meus 3 irmãos. E lá morava a Ivone e sua sobrinha. Chegando lá, nós passamos necessidades, vivíamos de doações de cestas básicas. Quando meu irmão mais velho fez 15 anos, ele começou a trabalhar no ABC do Niterói, em Divinópolis. Então,

⁸ Nome fictício. O nome foi modificado para preservar sua identidade.

minha madrastra alugou uma casa pra gente morar, para os meus irmãos e eu.

O tempo foi passando. Um certo dia, Ivone foi levar seu neto para o hospital. Tempos depois, eu e meu irmão fomos para a casa e, no caminho, encontramos minha avó materna. Ela foi até a nossa casa e chamou a polícia. Desde então, fiquei sendo acompanhada pelo Conselho Tutelar. Minha vó conseguiu me visitar de 15 em 15 dias, mas meu pai entrou na Justiça para ela perder esta aproximação. Minha vó perdeu a aproximação. Foi aí que tudo começou. Eles começaram a controlar a quantidade de comida, colocavam pouco e, quando tinha visita, como, por exemplo, as irmãs da Ivone, que vinham de São Paulo, Ivone enchia meu prato de comida para falar que eu comia muito. Quando brincava com o neto dela de bola ou de vôlei, ela me chamava de Maria Homem. Quando meu pai fazia compras, compravam bolachas e Toddy e não me davam. Me davam meio pão e um pedacinho de carne e, quando compravam coisas diferentes, também não me davam.

Nesta fase da minha vida, eu não tinha amigos na escola, então comecei a pegar as coisas dentro de casa, como Danone, bolacha e dinheiro, até que um certo dia meu pai descobriu. Levei uma surra, meu pai quase me matou. Na escola, sofria bullying, me chamavam de “macaco”, “bruxa de dente quebrado”. Certa vez, cheguei em casa, tinha saído da escola e meu cabelo estava todo bagunçado. Meu pai me

deu duas escolhas: apanhar com um fio ou cortar meu cabelo. Eu escolhi cortar meu cabelo. Meu pai falou para eu falar, na época, quando ia ao psicólogo, que eu cortei o cabelo por causa de piolho. O bullying só piorou na escola.

Minha madraستا fazia eu faxinar a casa do filho dela por 70,00 quando tinha que lavar roupa. Quando não precisava era 30,00. Arrumava também a casa dela e também ajudava meu irmão a arrumar a casa dele.

Em 2020, a filha mais velha da Ivone teve seus primeiros filhos, os gêmeos. Desde então, eu e Ivone fomos pagas para olhar os bebês. Ela ganhava em torno de um salário mínimo e eu, 100,00, às vezes 150,00. Quando eu fiz 13 anos, comecei a trocar as fraldas dos bebês e brincar com eles, só não dava comida. Às vezes, eles caíam, minha madraستا me chamava de “plasta” e me batia. Quando meus irmãos iam na casa dela para almoçar, eu ficava no quarto, excluída.

Quando virei “mocinha”, aos 9 anos, fui morar com a Ivone e meu pai. Ela me expulsou de casa duas vezes, aí voltei a morar com meus irmãos. Mas, aos 13 anos, voltei a morar com ela e meu pai. Eles saíam para os forrós e ficavam fora de 13h às 20h. Neste tempo, eu saía escondido. Certo dia, fui testar minha sorte e meu pai descobriu. Fugi de casa umas 5 vezes. Nesta época, o Conselho Tutelar sempre ia na minha casa, mas tinha que mentir. Sempre tive medo da minha madraستا.

Minha madrasta, às vezes, ia me buscar na escola de carro e, quando me via com algumas amigas, brigava comigo. Teve um dia que eu e meus amigos estávamos voltando da escola para casa. Meu pai e a Ivone tinham terminado. Meu pai estava na esquina da rua de cima da escola me esperando. Meus amigos e eu estávamos comendo salgadinhos. Meu pai me deu um tapa no meu rosto, na frente dos meus amigos.

Quando meu pai estava com Ivone e saíam juntos, era uma briga diferente por causa de ciúmes. Minha madrasta, às vezes, pulava o muro da casa do meu pai com canivete para ameaçar ele, mas eles sempre voltam.

Em junho de 2022, o Conselho Tutelar recebeu uma denúncia sobre agressão física. Nesta época, eu tinha uma amiga e ela quem fez a denúncia. Então, o Conselho foi até a minha casa e viu as manchas do meu corpo de unhas e o roxo no meu olho. Eu tinha apanhado no dia anterior à visita. Depois de ter feito um monte de perguntas, eles me levaram para UPA 24 horas. Nisso, era quase 18 horas. Depois que fui atendida, eles me perguntaram se eu tinha um lugar seguro até o outro dia. Eu, na hora, não lembrava e falei que não tinha nenhum lugar para ficar. Então, eles perguntaram se eu queria voltar para casa. Eu respondi que não e, então, eles decidiram que o melhor pra mim era ir para o abrigo.

Quando eu cheguei no acolhimento, pra mim era a pior coisa do mundo, mas, ao longo do tempo, comecei a me adaptar com as pessoas. No começo, eu não dava certo com as cuidadoras, batia de frente. Depois, eu fiquei mais tranquila, comecei a respeitar, comecei a ajudar nas tarefas, a estudar e, depois de um tempo, comecei a sentir falta do meu pai. Aí comecei a ter aproximação com ele. Depois disso, comecei a ter ansiedade e depressão, não queria comer, não queria me arrumar, ficava trancada no banheiro.

Até que um dia, nesta época, o Acolhimento fez uma surpresa para mim. Foram em Cajuru atrás da minha família materna e gravaram um vídeo, minha família falando que me amava, e começaram a me visitar no abrigo.

Em outubro de 2023, eu tive uma audiência e o juiz me liberou para morar com minhas irmãs. Comecei a trabalhar na pizzeria das 18h às 23h, às vezes 00:00h. Ganhava 70,00 por dia. Teve um dia que minha irmã mais velha brigou com minha outra irmã, falando que não era para mim trabalhar, porque eu não arrumava a casa direito. Na época, eu trabalhava com minha irmã, então começamos a brigar porque eu queria trabalhar.

Certo dia, eu e minha avó brigamos porque ela foi defender a minha irmã. Aí fui morar com minha tia. Nisto, minha tia também brigou com minha avó. Ela morava com meus dois primos, minha prima estava grávida e a esposa do meu primo também.

Em 2024, comecei a namorar escondido e deu “mó” problema porque a mãe do meu namorado me levou para o Conselho Tutelar, e minha tia começou a pensar que eu ia dar trabalho, como engravidar muito cedo. Estava com 15 anos na época. Então, minha família materna falou que era melhor eu voltar para o acolhimento.

Então, tive uma audiência e o juiz mandou eu voltar para a casa do meu pai. Então, voltei para a casa do meu pai em junho de 2024. Começamos bem, eu e meu pai, mas as coisas entre meu pai e minha madrastra não estavam dando bem. Então, meu pai ficou um pouco afastado. Ele ficou morando com meus irmãos e eu com minha madrastra.

Em outubro, comecei a trabalhar em uma loja da cidade, mas eles começaram a pegar todo meu dinheiro, além da pensão da minha mãe. Fiz a denúncia e quis voltar para o abrigo. Evadi do acolhimento uma vez, onde fiquei por 3 dias, mas voltei com a ajuda do Conselho Tutelar, onde estou até hoje.

Hoje, no abrigo, estou na república, pois pretendo sair com meus 18 anos e viver de forma tranquila, cuidando de mim. Às vezes, me dá medo, mas acredito que vou dar conta.

OS 6 ENSINAMENTOS QUE APRENDI COM A MAIOR IDADE

Kaique
São Paulo/SP

Olá, me chamo Kaique. Atualmente tenho 21 anos. E, bom, como começou essa trajetória de 21 anos, irei lhe contar.

Eu nasci sendo o tal pai jovem, não pelo fato de ter filho, mas pela questão de ter que cuidar de tudo, cuida disso, faz aquilo, e, bom, segui vivendo assim até os 16 anos. Daí pra frente, só piorou. Foi aí que fui para o acolhimento, eu e meu irmão mais novo. Aquilo me machucava não só por dentro, como também por fora. Me perguntava: será que não somos crianças certas pra se encaixar no mundo de hoje? Aquilo me corrompeu como um ácido, fazendo eu me questionar todos os dias o porquê, o que realmente somos. E aí, o destino mudou tudo.

Aí minha dúvida foi: o que serei eu agora, sem um porquê pra viver? Pois agora era apenas eu por eu. E foi nessa loucura, tentando viver bem e feliz, porém veio o surto dos 17: o que você vai fazer de faculdade? E eu fico louco, sei nem se vou ser forte o suficiente pra aguentar, pois foi nesse mesmo lugar que eu deveria me sentir apoiado, feliz e seguro, que me senti preso, perdido e inseguro.

Mas, de um jeito ou de outro, sabia que a dor, ou a insegurança, ou até mesmo a ideia de insuficiência não podiam me deixar imobilizado. A vida teria que continuar. E foi aí que o alerta do “viva

porque tem uma vida linda pela frente” que me fez seguir. Eu sangrava, mas continuava. Eu chorava, mas limpava o choro e ia firme e forte, até que um dia eu olhei pra mim e me perguntei: minha mão, que era a minha arma de escrita mais fatal, vai ser a que vai me parar?

Mas não. Eu só não conseguia entender que o impossível só é possível se você acreditar e batalhar pra fazer ser possível, até que as coisas que eram só desejos em papel começaram a virar realidade.

Sabe quando você vê que você teve um brilho? Então, às vezes, quando me perguntam qual foi ou qual é meu maior sonho, eu imagino que sou incapaz de responder, pois já foram todos um check-in que fiz todos os anos de carreira.

E, bom, falando um pouco deles, eu sempre escrevi, pois era a maneira mais incrível de deixar a dor ir embora. E eu também amava atuar, pelo fato de que eu podia ser o que eu quisesse, assim como a Barbie diz: “você pode ser o que quiser”. E, quando eu ouvi essa frase, pra mim ela veio como um: você consegue carregar o fardo pesado, mesmo que queriam colocar mais peso, você consegue.

E aí eu tive a oportunidade de participar do clipe de música de um dos meus cantores favoritos e, por mais que tenha sido aberto ao público, eu e o Mine pulamos de alegria. Imagina você admirar uma pessoa pelo talento e, logo depois de um tempo, você tá fazendo parte do talento. É sensacional demais.

E não para por aí. Fora o desfile que eu mesmo fiz. As crianças sempre têm sonhos meio malucos, né? O meu era um desfile e ele aconteceu. E, mais uma vez, a certeza que eu conseguiria veio à tona.

E depois de tudo veio a pergunta: se eu sou tão talentoso assim, por que não apareço em lugar nenhum? Aí, meu caro, vieram as respostas, não pra responder essa pergunta tola que me fiz, mas pra acalmar o que sou e fiz.

Então, se eu fui capaz de viver mesmo estando sangrando, você também será capaz de conseguir viver uma vida digna de sucessos.

Contar depoimento não é fácil, pois sua trajetória é impossível caber nele todo. E outra, eu quero que o mundo todo conheça a poesia, não só como uma escrita, mas como o remédio para os doentes e necessitados. E, pra mim, a frase que me marca até hoje é: a minha poesia é um drone que mostra tudo além da fome.

SUPERAÇÃO E MOVIMENTO

Adrielly Félix da Silva Assunção
Brasília/DF

Nem sempre tudo é fácil,
Até mesmo no social.
Temos que aprender a lidar com a vida,
Nem tudo é tão igual.

Temos medo do futuro,
Do que pode acontecer.
Focar no caminho é uma delas,
Lembre-se de que ainda é um ser.

Correr contra o tempo
Nem sempre é ideal.
A vida nos mostra
Que nem tudo precisa ser igual.

Até mesmo na nossa vida,
Simples e com carinho,
Trilhando novas formas,

Construindo nosso caminho.

Nem tudo são flores,

Muito menos o acolhimento.

A vida passa

E também mudamos,

Vivemos sempre em movimento.

Um grande abraço ao meu projeto,

Jovem em Movimento.

PRA VOCÊ CONTO MINHA HISTÓRIA

Fernanda Gabriela
Belo Horizonte/MG

Oiee! Meu nome é Fernanda Gabriela e vim contar um pouquinho sobre minha história!

Bom, tudo começou em 6 de setembro de 2017, quando eu simplesmente fui parar em uma instituição de acolhimento. Era bem de manhã e eu lembro que eu e meus irmãos estávamos nos arrumando para ir ao posto de saúde, já que eu estava sentindo minha garganta arranhando e o meu irmão mais novo estava com alguma coisa no olho que parecia uma gosma e não permitia que fosse aberto. Estávamos nos arrumando, e lembro que já tinha acabado de me arrumar e estava esperando minha mãe terminar também, quando de repente alguém bateu no portão e, para minha surpresa, minha mãe abriu. Na hora eu não entendi muito bem, mas lembro-me de que tinha um policial e dois caras, sendo um deles um cara meio carequinha e baixinho. Lembro que eles conversaram alguma coisa com minha mãe e do nada fomos para um carro. Eram dois carros brancos com alguma sigla que não me recordo muito bem.

No momento em que eu e meus irmãos fomos separados, fiquei mais em dúvida ainda, pois não sabíamos se iríamos ao médico ainda e para onde estávamos indo. No carro em que eu estava, o moço que

estava nesse momento confuso me perguntava algumas coisas bobas, como: o que eu gostava de fazer, quantos anos eu tinha, coisas assim. Me recordo de perguntar para ele sobre minha mãe e ele respondeu: “Ela vai resolver uma coisa rápida com o juiz e no final do dia ela vem buscar você e seus irmãos. Você está indo para um lugar parecido com ‘colônia de férias’”.

Durante o caminho, eu fui observando tudo. Ao passar perto de um lugar bem específico, reconheci um local que eu já tinha visitado quando tinha 7 anos; lá era uma casa em que meu irmão Eduardo ficou e eu nunca mais o vi, mas lembro de ter ficado calada. E foi assim que eu cheguei na minha “nova casa”.

Quando eu cheguei nessa minha “nova casa”, uma moça chamada Dayane, juntamente com a Patrícia, me receberam. O mesmo moço que me trouxe só me deixou ali com aquelas mulheres e foi embora. Dayane me apresentou a casa e as moradoras, que na época eram 11 (comigo ficaram 12). Pelo horário, essas outras meninas estavam com uniforme para ir à escola, esperando somente dar o horário do almoço. Dayane me disse que era a educadora daquele lugar, me disse onde seria meu quarto e a parte do guarda-roupa que eu poderia usar. Eu fiquei mais confusa porque eu não entendia o porquê de tudo aquilo se, ao final do dia, a minha mãe ia me buscar. Bom... estou esperando ela me buscar já faz 8 anos...

Em seguida, essa educadora me deu uma toalha e um kit banho, com sabonete, xampu e condicionador. Lembro que ela até me disse: “Vamos lá que você vai tomar banho e depois vai almoçar”. Senti um leve desconforto; lembro que ela me ajudou a lavar o cabelo, toda simpática, mas era a primeira vez que alguém diferente da minha família me via tomar banho, sendo que minutos antes eu tinha tomado banho para ir ao médico. Depois disso tudo, eu fui almoçar e chegou uma outra moça. Ela ficava em uma salinha separada (diante do quintal enorme que a casa tinha).

E foi ali que eu finalmente consegui me situar de onde eu estava. Essa moça que chegou no horário de trabalho era uma Assistente Social, mas que trabalhava naquela casa. Depois, ela me chamou na sua salinha e me explicou um pouco sobre algumas coisas. Ela me disse que aquela casa era uma instituição de acolhimento e que tinha o objetivo de acolher somente meninas de 7 a 12 anos, e que foi por esse motivo que eu não estava com meus irmãos (por causa da idade, mesmo que tivesse uma menina no meio). De início, ela me falou que eu estava naquele lugar porque minha mãe não havia feito algumas coisas que precisavam ser feitas, e falou um pouco sobre “negligência”.

Naquele momento, ela me falou um pouco sobre as regras da casa e sobre como ficaria a minha relação com meus irmãos, que teriam visitas a eles, mas que eu podia ficar tranquila que eles estariam bem. Na época, além de mim, eu tinha mais quatro irmãos que também foram

institucionalizados. Eu tinha 10 anos; meu terceiro irmão, Ângelo Daniel, tinha 4 anos; Daniela, a caçula, tinha 1 ano; e o recém-nascido Danilo tinha apenas 11 dias de vida. Além desses meus irmãos, eu tenho o Eduardo, que aos meus 7 anos ele nasceu e eu nunca tive contato com ele, e só depois de “adulta” fui saber o que de fato aconteceu. Ao conversar com a técnica, foram alinhadas algumas coisas das quais eu não me lembro porque já faz um tempinho.

Com isso tudo, meu processo começou. Não sei quanto tempo demorou, mas logo pude receber visitas da minha mãe. Eram meus momentos favoritos da semana; sempre comia coisas gostosas e ficava no abraço dela durante todo o momento da visita. Uma coisa que é fato é que ela sempre atrasava, mas não faltava uma sequer.

E tudo foi passando até que chegou o natal. Por algum motivo, houve a liberação do juiz para que eu pudesse passar o Natal com minha mãe, porém seria somente eu. Assim foi feito: passei o natal e Ano Novo de 2017 para 2018 somente com minha mãe. Lembro que foi um natal muito estranho, me senti sozinha por um lado, porque desde que Ângelo nasceu, eu tinha algo realmente legal no dia 25/12. De certa forma, isso sempre me chateava, porque minha vida sempre tinha sido um tanto quanto solitária. Na escola eu tinha pouquíssimas pessoas para conversar, então quem me fazia uma criança feliz era meu irmão.

Por fim, veio 2018. Não lembro de muita coisa, na verdade, mas lembro que meu processo tinha caminhado bastante. Pelo que eu tinha

entendido na época, havia alguns “requisitos” a serem cumpridos para eu realmente voltar para casa, mas não lembro ao certo, já que eram coisas que minha mãe tinha que cumprir. Mas lembro de um marco importante: por volta de dezembro de 2018 foi autorizado que, aos finais de semana e feriados, tanto eu quanto meus irmãos poderíamos passar em casa, mas que sempre aos domingos tínhamos que retornar para a instituição, já que isso era um processo.

Até que estava começando a dar certo, mas as coisas começaram a desandar na virada de ano de 2018 para 2019. Minha mãe tinha um dia para voltar comigo e meus irmãos do Natal/Ano Novo, mas ela acabou não nos levando de volta no dia certinho, mas esse nem foi o problema. O problema começou no meu aniversário de 12 anos, em 2019. O Carnaval daquele ano caiu justamente no dia do meu aniversário, e pelo fato de a minha mãe poder ficar conosco em feriados, ela nos levou no início do feriado e não retornou comigo nem com meus irmãos. E nisso tudo, ficamos na casa da minha mãe por dois meses. E foi bem aí que as coisas começaram a desandar.

Depois desses dois meses, novamente fizeram o processo de “busca e apreensão”, só que eu senti que essa segunda vez tudo era estranhamente mais frio, mais agressivo. Lembro que o mesmo homem meio careca que estava na primeira vez, com um sorrisinho falso, aproveitando a nossa inocência, lembro dele até pisar no meu pé por eu ter recusado deixar ele me puxar pelo braço.

Pela idade, algo que me preocupava era voltar para a instituição que eu residia e ter que sair devido à idade; a sorte é que, pelo meu comportamento, não foi algo imediato, então continuei na casa que entrei desde os 10 anos. Em contrapartida a isso tudo, nesses anos que permaneci no abrigo, em 2018 eu comecei a fazer terapia com uma psicóloga, o nome dela era Meire. Ela acompanhou todas essas atualizações sobre essa parte da minha vida. Segundo ela, viu algo em mim e não quis que, pela falta de oportunidades, isso se perdesse.

Quando eu retornei depois de ter ficado lá por 2 meses, a Meire também ficou com medo do que poderia acontecer depois que eu mudasse para outra instituição (de 13 a 18 anos) e, logo após isso, ela, juntamente com a família dela, me apadrinhou, mas o objetivo era outro. O objetivo era me acolher como Família Acolhedora. Assim foi: o restinho de 2019 eu passava os finais de semana, feriados e férias na casa dos meus “padrinhos”. Quando havia visitas programadas com meus irmãos, eles me acompanhavam; estava tudo indo bem.

Mas aí veio a pandemia, que atrasou um tanto o processo de muita gente. Meus padrinhos eram um casal que contava com um psicólogo e um assistente social. Quando descobriram o serviço de acolhimento Família Acolhedora, eles foram atrás para que fosse uma outra forma de acolhimento para mim. E assim foi feito: no meu aniversário em 2021, Meire e sua família deixaram de ser meus padrinhos para serem minha família acolhedora.

Com eles, me desenvolvi muito; eles me motivaram a alcançar grandes caminhos. Em 2022, consegui uma bolsa 100% em uma escola particular aqui em Belo Horizonte. Além disso, nossa querida Fernanda Flaviana me ofereceu algo sensacional, nada mais nada menos do que representar o Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária no Conselho Nacional dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CONANDA).

Tudo estava indo tão bem... Bom, nem sempre tudo fica bem, né? Depois de grandes mudanças, histórias e laços, tinha chegado um dos momentos mais tristes para mim. 2023 foi o ano mais complicado: além de o poder da minha mãe ter sido oficialmente destituído, ou seja, a perda definitiva da guarda, a Meire, que estava comigo desde 2019, tinha conseguido passar em um concurso público em uma cidade no interior de Minas Gerais. E nisso tudo, tinham tantas coisas em BH que eu não queria perder: era o CONANDA, era a bolsa, enfim, muitas coisas. Por fim, tive que trocar de família acolhedora.

Bom, foi um ano e tanto: muitas dificuldades, perrengues e, pior, a sensação de infelicidade era 24 horas por dia. Muitas coisas não iam tão bem, principalmente no âmbito “familiar”, mas tudo ficou melhor quando o ano finalmente acabou e fui para a próxima e última família acolhedora.

Flávia, juntamente com seu filho, me acolheu de um jeitinho único. Com eles, as coisas sobre a escola, assim que colocava os pés em

casa ficava pequeno. Eles realmente eram o lar após a tempestade. Acho que família é isso, né? É ser seu momento de paz quando as coisas desmoronam. Na família da Meire e da Flávia eu aprendi o que é estar em um ambiente acolhedor, que realmente é do cuidado, do carinho.

Bom, hoje tenho 18 anos, faço Serviço Social em uma universidade incrível e que almejei muito. Atualmente moro em uma república de jovens e estamos aí, vivendo! Acho que, se tem uma coisa que posso tirar de todas essas aventuras (claro que tem muita coisa que não foi contada)... E nesse processo todo, acho que o que eu mais sinto falta são dos meus irmãos. Hoje em dia todos estão adotados por famílias diferentes, mas sinto falta. Atualmente, consigo lidar bem com tudo isso, mas acho que tudo ficaria tão mais ameno se eu tivesse o afeto pelo menos dos meus irmãos, mas enfim, vamos ver o que a vida nos espera.

SAÍ, MAS PRA ONDE?

Paulo Marcelo Porto
Belo Horizonte/MG

Saí do abrigo, mas saí pra onde?
Pra um mundo frio que não responde.
Pra rua dura, olhar que esconde,
pra vida nua, que não tem bonde.

Saí com fé, mas pouca sorte,
com um RG, um sonho, mas sem norte.
Com medo, fome e num caminho torto,
com o passado preso no sobrenome Porto.

Lá dentro falavam de futuro,
mas esqueceram o muro,
o escuro, o duro do lado de fora,
Onde tudo é tudo inseguro.

Falaram de sonho, falaram de plano,
mas nunca disseram: “a vida é engano”.
Que o tempo é curto, o trampo é raro,

e ser sozinho tem preço caro.

Disseram: “seja forte, aguente firme”,
mas força demais também oprime.
Resiliência é um nome bonito,
pra quem apanha e segura o grito.

Aprendi sozinho a ferver o arroz,
a calar o medo que vem depois.
Aprendi no grito, na fila, no chão,
que o mundo não tem compaixão.

O Estado promete, mas nunca chega,
a fome aperta, a esperança nega.
O corre é suado, o bolso é leve,
e o coração, pesado, cede.

Sou número, sou dado, sou ex.
Sou caso encerrado de um mês.
Sou quem saiu do portão,
mas ficou sem direção.

Porque sair não é vencer,

é tentar não se perder.
É cair, chorar, correr,
e mesmo assim... permanecer.

Se tivessem olhado pra mim antes de eu sair,
me ensinado o caminho, me ajudado a seguir,
talvez eu tivesse um chão,
e não só a rua pra cair.

Mas sigo, sem mapa, sem guia,
com medo, mas com poesia.
Com dor, mas com valentia,
com pouco, mas com rebeldia.

Sou egresso, mas tô de pé,
mesmo cansado, sigo em fé.
Trago cicatriz, mas também voz,
e um grito guardado dentro de nós.

Já fui silêncio, hoje sou grito,
já fui abrigo, hoje sou rito.
Não quero piedade — quero sentido,
quero futuro... e ser ouvido.

Porque quem sai do sistema não sai do mundo,
sai ferido, mas segue fundo.
Sai cansado, mas resistente,
segue em frente, um sobrevivente.

MINHA VOZ IMPORTA

Emilly Vitória Almeida Lima Pereira⁹
Brasília/DF

Eu estou aqui hoje não apenas para falar sobre a violência no acolhimento, mas para falar sobre algo que eu conheço de perto. E isso muda completamente a forma como eu vejo esse assunto. Quero começar falando um pouco sobre a minha história.

Eu vim do acolhimento desde pequena. Fui adotada com 1 ano e 5 meses, e meus pais não estavam preparados para essa função de serem pais. E eu me questiono: por que existe tanta pressa para encontrar uma família, mas nem sempre existe a mesma preocupação em preparar essa família para receber uma criança que já tem uma história?

Porque não é só a criança que precisa ser avaliada. O adulto também precisa estar preparado para lidar com os sentimentos, as

⁹ Durante o X CONDECA, Emilly participou de um espaço dedicado à escuta de adolescentes e jovens sobre suas experiências de cuidado e proteção.

Diante do público, ela escolheu contar parte de sua história. Mas sua fala foi além do relato pessoal: a experiência vivida se transformou em reflexão e em um chamado aos adultos e às instituições responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes.

Suas palavras nos colocam diante de uma questão fundamental: escutar não significa apenas abrir espaço para a fala. Significa reconhecer o valor do que é dito e admitir que essa palavra pode provocar mudanças.

dificuldades e as consequências de tudo aquilo que essa criança já viveu.

Para quem olha de fora, o acolhimento pode parecer apenas um lugar onde crianças e adolescentes são protegidos. Mas, para quem vive dentro, existe uma realidade que nem sempre aparece nos relatórios, nas reuniões ou nos documentos.

Existe uma pessoa. Existe uma história. Existe uma adolescente que sente medo, que sente saudade, que se machuca por dentro, que tem sonhos e que, muitas vezes, só queria ser ouvida.

Eu sei que o acolhimento existe para proteger. E sei que muitas pessoas que trabalham nesses lugares estão tentando fazer o melhor que podem. Mas também acredito que precisamos ter coragem para falar sobre aquilo que não está funcionando.

Porque violência não é somente aquilo que deixa uma marca no corpo. Violência também pode ser quando você é tratada como se não tivesse opinião. É falar e ninguém escutar. É pedir ajuda e sentir que sua voz não tem importância. É ser humilhada. É ter medo de contar alguma coisa porque você não sabe o que vai acontecer depois.

E eu quero que vocês entendam uma coisa: quando uma criança ou um adolescente chega a um acolhimento, já está passando por uma situação que não deveria estar vivendo. **O acolhimento não pode ser mais um lugar onde ela precise aprender a sobreviver.**

Nós precisamos aprender a confiar novamente. Precisamos sentir que podemos falar. Precisamos saber que, quando dissermos “isso está errado”, alguém vai parar, olhar para nós e perguntar: **“O que aconteceu?”**

Por isso eu estou aqui diante de vocês. Não para pedir que tenham pena. Eu não quero pena. Eu quero respeito. Quero ser ouvida. Quero que os meus direitos sejam respeitados.

E talvez uma das maiores violências seja fazer alguém acreditar que a própria voz não importa. Porque, às vezes, tudo o que uma criança precisa para começar a acreditar novamente nos adultos é encontrar um adulto que realmente esteja disposto a escutá-la.

E eu não quero que essa seja a parte mais importante da minha história. Quero que, um dia, quando olharem para mim, não vejam apenas uma adolescente que precisou ser acolhida. Vejam alguém que sobreviveu a uma fase difícil, que teve sua voz ouvida e que conseguiu seguir em frente.

O acolhimento deveria ser o lugar onde a gente aprende novamente o significado da palavra segurança. E é por isso que eu estou aqui. Porque eu acredito que podemos fazer melhor. Porque eu acredito que a nossa voz pode mudar alguma coisa.

E, através do **Jovem em Movimento**, tive essa oportunidade de confiar e sentir que a minha voz importa.

ENTRE QUEDAS E RECOMEÇOS

Maria Eduarda
Betim/MG

Se alguém me perguntasse quem eu era antes de tudo isso, talvez eu não soubesse responder. Porque houve um tempo em que eu só existia, não vivia de verdade. Eu estava ali, tentando entender por que algumas ausências doíam tanto e por que certas histórias pareciam mais pesadas do que deveriam ser.

Morar em uma casa de acolhimento não foi algo que eu escolhi. Foi um daqueles caminhos que a vida impõe quando tudo ao redor parece desmoronar. No começo, foi estranho. Tudo era novo: o lugar, as pessoas, as regras... e principalmente o sentimento de não pertencer totalmente a lugar nenhum.

Eu cheguei carregando silêncio. Um silêncio cheio de perguntas, de mágoas que eu nem sabia explicar direito. Tinha dias em que tudo que eu queria era voltar no tempo e mudar minha história. Mas também tinha dias em que eu só queria entender como seguir em frente.

Na casa de acolhimento, eu encontrei mais do que um teto. Encontrei pessoas que, mesmo sem me conhecer desde sempre, decidiram cuidar. E isso muda muita coisa. Porque quando você vem de um lugar de falta, qualquer gesto de cuidado vira algo imenso.

Não foi fácil. Teve dias difíceis, dias de saudade, dias em que eu me sentia perdida dentro de mim mesma. Conviver com outras histórias também me fez perceber que a dor não era só minha, cada pessoa ali carregava suas próprias marcas. E, de alguma forma, isso nos unia.

Aos poucos, fui aprendendo coisas que ninguém tinha me ensinado antes. Aprendi sobre limites, sobre respeito, sobre convivência. Mas, principalmente, aprendi sobre mim. Aprendi que eu não era só o que tinha acontecido comigo. Aprendi que eu podia construir algo diferente. Aprendi que, mesmo com tudo que faltou, ainda existia muito dentro de mim.

A casa de acolhimento não apagou minha dor, mas me deu ferramentas para lidar com ela. Me mostrou que recomeçar é possível, mesmo quando a gente acha que não tem mais forças. E talvez o mais importante: ali eu comecei a acreditar que eu merecia ficar na vida de alguém, nos meus próprios sonhos, no meu próprio futuro.

Hoje, quando olho para trás, não vejo só um período difícil. Vejo um ponto de virada. Um lugar onde, mesmo em meio às incertezas, eu comecei a me reconstruir. A menina que chegou ali cheia de dúvidas ainda existe em mim. Mas agora ela caminha junto com alguém mais forte, mais consciente e mais inteira.

Porque, no fim, não foi só sobre sobreviver. Foi sobre aprender a florescer... mesmo depois de tudo.

EU AINDA FLORESÇO

A vida não me pediu licença,
ela chegou com pressa,
com barulho,
com dor.

E eu aprendi cedo
que nem todo lar é abraço,
que nem toda presença permanece,
que nem todo amor consegue ficar do jeito que a gente precisava.

Eu vivi uma fase triste.
Daquelas que marcam a alma,
mas que a gente aprende a carregar
sem deixar isso definir quem somos.

Eu conheci o abandono.
Não como raiva...
mas como falta.
Falta de cuidado,
de colo,
de alguém dizendo:
“eu tô aqui”.

E eu não falo isso pra acusar,
porque entendi com o tempo
que pessoas também se quebram,
também fazem o que conseguem...
mesmo quando isso machuca.

Mas eu senti.
E sentir não me fez fraca,
me fez humana.

Eu aguentei dias difíceis,
dias em que me perguntei
se eu tinha valor suficiente
pra alguém ficar.

E mesmo assim...
eu continuei.
Continuei por mim.

Porque dentro de mim nasceu uma força
que veio de um lugar silencioso
onde a coragem mora.

Eu ainda luto.

Ainda existem lembranças que apertam o peito.

Mas hoje eu escolho algo maior:

eu escolho seguir.

Eu escolho acolher a minha história,

sem vergonha,

sem culpa,

sem me diminuir.

E hoje eu agradeço à minha família,

aos meus amigos

e à instituição de acolhimento,

que estiveram ao meu lado

e me ajudaram a continuar,

mesmo quando tudo parecia difícil.

Porque o acolhimento salva.

E quando a gente decide

não desistir de si...

tudo começa a mudar.

Eu não sou só o que me faltou.

Eu não sou só o que eu perdi.

Eu sou o que eu construí.

Eu sou a fé que resistiu.

Eu sou a força que ficou.

E mesmo com cicatrizes...

eu ainda floresço.

QUANDO OS 18 ANOS CHEGAM, QUEM CUIDA DE QUEM SAIU DO ACOLHIMENTO?

Thalia Isabella Santos

Brasília/DF

No dia 3 de dezembro de 2019, para o Estado, encerrava-se um ciclo de responsabilidade, cuidado e cumprimento de um Estatuto: o ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mas esperem... esqueceram de criar uma lei, uma política ou um plano para proteger, orientar e incluir, de forma digna, o adolescente que completa 18 anos dentro de um serviço de acolhimento.

Em um momento tão importante da vida, quando eu deveria estar pensando no que estudar depois do ensino médio, precisei me ocupar demais pensando em como sobreviver.

Meu nome é Thalia, tenho 24 anos, e quero contar um pouco da minha experiência depois dos 18 anos.

Que loucura, não é? Aqueles que determinam o acolhimento quando estamos em situação de vulnerabilidade são, muitas vezes, os mesmos que nos deixam desamparados quando completamos a maioridade — justamente em um dos momentos mais vulneráveis da vida: quando deixamos de ser adolescentes e passamos, de um dia para o outro, a ser considerados adultos.

Quando completei 18 anos, eu estava com 31 semanas de gestação de uma criança que eu não fazia ideia de como conseguiria sustentar.

Ninguém abre portas ou estende as mãos para os egressos. Emprego? Só com experiência ou referência. Infelizmente, a experiência do abandono e a referência em sobrevivência não nos permitem muitas escolhas.

Eu ouvi muitas vezes que só conseguiríamos mudar de vida por meio dos estudos. Mas como colocar o estudo em primeiro lugar quando é preciso trabalhar para ter onde morar e o que comer?

O ambiente influencia, certo? Então, como escolher morar em um bairro distante da marginalidade quando todo o seu esforço, todo o seu suor e um dia inteiro de trabalho só conseguem pagar um barraco nos fundos, em uma das ruas mais perigosas do bairro mais vulnerável da cidade?

Minha cabeça ficava a mil: E se alguém tocar na minha filha como tocaram em mim tantas vezes? E se alguém bater nela como já bateram em mim? Quem estará lá para protegê-la se eu preciso trabalhar o dia inteiro?

E então você começa a pensar em alternativas que jamais deveria precisar considerar. “Talvez seja mais fácil morar com o traficante do final da rua. Assim, eu consigo ficar perto dela e, finalmente, ter uma família”.

Quer saber o fim dessa história? Aos 21 anos, eu estava grávida novamente e, mais uma vez, abandonada. Mas eu pensava: “Eu vou dar a volta por cima. Sou guerreira. O tempo vai passar, as crianças vão para a escola e, finalmente, eu vou conseguir um emprego”.

Então vêm as perguntas: “Thalia, você é casada?” “Se você for contratada, quem ficará com seus filhos?” “Você tem rede de apoio?” “Seus pais ajudam?” “Se, durante o expediente, ligarem dizendo que seu filho está com febre, o que você vai fazer?”

E você responde: “Nada disso será um problema. Meu filho está na creche. Eu sou casada, o pai ajuda, a família do pai ajuda, minha família também. Se a criança tiver febre, tenho uma rede de apoio”.

Mas mentira tem perna curta. O telefone toca. É a creche: “Mãezinha, sua criança está febril. Você pode vir buscá-la?” Eu saio correndo. Peço desculpas. Levo meu filho ao médico. Apresento o atestado. Mas já era tarde. “Quando chegar amanhã, passe direto no RH, está bem?”

Vocês não fazem ideia de quantas vezes essa cena se repetiu. E a revolta só aumentava.

Dá para acreditar que, certa vez, fui fazer um teste para trabalhar em uma loja. Paguei R\$ 80,00 para uma babá ficar com as crianças, preparei almoço, marmita e lanche da tarde. No final do dia, recebi R\$ 54,00. A conta não fecha. Faltou.

E eu fico me perguntando: Será que o Estado não percebeu que nós não desaparecemos do mapa quando completamos 18 anos? É justamente nesse momento que a nossa vida começa de verdade. Nós não temos direito a uma moradia? Não deveríamos ter alguma prioridade ou política de inclusão no mercado de trabalho? E as creches? E as escolas? E a nossa saúde mental? Ela não importa? Não importa se eu tenho todos os motivos para acreditar que a minha vida vale menos do que a vida das outras pessoas?

Procurei o CAPS em busca de atendimento. A resposta foi: “Só daqui a seis meses.” Tentei conversar com a depressão. Expliquei a minha situação. Mas, infelizmente, ela não é como eu. Ela não está acostumada a esperar burocracias e prazos.

Todas as vezes em que alguém estendeu a mão para mim, nunca foi por obrigação. Foi por compaixão.

E eu me pergunto: O que seria dos egressos sem o Serviço Social e uma assistente social? Mas talvez essa nem seja a pergunta mais importante. A pergunta deveria ser: Quão longe nós poderíamos chegar se houvesse responsabilização do Estado, políticas públicas e leis capazes de atender dignamente os egressos dos serviços de acolhimento?

E se, em vez de apenas sobreviver, nós pudéssemos sonhar? E se tivéssemos moradia, trabalho, educação, acesso à saúde, creche e

uma rede de apoio que nos permitisse construir uma vida diferente daquela que nos foi apresentada?

Porque ninguém nasce sabendo correr. E ninguém se torna um adulto responsável simplesmente porque, à meia-noite, completou 18 anos. A maioridade não deveria significar o fim da proteção.

Para quem cresceu sob a proteção do Estado, completar 18 anos não pode significar ser lançado à própria sorte. Nós não precisamos de caridade. Precisamos de direitos, políticas públicas, oportunidades e condições reais para construir nossas próprias histórias.

Eu sou Thalia de Brasília. Eu sobrevivi. Mas não deveria ter precisado apenas sobreviver. Eu deveria ter tido o direito de sonhar!

A CRIANÇA QUE PRECISAVA SER OUVIDA

Bruno Baptista Nicolau

Volta Redonda/RJ

Meu nome é Bruno Baptista Nicolau. Antes de compreender o significado das palavras acolhimento institucional, medida de proteção, vulnerabilidade social ou direitos da criança e do adolescente, eu fui simplesmente uma criança que, um dia, foi retirada de casa. Minha história com o acolhimento institucional começou em 1994, quando fui encaminhado para a Fundação Beatriz Gama, em Volta Redonda. Naquele período, minha mãe vivenciava uma situação de vulnerabilidade que fazia com que não tivesse condições de nos oferecer a estrutura necessária. Diante daquela realidade, o Estado decidiu intervir e aplicar uma medida de proteção. Eu, porém, não entendia nada daquilo.

Para uma criança, palavras como proteção ou vulnerabilidade não explicam a ausência da mãe. Não explicam por que alguém chega, coloca você dentro de um veículo e leva você para outro lugar. A minha lembrança daquele momento é fragmentada, quase como uma fotografia antiga. Lembro-me de uma Kombi. Lembro-me de ter sido colocado dentro dela. Lembro-me de que minha irmã também estava comigo. E então fomos levados. Naquele período ainda existiam os chamados Juizados de Menores. Eu não sabia o que era o Estado, não

sabia o que era uma medida judicial e muito menos compreendia por que minha vida estava mudando. Eu só sabia que estava longe da minha mãe.

O lugar que se tornou minha casa

A Fundação Beatriz Gama passou a fazer parte da minha vida, ali encontrei pessoas que me receberam com amor, carinho e proteção. Mas, como acontece em tantas histórias humanas, minha passagem pela instituição também foi marcada por experiências dolorosas. Uma delas permanece especialmente viva em minha memória.

Quando eu era pequeno, fazia xixi na cama. Uma das cuidadoras utilizava uma forma de punição que hoje compreendo claramente como uma violência: puxava meu órgão genital como castigo. Naquela época, eu não sabia que aquilo era errado. Uma criança nem sempre consegue dar nome à violência que sofre. Às vezes, ela simplesmente entende aquilo como parte da vida. Como uma regra. Como uma punição que acredita merecer. Até que um dia conversei com uma psicóloga. Durante aquele atendimento, contei o que estava acontecendo.

Não sabia que estava denunciando uma violência. Não sabia que aquela conversa poderia mudar alguma coisa. Eu simplesmente contei o que estava vivendo. E alguém me ouviu.

A partir daquele relato, a presidência da instituição tomou as providências necessárias, e a servidora responsável foi demitida. Muitos anos depois, compreendia dimensão daquele momento. Minha voz, mesmo sendo a voz de uma criança, foi capaz de interromper uma situação de violência. Talvez tenha sido uma das primeiras grandes lições da minha vida: **quando uma criança é ouvida, sua voz pode mudar sua própria história.**

Crescer longe de quem se ama

O tempo passou, eu cresci como qualquer criança, com minhas alegrias, minhas dificuldades, minhas descobertas e também meus conflitos. Era uma criança agitada em alguns momentos e retraída em outros. Tive problemas disciplinares na escola. Hoje, olhando para trás, consigo compreender que havia sentimentos que eu não sabia expressar. Eu estava crescendo longe da minha família. E crescer longe dos pais deixa marcas que nem sempre aparecem por fora.

Minha mãe continuava presente dentro das possibilidades que tinha. Fazia visitas periódicas à instituição. Existia amor, mas também existiam limitações. Ela ainda não tinha uma casa para nos receber. Trabalhava fazendo faxina e, em determinado período, dormia na casa dos patrões. Seu trabalho estava praticamente ligado à própria possibilidade de ter onde morar. Por isso, voltar para casa não era

simplesmente uma questão de vontade. Era preciso construir condições. E essa construção aconteceu aos poucos.

Quando comecei a descobrir meu próprio caminho

Na adolescência, comecei a perceber que precisava amadurecer. Eu já estava havia muitos anos sob a tutela do Estado. E, embora ainda fosse adolescente, algumas experiências fizeram com que eu começasse a enxergar a vida de uma maneira diferente, foi também nessa fase que surgiram oportunidades que mudaram minha trajetória. A própria instituição me inseriu em uma oportunidade de jovem aprendiz. Aos 15 anos, comecei a trabalhar na Prefeitura Municipal de Volta Redonda, na Secretaria de Fazenda. O trabalho abriu uma porta, eu comecei a descobrir o mundo para além da instituição, comecei a conhecer responsabilidades, pessoas, ambientes profissionais e, principalmente, comecei a perceber que poderia construir alguma coisa para o meu futuro.

Depois veio outra experiência que marcaria profundamente minha vida: o Parlamento Juvenil. Fui eleito para representar Volta Redonda em um programa do Estado do Rio de Janeiro que possibilitava aos estudantes exercerem o papel de deputados juvenis. A eleição acontecia entre os próprios estudantes da rede estadual. E eu fui eleito, mais do que isso: fui o candidato mais votado da história de Volta

Redonda naquele programa. Aquele menino que um dia havia sido levado para uma instituição agora estava sendo escolhido por outros jovens para representar sua cidade. Eu começava a descobrir o poder da participação, começava a entender que juventude também significa voz.

Também tive a oportunidade de participar do projeto “Prefeito por um Dia”. Os estudantes precisavam escrever uma carta, e a melhor proposta possibilitava ao vencedor passar um dia acompanhando o prefeito, conhecendo a administração municipal e aprendendo mais sobre política. Eu fui aproveitando cada oportunidade. Talvez porque, de alguma maneira, eu soubesse que elas poderiam mudar minha vida.

O caminho de volta para casa

Enquanto eu construía novos caminhos, minha mãe também reconstruía a própria vida. Ela conseguiu alugar uma pequena casa. No começo, eu e minha irmã íamos para casa nos finais de semana, depois, começamos a permanecer mais tempo. Aos poucos, fomos deixando de ser crianças que apenas visitavam a mãe e começamos novamente a viver como família.

Por volta dos meus 16 anos, passei a ficar em casa e a pernoitar com minha mãe, dos 16 aos 18 anos, esse processo foi sendo construído gradualmente. Não foi simplesmente uma saída da instituição, foi uma reinserção familiar.

Continuei sendo acompanhado pelo sistema de proteção até completar 18 anos, participando de projetos, oficinas e atividades. Havia uma rede acompanhando aquele processo: assistência social, acolhimento institucional, Judiciário e os demais serviços envolvidos na proteção de crianças e adolescentes. Aos poucos, eu deixava de ser apenas uma criança acolhida, começava a me tornar um jovem construindo sua própria história.

O retorno à Fundação Beatriz Gama

Minha trajetória profissional continuou, trabalhei dos 15 aos 18 anos na Secretaria de Fazenda como jovem aprendiz. Aos 18 anos, fui efetivado em um cargo comissionado, como assessor fazendário. Dois anos depois, aos 20, tomei uma decisão importante: prestei concurso público, e fui aprovado, mas havia algo especialmente simbólico naquele concurso: o cargo era justamente para trabalhar na instituição onde eu havia sido criado, na Fundação Beatriz Gama, o lugar para onde eu havia chegado ainda criança, sem entender por que estava sendo afastado da minha mãe, tornou-se o lugar onde eu retornaria como servidor público. Avida havia dado uma volta, eu entrei naquela instituição como uma criança que precisava de proteção, anos depois, voltei como profissional.

A escolha de dar voz

Hoje, minha trajetória tomou outro caminho, estou licenciado das minhas funções na Fundação Beatriz Gama porque exerço o mandato de conselheiro tutelar no município de Volta Redonda. Essa escolha também tem relação direta com tudo o que vivi. Eu me candidatei ao Conselho Tutelar porque queria fazer algo que considero fundamental: **dar voz às crianças e aos adolescentes.**

Eu sei o que significa estar do outro lado, sei o que significa ser uma criança diante de decisões tomadas por adultos, sei o que significa não compreender por que você está sendo afastado de sua família, sei também o quanto é importante encontrar alguém disposto a ouvir.

Minha história aconteceu em um período de profundas transformações na legislação brasileira, especialmente na transição do antigo Código de Menores para uma nova concepção de direitos consolidada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Talvez muitas das coisas que hoje compreendemos com clareza ainda estivessem sendo construídas naquele período, mas existe algo que não depende de época, legislação ou governo: **criança e adolescente precisam ser ouvidos.**

Hoje, quando encontro uma criança ou um adolescente em situação de vulnerabilidade, não consigo enxergar apenas o caso que está diante de mim. Eu também vejo aquele menino, o menino que

entrou em uma Kombi em 1994. O menino que não entendia por que estava sendo separado da mãe. O menino que cresceu dentro de uma instituição, o menino que sofreu uma violência e encontrou alguém disposto a escutá-lo, o menino que recebeu oportunidades, o menino que trabalhou, o menino que representou sua cidade, o menino que sonhou, e, principalmente, vejo o menino que um dia descobriu que sua voz tinha valor. Talvez seja por isso que minha história tenha me conduzido até aqui. Eu fui uma criança acolhida pelo Estado, depois, tornei-me trabalhador, tornei-me servidor público, retornei à instituição onde fui criado, e, finalmente, escolhi ser conselheiro tutelar. Não por acaso, mas porque acredito que algumas histórias não acontecem apenas para serem lembradas.

Algumas histórias acontecem para que possamos transformar aquilo que vivemos em compromisso com outras pessoas, e o propósito que encontrei foi este: **fazer com que outras crianças e adolescentes saibam que suas histórias importam, que seus sentimentos importam e, acima de tudo, que suas vozes precisam ser ouvidas.**

PARTE 3

Registros fotográficos



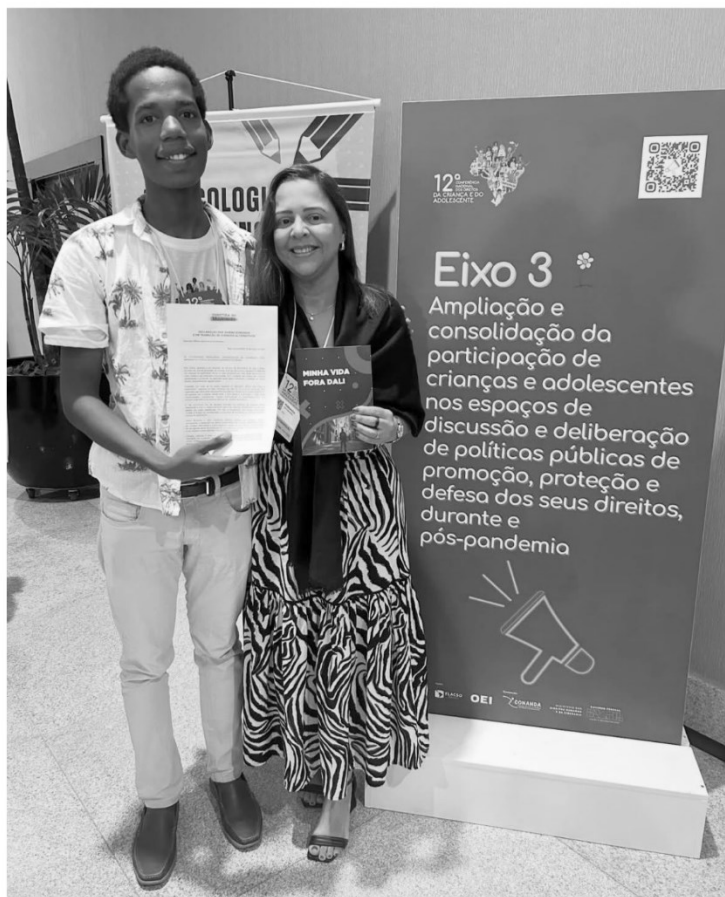
Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento
Março/2024 – Belo Horizonte/MG





Entrega da Declaração dos Jovens Egressos ao CONANDA, durante a 12ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Na ocasião, Antônio e Fernanda se conheceram pela primeira vez

Abril/2024 – Brasília/DF



**Lançamento do livro Minha Vida Fora do Acolhimento no
Seminário A Força dos Laços**
Junho/2025 – Belo Horizonte/MG



Lançamento do livro Minha Vida Fora do Acolhimento no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante encontro do programa Novos Caminhos
Setembro/2025 – Brasília/DF



Seminário Minha Vida Fora do Acolhimento 2
Novembro/2025 – Belo Horizonte/MG





Aprovação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária em assembleia conjunta do CNAS e CONANDA
Dezembro/2025 – Brasília/DF



SOBRE O MOVIMENTO NACIONAL PRÓ-CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

O **Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC)** é uma rede nacional de Organizações da Sociedade Civil atuantes na temática da Convivência Familiar e Comunitária, com foco no fortalecimento das incidências técnica e política e no campo dos direitos humanos de crianças e adolescentes e tem como objetivo fomentar a implementação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e sua interface com o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

O MNPCFC articula-se com as Universidades, Associações, Institutos e Redes que desenvolvem ações nos eixos da promoção, proteção, defesa e controle dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Tem um caráter abrangente nos níveis municipal, estadual, regional, nacional e internacional, atuando de forma integrada com outras redes e iniciativas que tratam de temas relacionados a Convivência Familiar e Comunitária.

Missão: Fortalecer as incidências técnicas e políticas das organizações, no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes, com foco na convivência familiar e comunitária.

FALE COM O MNPCFC:

Site: convivencia.org.br

E-mail: movimento.pcfc@gmail.com

Tudo começou no Rio de Janeiro, em uma reunião do Movimento Nacional, quando surgiu uma reflexão sobre os jovens que saíam dos serviços de acolhimento. Em novembro de 2023, essa inquietação começou a ganhar forma e, em 2024, com o apoio da Providens, Aldeias Infantis SOS e PUC Minas, nasceu o **"Minha Vida Fora do Acolhimento - A transição dos jovens que saem dos Serviços de Cuidados Alternativos"**, um seminário que viria a provocar novas reflexões sobre os caminhos e o futuro de crianças e adolescentes que vivem longos períodos e, alguns, toda a vida em acolhimento.

Havia uma mistura de sentimentos e muitas dúvidas sobre o que fazer. Já haviam sido realizadas tentativas anteriores de promover encontros e escutas com jovens que viveram em acolhimento, mas parecia existir algo que os impedia de falar. Eram crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que, ao mesmo tempo, carregavam a culpa, o medo e a responsabilidade por tudo o que haviam vivido. Sobre eles também pesavam o estigma e o preconceito.

Havia, ainda, um tabu: falar sobre suas próprias vidas e reivindicar seus direitos parecia algo muito distante. Mas, naquele ano, o improvável aconteceu. Reunimos 54 jovens de diferentes partes do país, com histórias de vida marcadas pela passagem pelos serviços de acolhimento, em sua maioria institucional. Juntos, decidiram dar um grito que ecoou pelo Brasil, atravessou a América Latina e chegou à Europa e a outras partes do mundo.

Assim nasceu o que, pouco depois, seria chamado de **"Movimento Nacional Além do Acolhimento"**.

Este é um livro de depoimentos. Vozes de jovens que reivindicam justiça e se unem em uma luta coletiva para que nenhuma criança ou adolescente seja esquecido nos serviços de acolhimento e para que, ao sair, tenha direito a uma transição que lhe possibilite construir uma vida com dignidade e autonomia.

Prepare-se para ouvir essas vozes.

Prepare-se para se emocionar.

Fernanda Flaviana de Souza Martins

Secretária Executiva do Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária (MNPCFC) e Diretora-geral da PROVIDENS Ação Social Arquidiocesana

Antônio José Santo dos Anjos

Presidente do Movimento Nacional Além do Acolhimento

PRODUÇÃO



Movimento Nacional
Pela Convivência Familiar e Comunitária



APOIO



PARCEIRO INVESTIDOR

